

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



João Marcelo dos Santos Gonçalves

Mestrando

Dissertação de Mestrado em Ciências Policiais

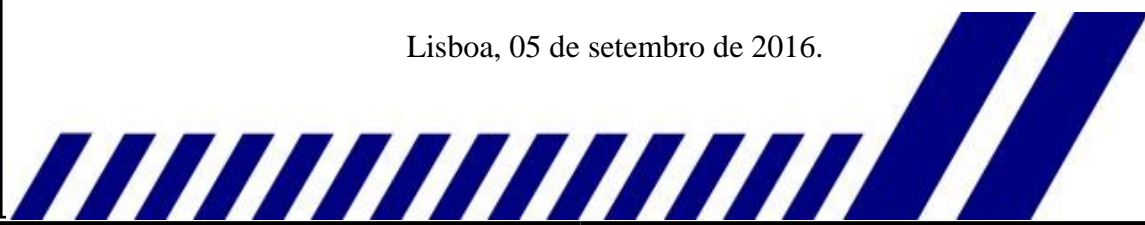
VII Curso de Mestrado

**A Investigação Criminal
na Polícia de Segurança Pública e na Brigada
Militar**

Orientador:

Doutor Pedro José Lopes Clemente

Lisboa, 05 de setembro de 2016.





João Marcelo dos Santos Gonçalves

VII Curso de Mestrado em Ciências Policiais

**A Investigação Criminal na Polícia de Segurança
Pública e na Brigada Militar**

Orientador:

Doutor Pedro José Lopes Clemente

Lisboa, 05 de setembro 2016.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

Gonçalves, João Marcelo dos Santos

A investigação Criminal na Polícia de Segurança Pública e na Brigada Militar. / João Marcelo dos Santos Gonçalves. – Lisboa, 2016. 193 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Policiais) – Instituto Superior de Polícia e Segurança Interna, ISCPSI.

Orientação: Prof. Dr. Pedro José Lopes Clemente.

1. Ciências Policiais. 2. Segurança Pública. 3. Polícias. 4. Investigação Criminal. 5. Competências. I. Clemente, Pedro José Lopes.

CDU: 321

323

351

Aos meus Pais, José Francisco e Sueli, pelo amor e sacrifício por mim e meus irmãos, amo vocês.

Aos meus irmãos José Francisco, Fernanda e Luis Fabiano, pelo amor, companheirismo e amizade, amo vocês.

A minha cunhada Carla e meus sobrinho pelo amor em momento ímpar, eternamente grato, amo vocês.

Aos meus sogros Dautro e Lucia, e minha cunhada Débora, minha gratidão pela força e incentivo.

A Chanell, obrigado pelo carinho, as vezes mesmo sem saber.

A minha linda e amada esposa Denize Milena, ainda que eu tentasse não teria palavras para agradecer por fazer parte de mim, pelo carinho, pelo companheirismo e pelo Amor! Amo você!

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, pois me deu a vida e permitiu que estive chegado até este momento.

Aos ex-Comandantes Gerais da Brigada Militar Coronel Fabio Duarte e Coronel Silanus Mello, e, ao ex-SubComandante Geral da Brigada Militar Coronel Paulo Stocker, por terem autorizado minha frequência no curso.

Ao Comandante da Força Nacional Coronel Aragon, pela ajuda no momento mais difícil de minha vida e pela ajuda em minha vinda para o curso.

Ao Coronel Mario Ikeda, pela amizade, companheirismo, e pela inestimada ajuda que sempre me deu, inclusive, para vir a Portugal.

Aos Majores Daniel Duarte e Rodrigo Assis Brasil, pela amizade e por tudo que me ajudaram até nesta caminhada, os senhores foram e são exemplos.

Aos Majores Luciano Boeira e Luigi Soares por terem feito deste desejo algo possível.

Ao Capitão Rafael Venturela pela amizade e os ensinamentos.

A Capitã Marlene pela amizade, incentivo e ajuda na construção deste trabalho final.

Aos meus tios, tias, primos e primas por terem contribuído com minha formação e pelo incentivo de sempre.

Aos meus amigos e padrinhos Amanda Mondadori e Leandro Martins, pela amizade, companheirismo, compreensão e incentivo.

Ao meu amigo Cristiano Munhoz pela amizade e incentivo.

Ao Superintendente Chefe Pedro Clemente (meu orientador), pela orientação e receptividade no ISCPSI.

Ao Professor Doutor Manuel Valente pelos ensinamentos e atenção dispensada a mim e a Brigada Militar.

A Anabela Mendes pelo carinho com que me recebeu e por toda ajuda.

A todos funcionários do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Aos meus queridos colegas de turma do VII curso de Mestrado em Ciências Policiais por tudo que fizeram por mim e pela amizade.

Agradeço especialmente meu primo Bruno Gonçalves que me recebeu em Portugal e me ajudou muito nesse período.

“A Polícia, em todos os tempos, deve manter um relacionamento com o público que lhe dá força à tradição histórica de que a polícia é o público e o público é a polícia, a polícia é formada por membros da população que são pagos para dar atenção em tempo integral aos deveres que incumbem a cada cidadão, no interesse do bem-estar da comunidade e a sua existência.” (Robert Peel)

RESUMO

A dissertação consiste em um estudo acerca das polícias de Portugal e no Brasil. Teve como escopo mergulhar, verticalmente, no estudo da segurança interna, e, mais precisamente, adentrar na segurança pública e nos sistemas e modelos policiais, ou seja, nas polícias, em ambos os países. A pesquisa teve como objetivo principal investigar, especialmente, duas polícias de ordem pública, a Polícia de Segurança Pública e a Polícia Militar (mais especificadamente, a Brigada Militar). O estudo apresenta, notadamente, a competência legal da Polícia de Segurança Pública e da Brigada Militar, quanto a investigação criminal conduzida por estas polícias, face as Constituições e legislações vigentes. O trabalho utiliza-se da análise das leis, e, no caso do Brasil, diante de controvérsias, lança-se mão de doutrina e jurisprudência para demonstrar as competências dentro do subsistema de investigação criminal. Ao final, a pesquisa apresenta um paralelo entre as duas polícias de ordem pública quanto a investigação criminal, e, destas em relação a definição de polícia integral e/ou de “ciclo completo de polícia”.

Palavras-chave: segurança pública; polícia; investigação criminal; competência.

ABSTRACT

The dissertation is a study about the police forces in Portugal and Brazil. Its goal was to deeply study the internal security and, more precisely, the public security, police systems and models in both countries. The main goal of this research was to investigate, especially two police forces for the public order, the Public Security Police and the Military Police (more specifically, the Military Brigade. As far as crime investigation is concerned, this study notably presents the legal competence of the Public Security Police and the Military Police in conformity with the Constitutions and current legislations in force. The work was based on the analysis of laws - although in the case of Brazil due to several controversies, it was based on the doctrine and jurisprudence - to demonstrate the skills within the subsystem of the crime investigation. At the end, the research presents a parallel between the two police forces of public order regarding crime investigation and the definition of integral police and / or “complete cycle of police”.

Key-words: public security; police; criminal investigation; competence.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI –Ação Direta de Inconstitucionalidade

BM –Brigada Militar

CEERGS –Constituição Estadual do Estado do Rio do Rio Grande do Sul

CEUB – Constituição dos Estados Unidos do Brasil

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

CPPB – Código de Processo Penal Brasileiro

CPPP – Código de Processo Penal Português

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

CRP – Constituição da República Portuguesa

DUDH – Declaração Universal dos Direitos do Homem

EM – Estados-Membros

FS – Forças de Segurança

FSS – Forças e Serviços de Segurança

GM – Guarda Municipal

GNR – Guarda Nacional Republicana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LSI – Lei da Segurança Interna

LOIC – Lei de Organização da Investigação Criminal

LOGNR – Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana

LOMAI – Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna

LOPSP – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública

LOPJ – Lei Orgânica Polícia Judiciária

LOSEF – Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

LQPMPJ –Lei Quadro das Polícias Municipais

MAI – Ministério da Administração Interna

MP – Ministério Público

OA – Ordem dos Advogados

ONU – Organização das Nações Unidas

PJ – Polícia Judiciária

PM – Polícia Marítima

PSP – Polícia de Segurança Pública

RICD –Regimento Interno da Câmara dos Deputados

RISFD –Regimento Interno do Senado Federal

SAM –Sistema da Autoridade Marítima

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

SI –Segurança Interna

SIRP – Sistema de Informações da República Portuguesa

SIS – Sistema de Informações de Segurança

SS – Serviços de Segurança

SG-SSI – Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna

SIS – Serviço Informações de Segurança

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

TC – Termo Circunstanciado

TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência

TJGO –Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

TJRS –Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

TJSC –Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

TJSE –Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Segurança Interna em Portugal	27
Figura 2 – Forças e Serviços de Segurança (FSS)	27
Figura 3 – Segurança Pública no Brasil	34
Figura 4 – Os Modelos Policiais	66
Figura 5 – Complexidade dos Modelos Policiais	69
Figura 6 – Três Grandes Modelos Policiais	70
Figura 7 – Forças Armadas, Forças de Segurança e Serviços de Segurança ..	81
Figura 8– Polícias de Ordem Pública em Portugal	99
Figura 9 – Polícias de Investigação Criminal em Portugal	100
Figura 10 – Polícias de Ordem Pública no Brasil	101
Figura 11 – Polícias Judiciárias (por excelência de investigação criminal)...	102
Figura 12 – As Perspectivas de uma Polícia Integral (PSP)	116
Figura 13 – Polícias de Investigação Criminal em Portugal	144
Figura 14 – Polícias de Investigação Criminal em âmbito da União (Federal)	146
Figura 15 – Polícias de Investigação Criminal em âmbito Estadual (Estados)	147

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO	17
1.1 CONCEITOS ESSENCIAIS AO TEMA	17
1.1.1 Segurança	17
1.1.2 Segurança Interna.....	22
1.1.2.1 Da Segurança Interna em Portugal	24
1.1.2.2 Da Segurança Interna no Brasil	28
1.1.3 Segurança Pública	30
1.1.4 Forças de Segurança	35
1.1.5 Polícia	37
1.1.5.1 Da Evolução Histórica da Função Policial até as Primeiras Polícias	37
1.1.5.2 O Conceito de Polícia.....	41
1.1.5.3 Tipos de Polícia (Tipologia Policial).....	42
1.1.6 Ordem Pública	45
2 PERSPECTIVA HISTÓRICA	48
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA POLÍCIA PORTUGUESA.....	48
2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA POLÍCIA BRASILEIRA	57
2.2.1 Aspectos históricos da polícia no estado do rio grande do sul.....	62
3 SISTEMAS E MODELOS POLICIAIS.....	64
3.1 TIPOS DE SISTEMAS E MODELOS POLICIAIS.....	64
3.2 SISTEMA POLICIAL PORTUGUÊS	70
3.2.1 Guarda Nacional Republicana (GNR).....	71
3.2.2 Polícia de Segurança Pública (PSP)	73
3.2.3 Polícia Judiciária (PJ)	75
3.2.4 Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).....	76
3.2.5 Polícia Marítima	77
3.2.6 Serviços de Informação de Segurança (SIS).....	78
3.2.7 Polícia Municipal.....	79
3.3 SISTEMA POLICIAL BRASILEIRO	81
3.3.1 Polícia Federal (PF).....	84
3.3.2 Polícia Rodoviária Federal (PRF)	86

3.3.3 Polícia Ferroviária Federal (PFF)	88
3.3.4 Polícias Cíveis (PC)	89
3.3.5 Polícias Militares	90
3.3.6 Forças Públicas Não-Policias de Segurança Pública	92
3.3.6.1 <i>Guardas Municipais (GM)</i>	92
3.3.6.2 <i>Força Nacional de Segurança Pública (FNSP)</i>	95
3.4 CONCLUSÃO CAPITULAR	99
4 DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	103
4.1 DO CONCEITO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	103
4.2 DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL EM PORTUGAL	105
4.2.1 Dos Órgãos de Polícia Criminal	108
4.2.2 Da Competência dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC)	109
4.2.3 Da Investigação Criminal pela Polícia de Segurança pública (PSP)	113
4.2.4 A Polícia de Segurança Pública (PSP) como Polícia Integral	114
4.3 DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NO BRASIL	117
4.3.1 Da Investigação Criminal por Polícias Não-Judiciárias	121
4.3.2 Da Investigação Criminal pelas Polícias Militares	128
4.3.3 Da Investigação Criminal pela Brigada Militar	134
4.3.4 Do “Ciclo Completo” de Polícia	139
4.3.5 “Ciclo Completo” uma Proposta em Curso	142
4.4 CONCLUSÃO CAPITULAR	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	151
ANEXOS	162
ANEXO A	163
ANEXO B	170
ANEXO C	181
ANEXO D	184
ANEXO E	186

INTRODUÇÃO

Estudar polícia não é algo novo, bem com estudar as polícias de outros países também não. Todavia, estudar duas polícias, de dois países, e, ainda compararmos, nos parece não muito usual em pesquisas acadêmicas.

A partir desta constatação, nossa investigação acadêmica assume grande relevância, na medida em que, para a escolha de nosso tema, previamente, realizamos leituras e pesquisas sobre as quais nos permitem afirmar esta questão.

Podemos constatar que, de maneira geral, os pesquisadores procuram concentrar seus estudos, somente em uma polícia, ou somente, em um país, ou ainda, quando estudam mais de uma polícia fazem de mais de uma país, não se ousam em compará-las.

Contudo, foi exatamente esse desafio que nos moveu nesta direção, ou seja, tentarmos elaborar um estudo que traçasse um paralelo, caso possível, entre duas polícias de dois países.

Ao nos atrevermos fazer, sabíamos das dificuldades (e não foram poucas), sabíamos da escassez literária, especialmente no Brasil. Compreendíamos a dificuldade de fazermos uma conjugação de realidades diferentes politicamente, socialmente, juridicamente e conceptualmente, pois que Portugal e Brasil, muito embora um tenha “nascido do outro”, apresentam grandes distâncias.

Começa pela distinção de tamanho territorial, depois de modelo político-institucional (uma é presidencialista e outro parlamentarista) indo até o viés cultural.

Por outro lado, sabíamos que os mais de trezentos anos em que estivemos unidos sob o mesmo monarca nos colocavam historicamente numa mesma árvore genealógica, e, portanto, ao abrigo da mesma gênese, motivo que nos instigou a comparação.

Neste sentido, quanto a origem comum, apresentamos o descrito por Simões (2014), citando Carlos Neves, em seu livro:

A ORIGEM COMUM – Há 500 anos, no dia 12 de setembro de 1383, D. Fernando fez publicar o primeiro documento instituindo um sistema de segurança pública: o corpo de Quadrilheiros que tinha por função “proteger os cidadãos, os seus haveres e representar na rua a Lei do Reino”. O Rei D. Afonso V, reconhecendo o valor dos Quadrilheiros, concedeu-lhes favores e garantias em 1460. Para conter a onda de crimes e fazer frente aos

“desvairados loucos”, D Sebastião, por volta de 1570, divide Lisboa em bairros e nomeia para cada um deles um Oficial de Justiça, com poderes discricionários. No início do século XVII os cronistas registravam: “Rodas as noites se cometem mortes e roubos, que pelo hábito, já parece que matar é cortesia e furtar modéstia”. Após o terremoto de 1755 o Marquês de Pombal criou a Intendência Geral da Polícia da Corte e Reino. Em 1801 surgiu o Corpo da Guarda Real de Polícia com efetivo de 1.200 homens de Cavalaria e Infantaria. Foi à imagem e semelhança desse Corpo que D. João, o Príncipe Regente, criou no Rio de Janeiro, a 13 de maio de 1809, a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, constituída de 218 homens, distribuídos por três companhias de Infantaria e Cavalaria.

Assim, idêntica organização policial cuidava, na Corte e na Colônia, da segurança pública. Só alguns anos após nossa Independência, motivos políticos, tanto em Lisboa quanto no Rio de Janeiro, determinaram modificações no sistema policial. Lá o Corpo da Guarda real de Polícia, em 1834, transforma-se na Guarda Municipal. Aqui a Divisão cede lugar, em 1831, ao Corpo de Guardas Municipais Permanentes. Mas até novas denominações mantiveram a semelhança inevitável que há em dois ramos nascidos do mesmo tronco. Em 1910 a Guarda Municipal Portuguesa dá origem à Guarda Nacional Republicana. Do Corpo de Polícia Cívica, em 1927, surge a Polícia de Segurança Pública e nós (PMRJ) desde 1920 já tínhamos a denominação de POLÍCIA MILITAR.” (SIMÕES, 2014, 52-53).

Outro fator determinante a nossa escolha foi o fato de que tanto a Polícia de Segurança Pública, quanto a Brigada Militar são responsáveis pelo policiamento ostensivo preventivo e de ordem pública nas cidades mais populosas e com maior índice de criminalidade, em Portugal a cidade de Lisboa e no Estado do Rio Grande do Sul a cidade de Porto Alegre.

Em Portugal a população total do país é de 10.358.076 habitantes, sendo na cidade de Lisboa a população é de 563.512 habitantes residentes. E no Brasil a população total do país é de 190.732.694 habitantes, sendo que no Rio Grande do Sul, a população é de 11.286.500 habitantes, e, na cidade de Porto Alegre é de 1.409.351 habitantes residentes¹.

Obviamente, a escolha do tema foi, igualmente, marcada pelo fato de sermos policiais (o pesquisador oficial da Brigada Militar e orientador oficial da Policial da Polícia de Segurança Pública), fato que também nos impulsionou na escolha de quais polícias deveríamos focarmos. Igualmente, a escolha do tema central, a investigação criminal, eis que a mesma agonia vivencia atualmente no Brasil, fora verificada em Portugal até o advento da primeira Lei de Organização da Investigação Criminal em 10 de agosto de 2000, Lei n.º 21/2000.

¹ Dados extraídos dos sites do IBGE e PORDATA conforme referência bibliográfica.

Paralelamente, a questão da disputa da competência policial na questão da investigação criminal, verificamos que em ambos, a alarido dava-se entre as polícias judiciárias e as polícias com atribuição de ordem pública.

O trabalho delimitar-se, basicamente, na análise das Constituições e leis infraconstitucionais de Portugal e do Brasil, bem como a doutrina e jurisprudência acerca do tema.

Nossa investigação centrou-se na verificação do seguinte problema: a Polícia de Segurança Pública e a Brigada Militar apresentam alguma identidade em relação as suas funções quanto a investigação criminal, ainda que cada qual apresente alguma peculiaridade?

Como hipótese, ao conhecer as organizações policiais e as funções de cada uma das polícias de ambos os países, em especial, a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Brigada Militar (BM), é possível existir semelhanças entre ambas.

Como objetivos gerais, nos propomos apresentar o Sistema de Segurança Interna e Segurança Pública de Portugal e do Brasil, apresentar as funções da Polícia de Segurança Pública e da Brigada Militar, notadamente, quanto a investigação criminal.

Por outro lado, como objetivos específicos, nos propomos analisar a Segurança Interna nas Constituições Portuguesa e Brasileiras, analisar a investigação criminal pelas polícias de ordem públicas de Portugal e do Brasil, e, por fim, verificar, a questão da investigação criminal pela Polícia de Segurança Pública (PSP) e pela Brigada Militar (BM).

Por estes motivos, foi escolhido como tema desta dissertação: “A Investigação Criminal na Polícia de Segurança Pública e na Brigada Militar”.

A dissertação está estruturada em duas partes, sendo que a primeira possui um caráter mais teórico e de contextualização na qual, além da introdução, são apresentados conceitos e questões de natureza históricas. Na segunda parte, nos propusemos expor questões de natureza jurídico-institucionais, apresentado o ponto fulcral para o desenvolvimento de nosso trabalho.

Para melhor caracterizarmos esta dissertação, ela foi dividida em quatro capítulos assim subdivididos:

O primeiro capítulo tratamos de apresentar diversos conceitos que orbitam o tema proposto, e, auxiliam na compreensão, ao descrever as realidades conceituais e históricas sobre qual se assentam a pesquisa.

No segundo capítulo, buscamos apresentar a história de ambos países para que pudemos perceber a realidade em que se assestaram dos sistemas jurídicos e sistemas policiais de Portugal e do Brasil.

No terceiro capítulo, começamos efetivamente a adentra nas questões mais centrais para verificação da nossa hipótese, a na busca de nossos objetivos. Neste capítulo, descrevemos os Sistemas e Modelos de Polícias existentes, bem como situar os Sistemas e as Polícias de Portugal e do Brasil.

No quarto e último capítulo da pesquisa, tratamos especificamente da análise da investigação criminal nas duas realidades (de Portugal e do Brasil). Primeiramente, buscando um suporte conceitual e teórico, e posteriormente, dissecamos a investigação criminal na Polícia de Segurança Pública (PSP) e na Brigada Militar (BM), no que diz respeito a suas competências.

Os aspectos metodológicos utilizados para alcançar os objetivos propostos no estudo revestem-se, basicamente, na revisão bibliográfica, e na análise do arcabouço jurídico e jurisprudencial.

Por óbvio, registramos que não foram apenas os aspectos aqui mencionados que pautaram nossa investigação, pois, seria impossível nos dissociarmos o fato de que tanto o investigador quanto seu o orientador possuem conhecimentos empíricos das suas realidades institucionais, jurídico-legais e práticas em relação ao tema por tratarem-se de dois oficiais de polícia das Polícias em causa, a Polícia de Segurança Pública e da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul (denominada de Brigada Militar).

1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1 CONCEITOS ESSENCIAIS AO TEMA

Visando uma abordagem mais qualificada do assunto a ser dissertado, faz-se necessário a apresentação de alguns conceitos relacionados ao campo investigado e que poderão eventualmente serem retomados no transcorrer da monografia, dentre os quais estão: segurança, segurança interna, segurança pública, forças e serviços de segurança, polícia, ordem pública.

1.1.1 Segurança

A temática segurança, como veremos mais adiante no contexto histórico, sempre esteve nas preocupações das civilizações, ao ponto de podermos afirmar que “segurança” se constituiu como uma das necessidades mais básicas do homem, tal como a vida.

Nesta perspectiva, concordando com esse pensamento, Oliveira (2006) destaca que:

A segurança foi desde sempre uma necessidade humana [...] o agrupamento do Homem em comunidades e a consequente emergência das estruturas do poder político são explicadas fundamentalmente pela necessidade de **segurança**. (OLIVEIRA, 2006, p. 53).

O tema segurança assumiu, e, assume, tamanha relevância que submerge na pauta diária da vida das pessoas, em especial, pela ausência desta. Neste sentido, Machado (2005) afirma que:

O tema “segurança” entrou no cotidiano e passou a interessar um número crescente de pessoas. Não se trata de um facto novo, mas de uma maior sensibilidade para este fenómeno que preocupa simultaneamente os cidadãos e o Estado. A difusão de acontecimentos desta natureza tem contribuído para despertar e acelerar a inquietude das pessoas, gerando um clima de insegurança psicológica, quase esquizofrênico [...]. (MACHADO, 2005, p. 39).

Para Manuel Valente (2006), o direito a segurança contém carácter de direito fundamental, e, necessário ao exercício de outros direitos, neste sentido, assevera que:

A consciencialização de que o gozo e exercício de direitos passa inquestionavelmente pela criação de um território dotado de segurança, eleva este valor a direito fundamental subjectivo e conduziu os Estados a constitucionalizá-lo e a limitar o seu âmbito para que não haja o perigo de se absolutizar. (VALENTE, 2006, p. 07).

Destarte, podemos verificar que a temática segurança assume um papel fulcral nos dias atuais, devendo, por conseguinte, ao nosso sentir, ser estudada e desenvolvida por todas as áreas de conhecimento, em especial pela Ciências Policiais.

Para melhor compreendermos o tema, apresentamos as possíveis definições conforme o dicionário de língua portuguesa:

[...] **Segurança** significa Ausência de perigo, tranquilidade, confiança [...] quer dizer situação em que não há nenhum perigo a temer [...] é sin. de convicção, firmeza, certeza, à-vontade, confiança [...] refere-se a uma espécie de polícia privada que defende alguém importante, que afasta os perigos de agressão. [...] **segurança** significa cuja função é segurar, impedir um acidente ou atenuar-lhe as consequência[...] (VILELA, 1996, p. 798). (Grifou-se)

No mesmo sentido, Fernandes (2005), apresenta a definição de segurança do dicionário da Academia das Ciências de Lisboa:

[...] define-se *segurança* como: a) <<caráter, natureza ou condição do que é estável, firme ou seguro>>, b) <<situação em que não há qualquer perigo a temer>>; c) <<estado de tranquilidade ou de confiança que resulta da ausência de perigos>>. (FERNANDES, 2005, p. 30).

Ampliando sua análise a respeito do conceito e as dimensões da segurança, Fernandes (2005) traz importante consideração:

O conceito de segurança é, pois, pluridimensional; engloba o carácter, a natureza e as condições de um estado de tranquilidade resultante da ausência de qualquer perigo. Por conseguinte, pode-se entender por segurança << o estado de tranquilidade e de confiança mantido por um conjunto de condições materiais, económicas, políticas e sociais, que garante a ausência de qualquer perigo, tanto para a coletividade como para o cidadão individualmente considerado>>. E daí que se fale em segurança colectiva e individual[...]. (FERNANDES, 2005, p. 30).

Dentre as mais variadas acepções possíveis sobre segurança, Spaniol (2016, p. 27) sintetiza afirmando que:

[...] deriva do latim *securitas* e exprime gramaticalmente a ação ou efeito de tornar seguro, aquilo que está ao abrigo de qualquer perigo, garantia para que evitem danos ou riscos. (SPANIOL, 2016, p. 27).

Cabe ainda trazer à baila que no artigo 3º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), a segurança é alçada ao patamar de direito fundamental, prevê o dispositivo que: “Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança”.

Tanto na Constituição da República Portuguesa, quanto a Constituição da República Federativa do Brasil, podemos perceber que ambos os Legisladores Constituintes atentaram ao tema, dando-lhe, por conseguinte, caráter de Direito Constitucional.

Sob esse aspecto Constitucional, e, conjugando a segurança em face da liberdade, sob o preceito da Constituição da República Portuguesa (CRP), Clemente (2015), destaca que:

A segurança é a primeira liberdade cívica da República, cujo domínio constitucional remete para o exercício tranquilo de direitos pessoais. Pura verdade, **o direito à segurança forma um par com direito à liberdade – não há segurança dissociada da liberdade: a liberdade sem segurança é uma prisão sem grades e a segurança sem liberdade consiste num pântano insalubre: a segurança é irmã-gêmea da liberdade[...]** (CLEMENTE, 2015, p. 34). (Grifou-se).

Essa identidade entre a liberdade e segurança encontra-se esculpida na Constituição da República Portuguesa (CRP), no capítulo que trata os direitos e deveres fundamentais, em seu 27º dispõe que:

Artigo 27.º

(Direito à liberdade e à segurança)

1. Todos têm direito à liberdade e à segurança.

2. Ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de acto punido por lei com pena de prisão ou de aplicação judicial de medida de segurança.

3. Exceptua-se deste princípio a privação da liberdade, pelo tempo e nas condições que a lei determinar, nos casos seguintes:

a) Detenção em flagrante delito;

b) Detenção ou prisão preventiva por fortes indícios de prática de crime doloso a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a três anos;

- c) Prisão, detenção ou outra medida coactiva sujeita a controlo judicial, de pessoa que tenha penetrado ou permaneça irregularmente no território nacional ou contra a qual esteja em curso processo de extradição ou de expulsão;
 - d) Prisão disciplinar imposta a militares, com garantia de recurso para o tribunal competente;
 - e) Sujeição de um menor a medidas de protecção, assistência ou educação em estabelecimento adequado, decretadas pelo tribunal judicial competente;
 - f) Detenção por decisão judicial em virtude de desobediência a decisão tomada por um tribunal ou para assegurar a comparência perante autoridade judiciária competente;
 - g) Detenção de suspeitos, para efeitos de identificação, nos casos e pelo tempo estritamente necessários;
 - h) Internamento de portador de anomalia psíquica em estabelecimento terapêutico adequado, decretado ou confirmado por autoridade judicial competente.
4. Toda a pessoa privada da liberdade deve ser informada imediatamente e de forma compreensível das razões da sua prisão ou detenção e dos seus direitos.
5. A privação da liberdade contra o disposto na Constituição e na lei constitui o Estado no dever de indemnizar o lesado nos termos que a lei estabelecer. (PORTUGAL, CONSTITUIÇÃO, 1974). (Grifou-se).

Para a garantia desse direito, a Constituição da República, elencou a Polícia como órgão público incumbido da função de garantir o direito constitucional da segurança, como revelado no artigo 272º:

Artigo 272.º

(Polícia)

- 1. **A polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos.**
- 2. As medidas de polícia são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário.
- 3. A prevenção dos crimes, incluindo a dos crimes contra a segurança do Estado, só pode fazer-se com observância das regras gerais sobre polícia e com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.
- 4. A lei fixa o regime das forças de segurança, sendo a organização de cada uma delas única para todo o território nacional. (PORTUGAL, CONSTITUIÇÃO, 1974). (Grifou-se).

Já em relação ao Brasil, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), apresenta sem seu preâmbulo, o dever de o Estado Brasileiro assegurar a segurança:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a **segurança**, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob

a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.(BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Na esteira do preâmbulo, e, ao tratar dos direitos e garantias, no que tange aos direitos individuais e coletivos, o artigo 5º apresenta:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à **segurança** e à propriedade [...]. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). (Grifou-se).

Neste diapasão, por outro lado, o artigo 6º, elenca a segurança como sendo igualmente um direito social:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, **a segurança**, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). (Grifou-se).

Ao manifestar-se sobre o direito a segurança, o Supremo Tribunal Federal (STF), Corte Constitucional do Brasil, afirmou que:

O direito a segurança é prerrogativa constitucional indisponível, garantido mediante a implementação de políticas públicas, impondo ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal serviço. É possível ao Poder Judiciário determinar a implementação pelo Estado, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, sem que haja ingerência em questão que envolve o poder discricionário do Poder Executivo.[RE 559.646 AgR, rel. min. **Ellen Gracie**, j. 7-6-2011, 2ª T, DJE de 24-6-2011.] =ARE 654.823 AgR, rel. min. **Dias Toffoli**, j. 12-11-2013, 1ª T, DJE de 5-12-2013.(BRASIL, STF, 2011). (Grifou-se).

Portanto, podemos perceber que em ambos dispositivos constitucionais, consagraram à segurança com o timbre da fundamentabilidade, consagrando-a como um direito civil-social constitucionalmente garantido.

Deste modo, estudar o tema segurança, significa examinar um dos direitos mais fundamentais de uma pessoa.

Em nosso trabalho procuramos, neste primeiro momento, analisar a definição de segurança em um sentido *lato sensu*, ou seja, em sentido genérico. Em relação as suas vertentes, trataremos a seguir, apresentando, tão somente, aquelas pertinentes ao contexto necessário ao desenvolvimento desta dissertação.

1.1.2 Segurança Interna

Ao passarmos ao estudo da segurança interna, trataremos primeiro em definir e delimitar o tema, e, *a posteriori*, passaremos analisar a segurança interna em Portugal e no Brasil.

A definição de segurança interna poderá variar de acordo com o sistema jurídico-constitucional, jurídico-legal ou orgânico-institucional, ou seja, variar de nação para nação.

Todavia, na tentativa de se estabelece um parâmetro base, partiremos da definição do professor Armando Marques Guedes (2015), o qual apresenta uma aceção por ele denominada de “tradicional”:

Os referentes da expressão ‘segurança interna’ são os Estados, embrenhados nos seus esforços de manter a integridade das fronteiras dos seus territórios soberanos, em no interior delas manter a paz, e em o fazer nos termos de uma defesa intransigente do Direito nacional face a eventuais ameaças – sejam elas provenientes do exterior, sejam elas oriundas de seu próprio interior. De acordo com tais coordenadas, a panóplia dos desafios “clássicos” a que esta ‘segurança interna por via de regra tem de fazer face inclui ameaças como desordem civil, actos de violência em larga escala, ou mesmo invasões ou insurgências intestinas que ponham em cheque a soberania e/ou o monopólio que cada Estado detém sobre o uso da força no seu território e sobre a população. (GUEDES, 2015, p. 425). (Grifou-se).

Sob um ângulo semelhante, Nelson Lourenço (2015), ao apresentar a segurança interna, destaca que:

A noção de segurança interna convoca a ideia, os actores e o campo de acção historicamente definido, pelo menos na tradição das sociedades ocidentais, como da ordem pública. [...] **A noção de ordem pública e mesmo a de segurança interna, se definida numa perspectiva restrita, apelam à ideia de paz social no interior das fronteiras nacionais**, enquanto realidade de competência das polícias e diferenciada da defesa do território e da soberania nacional face a ameaças externas, tradicionalmente como reservado às forças armadas. (LOURENÇO, 2015, p. 432). (Grifou-se)

No entendimento de João Raposo (2006), segurança interna é “o conjunto institucional dos serviços e órgãos estaduais² responsáveis pela definição e execução da política de segurança interna.”

²Quando João Raposo refere-se a “órgãos estaduais”, para os brasileiros que dizer “órgãos estatais”, ou vez que, em Portugal não possui Estados com o Brasil em que se trata de uma Federação de Estados.

Referindo-se acerca da segurança interna em Portugal, Clemente (2015), destaca que:

A segurança interna define-se como “l’activité déployée par des professionnels de première ligne en vue de protéger leurs concitoyens contre les dangers associés à la vie en société”. Face aos valores tutelados, **a noção legal de segurança interna em Portugal engloba o conceito de segurança pública**, porém, aquela possui um preceção infraconstitucional, objectivada na Lei de Segurança Interna [...]”. (CLEMENTE, 2015, p. 96).

Carlos Branco (2010), apresenta que existe uma dicotomia entre segurança interna e segurança externa, e assim destacou:

[...] o texto constitucional adoptou um conceito de Defesa Nacional restritivo e baseado na dicotomia <<defesa nacional>>, versus <<segurança interna>>, dando corpo à repartição de competências entre as Forças Armadas e as Forças e Serviços de Segurança, respectivamente, para fazerem face às <<ameaças externas>> e às <<ameaças internas>>. (BRANCO, 2010, p. 29).

Ainda sob esse ponto de vista, Dias (2006), assim conceituou:

A <<**segurança interna**>>, tradicionalmente considerada, a par da segurança externa e da protecção civil, como uma das funções essenciais do Estado, porque, estando directamente relacionadas com sua própria existência e sobrevivência, constituem, também, condições indispensáveis à protecção, bem estar e desenvolvimento da comunidade nacional, assume, no contexto global do artigo 272º da Constituição, um sentido marcadamente ligado à ideia de garantia do cumprimento das leis em geral e do respeito pelos direitos dos cidadãos, em tudo o que concerne à vida interna da colectividade. (DIAS, 2006, p. 13).

Ainda, referindo-se a temática segurança interna o Professor Clemente, entende que a segurança interna é a atividade desenvolvida por profissionais de primeira linha (ou seja, polícias) com o fim de proteger dos perigos.

Ao cabo, entendemos que, *a priori*, a segurança interna se resume a segurança nos limites de ação do território nacional, ou seja, no interior das fronteiras nacionais de Estados soberanos, em oposição a segurança externa, cujo escopo é a defesa do Estado frente ameaças externas (defesa nacional).

Concordamos também que a segurança interna encontra-se ancorada na atividade de forças e serviços de segurança, em especial, na polícias, tema que desenvolveremos mais adiante.

Pelo fato do nosso trabalho ter como objeto principal a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Brigada Militar (BM), e não as Forças Armadas, concentraremos nosso trabalho apenas no que tange à segurança interna.

1.1.2.1 Da Segurança Interna em Portugal

Na sequência da conceptualização de segurança interna, passaremos a seguir apresentar a segurança interna em Portugal.

Sobre à segurança interna em Portugal, Clemente (2015), assim apresentou seu ponto de vista:

Para o Estado português, a **segurança interna consiste em “garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger as pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.** (CLEMENTE, 2015, p. 71). (Grifou-se).

Segundo Mário Dias (2006, p.13), conjugando o citado artigo 272, que encerra o conceito constitucional de <<segurança interna>>, com o artigo 273.º da Lei Fundamental, que fornece o entendimento constitucional de <<segurança externa>>, e, dessa forma, são separadas as duas funções clássicas do Estado.

Deste modo, podemos afirmar que o legislador constitucional português pretendeu tratar a segurança em face de agressões com origens exteriores ao Estado português de forma e por meios distintos, a aquelas com origens internas.

Para tanto, a primeira far-se-á pelo uso essencialmente das forças armadas, e, a segunda, por meio da forças e serviços de segurança, ou seja, basicamente através das polícias (num contexto mais restritivo de interpretação).

Destacando essa análise constitucional, Valente (2005), apresenta três pontos de extrema relevância:

a segurança interna tem consagração constitucional em um preceito – art. 272.º da CRP – distinto do que consagra a segurança nacional, mas ter-se-á de conjugar analiticamente com o art. 273.º da CRP, cuja epígrafe é defesa nacional; a atribuição da função – missão ou tarefa – de segurança interna à POLÍCIA – entendida como de segurança, tranquilidade e ordem pública, administrativa e judiciária – procura afastar, por regra, a intervenção da Forças Armadas – que apenas podem desenvolver esta função em caso de estado de sítio ou de emergência, consagrado constitucionalmente no art. 19.º, nos termos da lei – conforme se retira dos n.ºs 6 e 7 do art. 275;

e a **função de segurança interna cabe, originariamente, tão só às forças de segurança** – afastando-se desta tipologia a atividade de polícia municipal, que, no seu desempenho funcional, apenas *coopera localmente* com as forças de segurança, como se retira do n.º 3 do art. 237.º da CRP. (VALENTE, 2005, p. 79). (Grifou-se).

Consequentemente, é possível se afirmar, que a segurança interna em Portugal, encontra-se, intimamente, alicerçada as forças de segurança, em especial nas polícias.

Muito embora a segurança interna esteja consagrada na Constituição, a mesma encontra-se fortemente esculpida em lei infraconstitucional.

Segundo, Carlos Branco (2010, p. 91-92), o desenvolvimento dos princípios constitucionais concernentes à segurança interna, conduziram a materialização da publicação da primeira legislação infraconstitucional vocacionada a esta função fundamental do Estado, Lei n.º 20/87 de 12 de junho.

Trazendo um conteúdo histórico-legal, Onofre (2009, p. 10), a reorganização do sistema português de segurança interna teve início com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44 e 45 de 2007, as quais projetavam a reforma do sistema e a reorganização da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana.

Deste modo, podemos afirmar que atual Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto, teve com precursora a Lei n.º 20/87 (Lei de Segurança Interna), bem como as resoluções supra dispostas.

Legalmente, a concepção de segurança interna, encontra-se prevista no artigo 1º da Lei de Segurança Interna, sendo definida como tarefa ou missão do Estado com os seguintes fins:

Artigo 1.º

Definição e fins da segurança interna

1 - A segurança interna é a actividade desenvolvida pelo Estado para **garantir a ordem, a segurança** e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e **reprimir a criminalidade** e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

2 - A actividade de segurança interna exerce-se nos termos da Constituição e da lei, designadamente da lei penal e processual penal, da lei quadro da política criminal, das leis sobre política criminal e **das leis orgânicas das forças e dos serviços de segurança**.

3 - As medidas previstas na presente lei destinam-se, em especial, a proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e reagir

a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública. (Lei n.º 53/2008).(PORTUGAL, LEI DE SEGURANÇA INTERNA, 2008). (Grifou-se).

Do texto legal, verificar-se que a ordem pública, a segurança e a repressão ao crime constituem fins da segurança interna. Da mesma forma, é possível constatar-se que a Lei é taxativa quanto necessidade de leis orgânicas das forças e serviços de segurança.

Em relação aos órgãos de execução da segurança interna em Portugal, cabe apresentar e destacar aqueles cuja previsão legal encontra amparo no Capítulo V, artigo 25º da Lei de Segurança Interna (LSI), Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto:

CAPÍTULO IV

Forças e serviços de segurança

Artigo 25.º

Forças e serviços de segurança

1 - As forças e os serviços de segurança são organismos públicos, estão exclusivamente ao serviço do povo português, são rigorosamente apolidários e concorrem para garantir a segurança interna.

2 - Exercem funções de segurança interna:

a) A Guarda Nacional Republicana;

b) A Polícia de Segurança Pública;

c) A Polícia Judiciária;

d) O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;

e) O Serviço de Informações de Segurança.

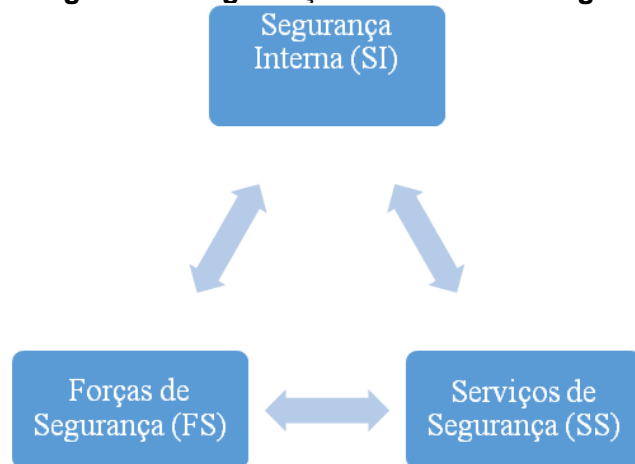
3 - Exercem ainda funções de segurança, nos casos e nos termos previstos na respectiva legislação:

a) os órgãos da Autoridade Marítima Nacional;

b) os órgãos do Sistema da Autoridade Aeronáutica.

4 - A organização, as atribuições e as competências das forças e dos serviços de segurança constam das respectivas leis orgânicas e demais legislação complementar.(PORTUGAL, LSI, 2008). (Grifou-se).

Deste modo, a lei definiu que as funções de segurança interna são exercidas pela Guarda Nacional Republicana (GNR), Polícia de Segurança Pública (PSP), Polícia Judiciária (PJ), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Serviço de Informações de Segurança (SIS) e exercem ainda uma função de segurança os órgãos da Autoridade Marítima (AMN) e os órgãos do Sistema da Autoridade Aeronáutica (SAA), conforme diagrama a seguir:

Figura 1 – Segurança Interna em Portugal

Fonte elaboração própria, Cf. art. 25º da Lei n.º 53/2008.

Sendo ainda mais específico, é possível a partir do preceito legal definimos aqueles órgãos públicos que tem atribuição legal da segurança interna:

Figura 2 – Forças e Serviços de Segurança (FSS)

Fonte: elaboração própria, Cf.art. 25º da Lei n.º 53/2008.

Logo, podemos sem sobra de dúvidas afirmar que as Forças e Serviços de Segurança são constituídas de apenas cinco instituições públicas: GNR, PSP, PJ, SEF e SIS, portanto, qualquer outra instituição outra coisa definição, menos Força ou Serviço de Segurança.

1.1.2.2 Da Segurança Interna no Brasil

A terminologia “segurança interna”, segundo dos autores Costa e Lima (2014, p. 483), aparece em 1934 na Constituição da República do Estado Unidos do Brasil, para tratar de matéria atinentes ao controle da ordem, fato que segundo os autores gerou, à época, vários dilemas organizacionais por questões do pacto Federativo.

A Lei n.º 192, de 17 de janeiro de 1936, regulou as atividades das polícias militares, vinculando-as às Unidades Federativas, entretanto, sob supervisão e controle da União, por meio do Exército.

Segundo os autores Costa e Lima (2014, p. 483), por essa lei, as polícias militares eram responsáveis pela segurança interna.

Contrariando a Constituição de 1934 e a Lei n.º 192/1936, a Constituição do Estado Unidos do Brasil de 1937 inovou usando pela primeira vez o termo “segurança pública”, da seguinte forma:

Art. 16 - Compete privativamente à União o poder de legislar sobre as seguintes matérias:

- I - os limites dos Estados entre si, os do Distrito Federal e os do território nacional com as nações limítrofes;
- II - a defesa externa, compreendidas a polícia e a segurança das fronteiras;
- III - a naturalização, a entrada no território nacional e saída desse território, a imigração e emigração, os passaportes, a expulsão de estrangeiros do território nacional e proibição de permanência ou de estada no mesmo, a extradição;
- IV - a produção e o comércio de armas, munições e explosivos;
- V - o bem-estar, a ordem, a tranqüilidade *[sic]* e a **segurança públicas**, quando o exigir a necessidade de uma regulamentação uniforme; (BRASIL, CONSTITUIÇÃO DO ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1937). (Grifou-se).

Diante dos acontecimentos político-históricos, em 1946, nova constituição é promulgada, e, assim, dispôs a Constituição dos Estados Unidos do Brasil em 18 de setembro:

Art. 89 - São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição federal e, especialmente, contra:

- I - a existência da União;
- II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos Poderes constitucionais dos Estados;
- III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV - a **segurança interna** do País;
- V - a probidade na administração; [...]. (BRASIL, CEUB, 1946). (Grifou-se).

Além deste dispositivo supra, a Constituição inovou e apresentou a atribuição às polícias militares quando a segurança interna:

Art 183 - **As polícias militares instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal**, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército.
Parágrafo único - Quando mobilizado a serviço da União em tempo de guerra externa ou civil, o seu pessoal gozará das mesmas vantagens atribuídas ao pessoal do Exército. (BRASIL, CEUB, 1946). (Grifou-se).

Ou seja, em um pouco mais de uma década, a terminologia segurança interna apareceu e desapareceu, sem, contudo, definir-se, exatamente, sobre o que se tratava, expondo-se de forma muito genérica.

Nota-se, contudo, que topograficamente, a segurança interna sempre esteve ligada a responsabilidade do Presidente da República.

Posteriormente, já em 1967, com a entrada em vigor da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), manteve-se à segurança interna e a ordem pública, a cargo dos Estados, por via das polícias militares:

Art. 13 - Os Estados se organizam e se regem pelas Constituições e pelas leis que adotarem, respeitados, dentre outros princípios estabelecidos nesta Constituição, os seguintes:
I - os mencionados no art. 10, n.º VII;
[...]
§ 4º - **As polícias militares, instituídas para a manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e os corpos de bombeiros militares são considerados forças auxiliares reserva do Exército**, não podendo os respectivos integrantes perceber retribuição superior à fixada para o correspondente posto ou graduação do Exército, absorvidas por ocasião dos futuros aumentos, as diferenças a mais, acaso existentes. (BRASIL, CRFB, 1946). (Grifou-se).

Ante a nova Constituição, o Presidente da República baixou o Decreto-Lei n.º 317, de 13 de março de 1967, o qual tinha a finalidade de reorganizar as polícias e os corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito federal.

Ressalta-se que tanto a Constituição de 1934, 1946 e de 1967 previam o termo segurança interna para de crimes de responsabilidade do Presidente, e, a partir da Constituição de 1946, passou-se, também, a incluí-la com atribuição das polícias militares.

Passados pouco mais de vinte anos, em 1988, eis que é promulgada a atual Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), a qual resgatou o termo “segurança pública” apresentado à época da Constituição de 1937.

Portanto, hodiernamente, ainda que previsto na Constituição, essa terminologia, raramente, é utilizada no Brasil, a exceção em 1992, quando do *Impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor de Mello, e, no atual momento em que a Presidente sofreu processo de impedimento.

Isto, porquanto, da previsão constitucional existente no capítulo II da CRFB, quando da Seção III, ao tratar dos crimes de responsabilidade do Presidente da República:

SEÇÃO III DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- I - a existência da União;
 - II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;
 - III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
 - IV - **a segurança interna do País;**
 - V - a probidade na administração;
 - VI - a lei orçamentária;
 - VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.
- Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento. (BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Ressalvada essa utilização, e, diante, a nova ordem constitucional, não mais se utilizou tal designação para tratar segurança interna tal como apresentado anteriormente, nem tão pouco da forma em que os autores já referidos definem.

Portanto, podemos dizer que de certa forma, no Brasil, a segurança interna encontra-se intrínseca a segurança pública, uma vez que, no artigo 144 da CRFB, encontraremos a definição de quais são os organismos e suas funções em relação à segurança pública.

Destarte, entendemos que seria possível pronunciarmos que a segurança pública em *lato sensu*, seria a definição de segurança interna, e, que a segurança pública em *stricto sensu*, seria a segurança pública propriamente dita.

1.1.3 Segurança Pública

Segundo Clemente (2015, p. 89-90), a segurança interna possui duas componentes, a segurança pública e a segurança privada, sendo a segurança

privada integrante da segurança interna, e, esta complementar, a segurança pública (eixo central da segurança interna). Destaca ainda, por sua vez, que a segurança interna incorpora-se na segurança nacional.

Nesse sentido, a par da dicotomia existente na segurança interna (segurança pública e segurança privada), buscaremos, contudo, discorrer apenas sobre a segurança pública, eis que pertinente ao tema delimitado.

Nesta lógica, buscando conceituar segurança pública, Clemente (2015, p. 89) afirma que “a segurança pública pertence ao foro da soberania interna do Estado: a **tutela pública** policial (hetero-tutela) prevalece sobre a **tutela privada** (autodefesa)”.

De outro lado, Gussi (2005, p.44-45), a segurança pública seria o primeiro nível da segurança política, o mais concreto, e, por meio, do qual o Estado busca manter o clima de normalidade da ordem jus-política. Para o autor, a segurança pública traduz o traço mais básico da segurança.

Buscando mais a essência da expressão, Mário Pessoa (1971, p. 119), descreve que “segurança pública é o estado antidelitual, que resulta da observância dos preceitos tutelados pelos códigos penais comum e pela lei das contravenções”.

No mesmo sentido, Clemente (2015, p.71), apresenta que “a segurança pública deve ser assim compreendida como um estado anti-delitual e representa uma das vertentes da noção de ordem pública *in lato sensu*.”

Ao tratar do assunto, Gussi (2005), acrescenta que a segurança pública traduz o traço mais básico da segurança, e, que:

Ela é uma das primeiras funções do Estado Moderno, pois implica – tanto o aspecto preventivo, quanto o repressivo – a manutenção da ordem constitucional em seu aspecto mais concreto: a pessoa humana. Vale dizer, portanto, que a segurança pública é segurança em seu aspecto mais cotidiano. (GUSSI, 2005, p. 43).

Conjugando a segurança pública e polícia, Mertens (2007), afirmou que:

Não há como se conceber o Estado ou outra forma de organização político-jurídico-social sem uma instituição com o dever de prevenir, reprimir e investigar os desvios de conduta que lesam penalmente os direitos individuais e coletivos. E esta instituição é e sempre foi a Polícia, integrante e indissociável do Estado, cuja missão primordial é realizar e manter a segurança pública. (MERTENS, 2007, p. 72).

Traduzindo a importância do direito à segurança pública no ordenamento jurídico brasileiro, Mertens (2007, p. 27) aduziu que “o direito à segurança pública é um direito fundamental no ordenamento nacional”.

Logo, no Brasil, a segurança pública assumiu contornos de extrema relevância, a citar a própria Constituição que apresentou um capítulo específico ao tema:

CAPÍTULO III DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. § 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas:

- I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e
- II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei. (BRASIL, CRFB, 1988).

Ao verificarmos o texto constitucional, percebemos que o legislador constituinte brasileiro, em um único capítulo tentou constituir o sistema de “segurança interna”, apresentando-o sobre a denominação de segurança pública, elencando quais as polícias e suas funções.

Ao nosso ver, quando o legislador conceitua segurança pública, no *caput*, do artigo 144 da CRFB, em verdade, encontrar-se estabelecendo princípios, diretrizes e fins, típicos a definição de segurança interna. Tanto é verdade que aponta a segurança pública como um dever não só ao Estado, mas ao cidadão, e, por conseguinte ao cidadão também.

Ao elencar, taxativamente, os órgãos públicos e suas finalidades, a Constituição pretendeu definir a segurança pública, em contraditório, portanto, a uma segurança privada.

Os órgãos públicos de segurança pública são aqueles categoricamente apresentados no referido dispositivo da CRFB, contudo, é possível verificar que nem todos constituem-se ou podem ser considerados como polícias, ainda que outros órgãos tenham o poder de polícia administrativa, para fins de sua inclusão no rol das polícias, estes estão desqualificados, por força do artigo 144 da Lei Maior.

Sob este argumento, Fontoura, Rivero e Rodrigues (2009), “ a enumeração é, além de tudo, taxativa, o que significa que não podem ser criados outros órgãos policiais incumbidos da segurança pública”.

Dessa forma, a Constituição traçou uma dimensão institucional da segurança pública, e ao cabo, da segurança interna, dando ao tema um caráter fortemente policial.

Neste diapasão, Da Silva (2003), corrobora e prescreve:

Os constituintes de 1988, ao resolverem criar um capítulo para a segurança pública, o Cap. II do Título V, contribuíram para a cristalização de uma visão estreita, policiaesca, dessa questão. Não só reduziram a segurança pública a uma listagem de órgãos policiais, como a viram com o paradigma da doutrina de segurança nacional na cabeça. (DA SILVA, 2003, p. 177).

Sob o mesmo prisma, Mertens (2007), o analisar o artigo 144 da CRFB, escreveu que:

A redação do artigo 144 da Constituição Federal não deixa dúvidas com relação a quem imputa o dever de efetivar o direito fundamental à segurança pública: ao Estado, com a responsabilidade de todos. Assim, tem-se que ao Estado, ente que detém o monopólio do uso da força, cabe organizar-se em termos de instituições, pessoal, aparelhamento e atribuições – dentre outros aspectos – para garantir que as pessoas sintam-se protegidas e, assim, aptas a normalmente viverem suas rotinas, desfrutando de seus bens, da convivência doméstica, das atividades sociais, indo ao trabalho e executando-o, enfim, simplesmente vivendo sem – o hoje infelizmente constante- receio de que “ algo de mal”, alguma lesão aos bens jurídicos tutelados pelo ordenamento, lhes aconteça. (MERTENS, 2007, p. 42).

Por conseguinte, a Constituição da República do Brasil, definiu em âmbito constitucional as regras jurídico-organizacionais dos órgãos em todos os níveis da Federação: União, Estados e Municípios, bem como quais órgãos cada um compete em matéria de segurança pública, conforme figura a seguir:

Figura 3 – Segurança Pública no Brasil



Fonte: elaboração própria, Cf. art. 144 da CRFB.

* A Polícia Ferroviária Federal encontra-se indefinida, fulcro liminar do STF nos autos de ADI nº 4708.

** A Guarda Municipal não é polícia, pois como já referido, apenas são polícias no sistema constitucional brasileiro aquelas elencadas nos incisos I ao V do artigo 144 da CRFB de 1988.

Esses são os pilares que sustentam a segurança pública na República Brasileira, e, com os quais trabalharemos em nossa investigação.

1.1.4 Forças de Segurança

Tendo em vista que a Lei de Segurança Interna (LSI) portuguesa versar sobre Forças Segurança (FS), antes de determinamos polícia, trataremos de defini-las.

Em relação à segurança interna face a forças de segurança (FS) e essas em relação com a polícia, cabe aqui apresentar importante anotação prescrita por Canotilho e Moreira (2014, p. 859), segundo os autores, “no âmbito da polícia, a função de segurança interna cabe às *forças de segurança* (cfr. n.º 3).”.

Concordando com esse posicionamento, Raposo (2006, p. 49), que conforme LSI, “do seu artigo 1.º, n.º2, poderia, porventura, inferir-se que para o legislador, *forças de segurança* seriam as polícias, ficando a expressão *serviço de segurança* reservada para os organismos que contribuindo para a garantia da segurança interna, não revestissem natureza policial – como é o caso do Serviço de Informações de Segurança”.

Seguindo seu raciocínio, o autor, afirma que

é o caso da Guarda Nacional Republicana, da Polícia de Segurança Pública e da Polícia Marítima, que desenvolvem funções de segurança pública dispondo para efeito de uma estrutura organizativa militarizada ou, no caso da segunda, inspirada no modelo castrense.

Como já apresentado neste trabalho, a LSI tratou de apresentar a segurança interna, seus os órgãos e as atribuições de cada um destes para a execução dos fins pretendidos a segurança interna.

Contudo, muito embora possamos apresentar quais órgãos estão no rol da forças e serviços de segurança (FSS), pela observação do texto legal, não é possível definir quem são as forças de segurança (FS) e quem são os serviços de segurança (SS).

Desta feita, nos coube verificar a legislação a qual Ministério do Estado Português estão subordinados os órgãos elencados, e, após verificarmos que estão sob a alçada do Ministério da Administração Interna (MAI), nos coube verificarmos as normas por ele emanadas.

De pronto, nos socorremos da Lei Orgânica do MAI (Decreto-Lei n.º 126-B/2011, de 29 de dezembro) do órgão em epígrafe, para inicialmente verificarmos sua missão e atribuição:

Artigo 1.º**Missão**

O Ministério da Administração Interna, abreviadamente designado por MAI, é o departamento governamental que tem por missão a formulação, coordenação, execução e avaliação das políticas de segurança interna, do controlo de fronteiras, de protecção e socorro, de segurança rodoviária e de administração eleitoral.

Artigo 2.º**Atribuições**

Na prossecução da sua missão, são atribuições do MAI:

- a) Garantir e manter a ordem e tranquilidade públicas;
- b) Assegurar a protecção da liberdade e da segurança das pessoas e seus bens, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de Direito;
- c) Prevenir e reprimir a criminalidade;
- d) Controlar a circulação de pessoas nas fronteiras, a entrada, permanência e residência, saída e afastamento de estrangeiros no território nacional, no quadro da política de gestão da imigração e apreciar e decidir a concessão do estatuto de igualdade e de refugiado;
- e) Controlar as actividades de importação, fabrico, armazenamento, comercialização, licenciamento, detenção, uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas, sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério da Defesa Nacional;
- f) Regular, fiscalizar e controlar a actividade de segurança privada;
- g) Prevenir catástrofes e acidentes graves e prestar protecção e socorro às populações sinistradas;
- h) Promover a segurança rodoviária e assegurar o controlo do trânsito;
- i) Adoptar as medidas normativas adequadas à prossecução das políticas de segurança interna definidas pela Assembleia da República e pelo Governo, bem como estudar, elaborar e avaliar a execução das medidas normativas integradas na área da administração interna;
- j) Assegurar a manutenção de relações no domínio da política de administração interna com a União Europeia, outros governos e organizações internacionais, sem prejuízo das atribuições próprias do Ministério dos Negócios Estrangeiros e no âmbito dos objectivos fixados para a política externa portuguesa;
- l) Organizar, executar e apoiar tecnicamente o recenseamento e os processos eleitorais e referendários. (PORTUGAL, LOMAI, 2011).

Pela análise literal da lei é possível verificar que o MAI tem atribuição direta e fulcral nas políticas de segurança interna, desde a formulação a execução de políticas de segurança interna. Inclusive de garantir e manter a ordem e a tranquilidade (garantia de segurança – como já referido anteriormente), prevenir a criminalidade, controla as fronteiras e etc.

Ainda que importantes, os dispositivos supra, em momento algum, estes apresentam quaisquer referências a definição pretendida.

Destarte, passamos então a ponderação do referido dispositivo legal, quanto aos órgãos que compõem a estrutura orgânica do Ministério na forma de administração pública direta, se neste sentido, assim dispõe os art. 4.º e art. 6.º do Decreto-Lei n.º 126-B/2011:

Artigo 4.º**Administração directa do Estado**

1 — Integram a administração directa do Estado, no âmbito do MAI, os seguintes serviços centrais de natureza operacional:

- a) **As forças de segurança;**
- b) O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- c) A Autoridade Nacional de Protecção Civil;
- d) A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

Artigo 6.º**Forças de segurança**

1 — As forças de segurança têm por missão defender a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos do disposto na Constituição da República e na lei.

2 — **As forças de segurança organicamente dependentes do MAI são a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública.**

3 — **As forças de segurança regem -se por legislação própria, que define o seu regime, designadamente quanto à sua organização, funcionamento, estatuto de pessoal e protecção social.**

(PORTUGAL, LOMAI, 2011). (Grifou-se).

Deste modo, temos que as forças de segurança estão, por expressa disposição legal, na estrutura da administração pública direta sob o julgo e desígnios do MAI.

Fulcro o texto legal em epígrafe, nos parece haver duas importantes e bem cristalinas questões: 1º) o Decreto-Lei foi taxativo em elencar a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Guarda Nacional República (GNR) como Forças de Segurança, e, 2º) as Forças de Segurança são regidas por legislação própria definindo seu regime jurídico quanto à organização, funcionamento, estatuto pessoal e proteção social (segurança social).

Em suma, a Polícia de Segurança Pública, de maneira evidente, é uma força de segurança sob o patrocínio direto do Ministério da Administração Interna (MAI), cabendo-lhe, portanto, a segurança pública.

1.1.5 Polícia

1.1.5.1 Da Evolução Histórica da Função Policial até as Primeiras Polícias

A conceituação e delimitação das funções exercidas por pessoas e órgãos com funções de polícia remonta um longo caminho, construído ao longo de séculos, Clemente (1998, p. 68), relata que a função policial remonta desde a civilização egípcia, sendo conhecida a partir do reinado do faraó Manés (3315 a.c).

Ainda, segundo o referido autor (1998, p. 76), a função policial aparece nas comunidades europeias com a criação de Cidades-Estados gregas, onde um grupo de cidadãos possuíam a atribuição da vigilância. Cada Estado Helênico dotava-se de um exército voltado a ordem interna e a segurança.

Para alguns autores, com o surgimento do Estado grego ocorrem os primeiros relatos de estabelecimento de pessoas incumbidas da segurança. Neste sentido, assim apresenta Monet (2002):

É, portanto, na Grécia antiga, na época em que, no resto do mundo, os indivíduos só podem contar consigo mesmos para preservar sua segurança, que aparecem, pela primeira vez na Europa, e talvez na história da humanidade, agentes especializados, encarregados de fazer respeitar as leis da cidade utilizando coação física e a ameaça de ações penais. Essas polícias helênicas da Antiguidade são múltiplas, pouco profissionalizadas, provavelmente pouco coordenadas entre si. (MONET, 2002, p. 32).

Neste seguimento, complementando o já exposto, Monet (2002, p. 32) descreve que uma polícia dos mercados convive, em Atenas, com uma polícia das águas, uma polícia dos reservatórios de cereais, uma polícia dos portos.

Logo, tão antigo quanto polícia e a suas múltiplas vertentes, são suas formas fragmentadas, onde cada qual possui um objeto ou público policiado ou vigiado.

Em relação a civilização romana, é possível dizer que foi a primeira a estabelecer uma força pública voltada a segurança das áreas urbanas e rurais, durante a organização da cidade, reinado de Numa (714 a.C. -671 a.C). (CLEMENTE, 1998, p. 76).

Apresenta Clemente (1998, p. 77), na sequência do período supra, durante o reinado do Imperador Augusto, o policiamento urbano esteve a cargo dos *stationari*. Eram estes os que executavam as funções policiais destinadas a segurança interna. Portanto, a partir do período augustiniano, a proteção da população por força pública aramada, militar ou policial, tornou-se regra.

Na esteira desse raciocínio, Jean-Claude Monet (2002), apresenta que com o Reinado de Augusto, ocorre um desenvolvimento no Estado imperial, o que provoca o aparecimento de uma administração pública, profissional e moderna. Segundo Monet:

Augusto retira do Senado suas responsabilidades administrativas tradicionais em relação a Roma e cria o posto de “prefeito da cidade”: ao *praefectus urbi*, doravante, cabe manter a ordem na rua, tomar as disposições necessárias, intentar ações penais contra os contraventores. Um estado maior o assiste, no seio do qual figurava o prefeito encarregado de comandar os *vigiles*, que patrulham as ruas a serviço da polícia noturna e da luta contra incêndios, e os *stationarii*, que permanecem em posto fixo, numa espécie de departamento de polícia de bairro. Daí em diante, os responsáveis pela ordem pública e por seus subordinados são funcionários nomeados e pagos pela autoridade política central, diante da qual eles são responsáveis. (MONET, 2002, p. 34-35). (Grifou-se).

Assim, podemos dizer, que caracterização da função policial, desde então, distinguiu-se de forma diversa consoante a forma de sociedade na qual encontrava-se inserida.

Exemplificando, Clemente (1998, p. 69), apresenta que o símbolo do exercício policial se materializava por meio de um bastão, encimado por uma esfera metálica com o nome do monarca gravado.

Dessa forma, não existe a possibilidade de se estudar e/ou pensar segurança, polícia ou pacificação social de forma dissociada a evolução histórica humana, social, jurídica e organizacional.

Clemente (1998, p. 69), destaca que entre o século XV até a Revolução Francesa (1779), a função policial encontrava-se ligada a governação e administração, caracterizando-se por Estado de Polícia ou Estado de Administração, alterando-se, somente após a marco histórico da tomada da Bastilha.

Citando, especialmente, a Europa, Clemente (1998, p. 69), acrescenta que no século XVIII, assistiu-se o nascimento de corporações percussoras das polícias atuais e das bases do moderno sistema policiais.

Quanto ao exercício da função policial, o mesmo autor, destaca que até o século XX, em muitos locais, perante inexistência de corpos policiais, as funções eram exercidas pelas Forças Armadas.

Aduz ainda, que tal manifestação caracterizou-se pela aparição de polícias e sistemas policiais com particularidades distintas umas das outras, o que justifica a inexistência de um único modelo a todos os Estados.

Complementando, os elementos apresentados, Karnikowski (2010, p. 75), descreve que a partir da metade do século XIX, surgem os dois modelos alicerces dos sistemas policiais, o francês (ou continental) e o inglês (ou anglo-saxônico), sendo o primeiro constituído de forças gendarmes (polícias militares), e o segundo de polícias civis.

Afirma também que as polícias militares surgem a partir da criação da Gendarmerie em 1791 e as polícias civis, com a criação da Polícia Metropolitana de Londres em 1829, por Robert Peel.

Nesse sentido, Karnikowski (2010, p. 75), aduz que até meados do século XIX, eram os exércitos dos países que realizavam os serviços de polícia, entretanto, adverte que não se tratava de um serviço de policiamento, pois, este requer uma atividade continua de manutenção da ordem.

Trazendo à tona o modelo de origem francesa, Monet (2002, p. 50), escreve que “a influência francesa ultrapassa o século XVIII: as guerras da Revolução e do Império imprimem, por sua vez, sua marca duradoura nas polícias europeias, com a difusão do código napoleônico e adoção, por inúmeros países, de uma polícia militar calcada no modelo da antiga *Maréchausée* (polícia montada) francesa, rebatizada de *Gendarmerie* em 1791.

Diante dos acontecimentos negativos e anteriores a entrada do século XIX, no que diz aos Franceses, a opinião pública inglesa exige uma reforma no sistema e nas polícias inglesas, em especial sob dois aspectos: a visibilidade e a necessidade de se descaracterizar as polícias como polícias de modelo militar.

Neste sentido, Monet (2002, p. 51-52), apresenta que no dia 29 de setembro de 1829, em Londres, cerca de três mil *constables* da *Metropolitan Police* assumiram as funções de polícia na cidade.

Portanto, surgia assim a concepção de uma polícia civil, dando origem a um modelo de base, que serviria de alicerce a outros posteriormente desenvolvidos com mesmas características.

Portanto, a partir do século XX, inicia-se uma transmutação, resultando da instituição de corpos policiais com a missão específica e característica da atividade policial.

Para Clemente (1998), hodiernamente, a função policial caracteriza-se, eminentemente, por sua função social, destinando-se, a assegurar a organização interna da sociedade e o respeito as normas, podendo-se lançar mão, eventualmente de meios coercitivos, incluindo-se emprego de armas de fogo.

1.1.5.2 O Conceito de Polícia

Segundo Raposo (2006, p.21) termo “polícia” origina-se do vocábulo latino “politia”, que, por sua vez, resultou da latinização da palavra grega “πολιτεία” (politeia), que por sua vez é derivada de “polis” que significa “cidade”.

Conforme Clemente (2015, p. 60), a palavra polícia conserva ambiguidade de um nome polissémico, ou seja, apresenta variados sentidos ao longo do tempo. Aduz, que o vocábulo tem origem do grego “*politeia*”, que simbolizava o governo nas cidades gregas.

A conceituação de *polícia*, contida no Manual de Direito Administrativo, no qual, Marcello Caetano, assim definiu:

Definiremos a *Polícia* como o modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem dos danos sociais que as leis procuram prevenir. A polícia é um *modo de actividade administrativa* (CAETANO, 1990, p. 1150).

Manuel Valente (2012), em sua obra Teoria Geral do Direito Policial, conceituou polícia da seguinte forma:

Polícia em sentido lato é atividade de natureza executiva – ordem e tranquilidade públicas e administrativa -, dotada, de natureza judiciária no quadro de coadjuvação e prossecução de actos próprio no âmbito do processo penal – cuja função jurídico-constitucional se manifesta na concreção da defesa da legalidade democrática, da garantia da segurança interna e da defesa e garantia dos direitos do cidadão e da prevenção criminal quer por vigilância quer por prevenção criminal *stricto sensu*, podendo para cumprimento daquelas funções fazer uso da força – *coacção* – dentro dos limites do estritamente necessário e no respeito pelo Direito e pela pessoa. (VALENTE, 2012, p. 101).

Em busca de uma definição conceitual para polícia, João Raposo (2015), insere o seguinte prisma:

A polícia pode ser encarada como *atividade* e como *instituição*. Em *sentido material ou funcional*, a polícia é uma atividade de prevenção da perigosidade social; em *sentido institucional ou orgânico*, o conjunto dos serviços da Administração Pública com funções essencialmente policiais. A polícia pode ainda ser entendida como o conjunto das tarefas a cargo das entidades policiais, independentemente da sua natureza, falando-se a esse propósito num *sentido formal* de polícia (ou polícia *por atribuição*). (RAPOSO, 2015, p. 307).

Apresentando o desdobramento do conceito de polícia, Clemente (2015), enfatiza que:

Além da polícia em sentido orgânico ou material e da polícia em sentido funcional, existe ainda a polícia em sentido formal. A polícia é tanto um modo de agir da administração pública – a polícia em sentido funcional -, como um conjunto de normas reguladoras da ordem pública encarregada de manter a ordem pública e de velar pelo cumprimento das leis – a polícia em sentido orgânico.

[...] Quanto à polícia em sentido funcional, tem vindo a ser considerada como o “modo de agir da Administração Pública que visa fins de segurança pública de carácter geral. Este sentido de polícia manifesta-se, nomeadamente, na apreensão de armas proibidas. Quanto à polícia em sentido orgânico, consiste no “serviço da Administração Pública que tem por atribuição exclusiva, ou predominante, a prossecução de uma atividade de uma polícia geral. **Este sentido espelha-se nos corpos policiais, maiormente nas forças de segurança.** (CLEMENTE, 2015, p. 61). (Grifou-se).

Portanto, a doutrina confirma o carácter policial dos corpos de polícias ora denominados como forças de segurança, pelo qual, podemos então afirmar categoricamente de as Forças de Segurança são indubitavelmente POLÍCIAS, ainda que não conste a expressão em suas denominações.

Trazendo a importância da polícia para a sociedade, Monet (2002, p. 16), afirma que “a polícia, enfim, é uma instituição singular em razão da posição central que ela ocupa no funcionamento político de uma coletividade [...] Sempre que a ordem e a segurança deixam de ser garantidas, não existe, ou deixa de existir Estado. ”

Por esta razão, acreditamos que a polícia não é o único ator da segurança, no entanto, é o ator mais importante em razão de suas atribuições no sentido de se manter a soberania interna do Estado, a paz social, a ordem pública e a segurança pública.

1.1.5.3 Tipos de Polícia (Tipologia Policial)

Neste ponto trataremos de distinguir os tipos de polícias, e, segundo os ensinamentos de Canotilho e Moreira (2014, p. 858), ao comentar o artigo 272º da CRP, assim destacam:

Os princípios aqui previstos são, porém, princípios gerais aplicáveis a todos os tipos de polícias, de forma a abranger: (a) a **polícia administrativa** em sentido restrito; (b) a **polícia de segurança**; (c) a **polícia judiciária**. (CANOTILHO e MOREIRA, 2014, p. 858). (Grifou-se).

Em relação aos tipos de polícia, João Raposo (2015), apresenta outra conceituação, e, apresenta seu pensamento da seguinte forma:

Na atividade policial, *por natureza*, cumpre distinguir a **prevenção da criminalidade (polícia judiciária) da prevenção dos restantes perigos (polícia administrativa, em sentido restrito)**. A atividade de polícia judiciária é regulada pela Lei de Organização da Investigação Criminal (Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, alterada pela Lei n.º 34/2013, de 16 de maio) e pelo Direito Processual Penal; as atividades de polícia administrativa, pelo Direito de Polícia, ramo do Direito Administrativo geral. A polícia administrativa abrange as diversas áreas de atividade humana onde possam existir perigos que, pela sua relevância, justifiquem uma intervenção de autoridade. Assim, e **em primeira linha, temos a polícia de segurança pública**, destinada a assegurar o cumprimento da lei e garantir a segurança das pessoas e bens, e das instituições políticas. Mas, a par dela, encontramos **múltiplas atividades de polícia administrativa especial, como é o caso das polícias de viação, dos transportes, dos espetáculos, económica, fiscal, sanitária, de segurança alimentar, do ambiente, florestal, do urbanismo, informática, etc.** (RAPOSO, 2015, p. 308). (Grifou-se)

O Professor Pedro Clemente (2015, p. 63), concorda com essa divisão clássica, para ele “ a polícia divide-se em dois grandes ramos: polícia judiciária e polícia administrativa (geral e especial) ”.

Concordando com essa divisão dos tipos de polícia, Marcello Caetano, assim escreveu:

Modalidade da polícia. Vimos que, por definição, a polícia é um modo de atividade administrativa. Todavia, é costume distinguir dois ramos dessa atividade, reservando a um deles a designação **de polícia administrativa propriamente dita, e dando ao outro o nome de polícia judiciária**. (CAETANO, 1990, p. 1153). (Grifou-se).

Neste diapasão, Clemente (2015), assim sintetizou:

Por norma, a polícia administrativa geral garante a ordem pública, enquanto a polícia administrativa especial visa a prevenção num sector específico da vida social, incluindo a área alimentar e económica. Na polícia administrativa geral inclui-se a polícia de segurança pública, vulgo força de segurança. (CLEMENTE, 2015, p. 63). (Grifou-se).

Aprofundando ainda mais, e, especificando em relação as polícias portuguesas, Clemente (2015), apresenta que:

A doutrina administrativa nacional considera que a polícia administrativa visa fins genéricos de segurança, pelo que associa o conceito de polícia administrativa geral com a noção de polícia de segurança, ou seja, a *polícia de segurança integra-se na polícia administrativa*. **A atividade administrativa de polícia geral está “associada entre nós à polícia de segurança, daí que a GNR e a PSP sejam designadas como forças de segurança**. (CLEMENTE, 2015, p. 63). (Grifou-se).

Discordando da distinção até aqui apresentada, Dominique Monjardet (2002), apresenta a divisão das polícias da seguinte forma:

Há primeiro uma *polícia da ordem ou polícia de soberania*, que se desprende lentamente do exército, de um lado, e das redes de espionagem e de vigilância internas, de outro (e bem antes de Fouché e de seus “*mouches*” [lit. moscas;espíões], os *bocche di leone* [bocas de leão] venezianos preenchiem também esse ofício). Essa polícia de soberania, braço armado do Estado na ordem interna, tem no mais das vezes três ramos. Uma polícia de ordem no sentido estrito, unidades militarizadas encarregadas de dominar os movimentos coletivos, e notadamente de impedi-lhes, pela força, o recurso à violência. Uma polícia de inteligência, que visa a prevenir o poder de todo complô ou ameaça contra seus detentores atuais. Uma polícia de fronteiras, polícia dos estrangeiros, da imigração (e às vezes da emigração). Essa polícia de soberania está inteiramente nas mãos e sob a autoridade exclusiva do poder

[...] Há em seguida uma *polícia criminal*, que instrumentaliza a força e os meios de ação não contratuais para **reprimir** os segmentos da sociedade que se recusam suas leis. O termo polícia criminal pode aliás ser demasiado restritivo na hipótese em que esses segmentos da sociedade não são unicamente a adição de indivíduos ou grupos (bandos, máfias, “ambientes”), mas grupos sociais como tais (minorias étnicas e culturais, moradores de rua, por exemplo). É o sentido que pode ter a noção de polícia de classe.

[...] Enfim, há uma *polícia urbana* (municipal, comunitária, de proximidade) que se origina nos guetos burgueses e cujo papel é, segundo a apropriada expressão de Alain, “a proteção do sono, o que supõe rondas de guarda”. Ela não é equipada para vigiar o criminoso nem conter o tumulto; ela é a expressão da autoridade, esse intermediário entre a força possuída e a coerção exercida. (MONJARDET, 2002, p. 283). (Grifou-se).

Acreditamos que existem diversas possibilidades de classificação das polícias, contudo, fato é que, todas as polícias possuem, natureza administrativa, ainda, que algumas recebam a denominação de polícia judiciária.

Neste caso, quando tratarmos de polícias judiciárias significa de polícia administrativa que possui como missão precípua o auxílio a autoridades judiciárias (ministério público ou judiciário).

1.1.6 Ordem Pública

A conceituação de “ordem pública”, da mesma forma que outros tantos conceitos ligado ao tema segurança, é uma das tarefas mais difíceis, pois, está, diretamente, relacionada ao contexto político, jurídico, institucional e social de uma determinada nação, tamanha amplitude, proporciona conceituação diversa e abrangente na doutrina.

Ferreira de Oliveira (2015, p. 26), advoga que “ a ordem pública pode ser interpretada numa vertente que designaremos de “técnico” ou “jurídica” ou “formal” e num prisma material.

Apresentando a complexidade do tema, Spaniol (2016, p. 21), destaca que “a locução ordem” possui diversos contornos segundo a doutrina, não estando fixa em uma única formula”, portanto, o que aqui for apresentado, jamais poderá ser valorado em caráter absoluto.

Moreira Neto (1991, p. 137) apresenta o conceito de ordem pública, afirmando que é “uma situação de convivência pacífica e harmoniosa da população, fundada nos princípios éticos vigentes na sociedade”.

Ainda sob esse mesmo ponto de vista, Frabetti (2014, p. 100) citando Afonso da Silva, escreve que “a ordem pública trata-se de uma situação de pacífica convivência social, isenta de ameaça de violência ou de sublevação que tenha produzido ou que possa produzir, a curto prazo, a prática de crimes”.

Comentando um parecer da Procuradoria-Geral da República de Portugal, Pedro Clemente (2015, p. 72), apresenta outro conceito:

A doutrina jurídica portuguesa concebe a **ordem pública** como o **“conjunto das condições externas necessárias ao regular funcionamento das instituições e ao pleno exercício dos direitos dos direitos individuais, nuclearmente segundo a trilogia funcional da defesa da tranquilidade, segurança e salubridade”**. Neste entendimento, o conceito alargado de ordem pública engloba a noção de segurança pública, porquanto, a ordem pública é vista como a ordem social estabelecida pelo direito positivo e a polícia administrativa representa o conjunto de intervenções da administração Pública, para impor à livre acção dos particulares a disciplina exigida pela vida em sociedade. (CLEMENTE, 2015, p. 72). (Grifou-se).

Voltando aos ensinamentos de Ferreira de Oliveira (2015), convém apresentarmos em nosso trabalho as vertentes desenvolvidas pelo autor, e, as quais são de tal modo apresentadas:

Na perspectiva formal, a ordem pública representa o conjunto das regras fundamentais à vida em sociedade sem as quais se importaria a anarquia e, em consequência, o atropelo às mais elementares regras de convivência entre os homens. De entre *[sic]* essas regras destacam-se um conjunto de normas de natureza imperativa ou proibitiva, denominadas de “ordem pública” que segundo as ideias dominantes, num dado contexto temporal e social, regulam os interesses vitais dessa sociedade. Esses interesses sociais são de tal modo relevantes para a sociedade que actos que os contrariarem são normalmente nulos ou constituem crime. [...] Do ponto de vista material, a ordem pública significa ausência de desordem e violência. (OLIVEIRA, 2015, p. 26).

Para o autor, a “ordem pública pertence a esfera da segurança interna e integra a segurança pública”.

Discordando do autor supra quanto a posição em que se encontra a ordem pública na segurança, conforme nota de instrução operacional nº 025.2, da Brigada Militar (anexo “A”), “ordem pública é estado que abrange segurança pública, a tranquilidade pública e a salubridade pública, e opera para que o bem comum, e a pacífica e harmoniosa convivência social preponderem, segundo os valores legais, morais e políticos de uma determinada sociedade”. (BRIGADA MILITAR, 2013, p.3).

Logo, por esta definição a segurança pública estaria no bojo da ordem pública, desta feita, entendimento diverso de Ferreira de Oliveira, o qual entende que a ordem pública estaria assentada na segurança pública.

Uma definição possível para ordem pública encontra-se esculpida no Decreto n.º 88.777, de 20 de setembro de 1983 (R-200), no seu artigo 2º, item n.º 21, que dispõe:

21) Ordem Pública -. Conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum. (BRASIL, DECRETO n.º 88.777, 1983).

Por fim, cabe resumirmos a partir do que escreveu professor Álvaro Lazzarini (1998), que “ a ordem pública é mais fácil de ser sentida do que definida, mesmo porque ela varia de entendimento no tempo e no espaço”, portanto, para nosso estudo ficaremos mais atrelados as definições apresentadas pelos textos legais pois estes exprimem a vontade do “povo”.

Ao nosso juízo, independentemente dessa discussão acadêmica, podemos afirmar, sem sombra de dúvidas que a ordem pública diz respeito à segurança pública, e, por conseguinte a polícias de ordem pública.

2 PERSPECTIVA HISTÓRICA

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA POLÍCIA PORTUGUESA

No século XII, surgiu o Reino de Portugal, período o qual se consolidou a cultura “das armas” e das batalhas, sem poucos períodos de paz, e, muitos de guerras, tempo este, em que não haviam regras escritas.

O aparecimento de regras e normas deu-se com a criação das leis mais remotas conhecidas datam de 1211, ocasião do reinado de Dom Afonso II (1186-1223). (CLEMENTE, 1998, p. 77).

Nesse sentido, Clemente (1998, p. 77), apresenta que, neste período, com intuito de combater a vingança privada e permitir a aplicação da justiça pública, bem como manter a ordem urbana, outorgou-se, a certos lugares e a certas instituições o desempenho do Direito positivo, para então alcançar a paz. Além disso, a quebra da ordem, passaria a significar delito contra o Rei. Dessa forma, em Portugal, passou-se então a haver em determinados locais sobre os quais haveriam o exercício de uma função policial.

Posteriormente, o rei D. Dinis (1261-1325), percebendo a necessidade de prevenir e reprimir a criminalidade, bem como manter a ordem cívica, empossou alcaides (prefeitos municipais), em todos os concelhos (municípios) do reino, os quais, em seus limites territoriais, como comandantes militares, detinham, por nomeação e atribuição real, a função de manter a ordem pública, portanto, a segurança e paz pública. Dessa feita, os alcaides deviam assegurar o cumprimento das leis, dos alvarás e editais da casa real. Para tanto, o rei dava-lhes as competências judiciais e militares em sua localidade. (CLEMENTE, 1998, p. 77).

Ainda, segundo Clemente (1998, p.78), durante o reinado de Dom Afonso III (1210-1383), era nomeado um grupo de homens-jurados, a quem cabiam o policiamento, com a finalidade de prevenir e reprimir os delitos, bem como a segurança da povoação. E estes, posteriormente, em 1383, no reinado de Dom Fernando I (1345-1383), em Lisboa, receberam o nome de *Quadrilheiros*.

Assim, a contar de desde momento, podemos dizer que encontramos o sistema pré-policial português, em sentido orgânico-estrutural, pelo qual os Quadrilheiros efetuavam o policiamento antes do aparecimento da primeira

instituição policial. Frisa-se, portanto, que em 1383, em Lisboa passa a ser marco inicial para a introdução progressiva de organização policial com a implementação dos *Quadrilheiros*.

Os *Quadrilheiros* possuíam um Corpo Policial próprio, atuando na cidade de Lisboa, local onde deviam, por juramento, manter a multidão em ordem. Para tanto, possuíam as suas próprias armas, duas lanças, uma de oito palmos e outra de dezoito palmos, bem como uma vara verde, bem como uniformizados. Além da ordem, lhes cabiam vigiar, reprimir e verificar a existência de vadios e estrangeiros nos seus quartos e nas casas de taboagem (sinônimo de casas de jogos ou cassinos). (CLEMENTE, 1998, p. 78).

Nesse diapasão, Cosme (2006, p. 28), descreve que com a criação dos *Quadrilheiros* pretendia “facilitar a vigilância e obstar às constantes violações da ordem pública”.

A denominação de *Quadrilheiros* remonta aos tempos da Roma imperial, em que um grupo de quatro agentes, ou seja, quadrilha, acompanhava o *pretor* nas rondas as cidades romanas. A nomeação era realizada a partir da escolha de um morador em um grupo de a cada vinte, o qual, obrigatoriamente, por três anos consecutivos, servia em nome da ordem pública. A atuação dos *Quadrilheiros* restringia-se as relações entre os cristãos, nacionais e estrangeiros, afora se envolvessem cristãos e judeus ou mouros. Em relação aos mouros (islâmicos) cada mouraria possuía um alcaide (prefeito) juntamente com sua guarda cívica própria, da mesma forma os judeus. Portanto, havia limitações de ordem religiosas a limitar o exercício da atividade policial dos *Quadrilheiros*. (CLEMENTE, 1998, p. 79).

Em 1418, por ordem do Alcaide-Mor, os *Quadrilheiros* foram desobrigados de policiar, durante a noite a cidade de Lisboa. E em 1421, o Porto recebeu o primeiro grupo de *Quadrilheiros*. (CLEMENTE, 1998, p. 79).

De acordo com Clemente, o rei Dom Afonso (1432-1481), em 10 de julho de 1414, concedeu diversas vantagens aos *Quadrilheiros* de Lisboa, entretanto, as Ordenações Afonsinas determinaram a subordinação dos mesmos aos juizes, para efeitos de detenções de pessoas, as quais, salvo no período noturno, deveriam ser logo conduzidas.

Em virtude de uma concentração maior de delitos, o rei D. Sebastião (1554-1578) promulgou uma coleção de leis, bem como dividindo Lisboa em bairros, nos

quais, cada um possuía um oficial de justiça. Ainda, dispensou os *Quadrilheiros* de pagamentos de impostos e prestação do serviço militar. (CLEMENTE, 1998, p. 80).

Já em 1603, o rei D. Felipe II (1578-1621), outorgou novo regulamento aos *Quadrilheiros*, tornando obrigatório a existência de um para cada rua, obrigando-os, concomitantemente, as rondas noturnas. Também, proibiu o povo de andar armado pelas ruas (CLEMENTE, 1998, p. 80).

Após tais atos, os *Quadrilheiros*, passaram por problemas de efetivo, pois muito embora os delitos só aumentassem, as inclusões de novos policiais não ocorriam, chegando-se ao ponto em que a criminalidade de Lisboa havia se tornado precária, e, em 1709, os homicídios e furtos eram banais. (CLEMENTE, 1998, p. 80).

Após esse período, e, já após 1760, começa-se a usar o termo **Polícia** para designar o agente policial. Igualmente, e, mais precisamente a 25 de julho de 1760, por iniciativa do Marquês de Pombal, então Primeiro-Ministro do reinado de Dom José I (1714-1777), a criação da Intendência-Geral de Polícia da Corte e Reino. Com a criação desta, para cada bairro foram nomeados um Comissário de Polícia, o qual era coadjuvado por Cabos de Polícia. (CLEMENTE, 1998, p. 81).

O ano de 1760 constitui um marco na história policial lusa, pois, por meio do alvará de 25 de junho, se reconhece a incompatibilidade funcional entre a Justiça e a Polícia da Corte e do Rei. (COSME, 2006, p. 38).

Em virtude da criação da Intendência da polícia da Corte e Reino (1760), e, posteriormente, a Guarda Real de Polícia (1801), os *Quadrilheiros* são extintos em quanto organização policial.

Nesse sentido, de acordo com Clemente (1998), Diogo Inácio Pina Manique, na qualidade de Intendente-Geral de Polícia, criou uma corporação armada e montada, denominada Guarda Real de Polícia (GRP), em 1801. Sendo esta, composta por efetivos de cavalaria e infantaria, tornando-se no primeiro corpo militar português com funções essencialmente de polícia civil.³

Segundo Pereira e Silva (2012, p. 12), a criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino, seria a primeira organização com funções policiais em Portugal com contornos modernos.

³A Guarda Real de Polícia (GRP) teve como primeiro Comandante do Conde de Navion, aristocrata, exilado da França após a Revolução Francesa, sendo inspirada pela criação, em 1791, da *Genermerie* (Gendarmeria) francesa.

Em 1802, surgiu a Guarda de Barreiras, a qual possuía caráter militar, sendo responsável pela fiscalização aduaneira nas entradas de Lisboa, deixando, portanto, de ser atribuição da Guarda Real de Polícia. Destarte, a partir de então, Portugal passou a ter duas gendarmarias, o que só deixaria de ocorrer em 1993, com a extinção da Guarda Fiscal⁴. (CLEMENTE, 1998, p. 82).

Conforme Clemente (1998), entre os anos de 1807 a 1818, em virtude dos acontecimentos históricos (invasão francesa e ida da Corte para o Brasil), algumas alterações ocorreram, dentre elas, em 1807, a Guarda Real de Polícia (GRP) teve sua designação substituída por Guarda Militar de Polícia, fato desfeito em 1808, mesmo ano da fundação da Intendência-Geral da Polícia da Corte e Estado do Brasil⁵. E, em 1818, houve a criação do Corpo de Polícia Marítima, ficando adormecida no ano seguinte.

Em 1824, é criada a Guarda de Polícia do Porto, a qual foi fundida com a Guarda Real de Polícia em 1826. Em 1833, é extinto o cargo de Intendente-Geral da Polícia, passando os serviços de polícia aos Governadores Cíveis de Distrito.

Em virtude a guerra civil portuguesa (1828-1834), na qual a Guarda Real de Polícia lutou juntamente com os miguelistas, ocorre um verdadeiro abandono operativo a Lisboa. Ao final, desta, e, como parte do acordo de paz, Guarda Real de Polícia foi extinta, em 1834, o que levou a institucionalização de uma Guarda Municipal. (CLEMENTE, 1998, p. 83).

Em mesmo sentido, Cosme (2006, p. 46), apresenta que “o fim da guerra civil, em 1834, a facção liberal, vencedora do conflito, não perdeu tempo e, ainda no mesmo ano, durante a Convenção de Évora Monte, extinguiu as Guardas Reais da Polícia de Lisboa e do Porto, conotadas com a facção carlista, que fora derrotada.

Segundo Cosme (2006, p. 46), em 1834, é criada a Guarda Municipal de Lisboa, e no ano seguinte, a do Porto. No ano de 1868, as Guardas Municipais foram integradas ao exército.

Em 1883, diante a incapacidade na contenção da desordem e por aclamação popular, criou-se corpos militares para manter a segurança pública em cada distrito, forças policiais estas que foram nomeadas de Corpo Municipal de Segurança

⁴ A Guarda Fiscal foi a legatária de Guarda de Barreiras, sendo, portanto, esta é gênese daquela. Por meio do Decreto com força de Lei de 14 de setembro de 1885, à Guarda de Barreira, também designada Guarda de Alfândegas, passa a ser denominada Guarda fiscal.

⁵ Alvará Régio de 10 de maio de 1808.

Pública⁶. Entretanto, a criação de novos corpos não surtiu o efetivo esperado, levando, então, em 1840, os Corpos Nacionais, todos extintos em 1942. (CLEMENTE, 1998, p. 83).

O rei D. Luís, em 02 de julho de 1867, cria o Corpo de Polícia Cívica, com o nome inicial de Corpo de Polícia Civil e destinada ao policiamento das cidades. Entretanto, a Polícia Civil não possuía uma unidade orgânica e funcional a nível nacional, havendo um carácter distrital, e, portanto, a cargo do Governador Civil do respectivo distrito. (CLEMENTE, 1998, p. 84).

Acompanhado e acrescentando ainda mais, Pereira e Silva (2012, p. 14), apresentam que quando da criação da Polícia Civil (ou Cívica) essas alterações estavam descritas em um conjunto de reformas, pensava-se em uma polícia para servir a nova sociedade liberal e aos seus valores.⁷

Segundo os mesmos autores, nesta Polícia, a qual, na concepção deles, pela primeira vez, devidamente estruturada, a função de investigação criminal é ainda incipiente, não possuindo autonomia (autonomização) e especialização. A este tempo, aos *Comissários de Polícia* são atribuídas funções de agentes de *Polícia Administrativa*, *Oficiais de Polícia Judicial (investigação)* e *oficiais de Polícia Correccional*.⁸

Clemente (1998, p. 84) aduz que em razão da criação da Polícia Civil, os corpos militares, com competências de polícias civis, passaram a agirem somente em caso de guerra civil ou convulsão social, as exceções do policiamento montado e à Segurança da Presidência e Assembleia da República. Em 1868, a Guarda Municipal é reestruturada e há uma fusão dos corpos da Guarda Municipal de Lisboa e do Porto.

⁶ Lei 22 de Fevereiro de 1838.

⁷No ano de 1867, por meio da Carta de Lei de 1 de julho, conhecida como *Reforma Penal de Barjona de Freitas*, foi abolida a pena de morte em Portugal. E no mesmo ano publicado os *Códigos Civil e Administrativo*. (PEREIRA E SILVA, 2012, p. 14)

⁸ Como *Polícia Administrativa* (“polícia geral e municipal”), tinham com função a manutenção da ordem pública e segurança pública, fiscalização de armas e estrangeiros, inspeção de estabelecimentos, bem como de dormitórios (alugavam-se quartos para moradias), policiar a mendicância e vadiagem, polícia sanitária, aplicar multas e outras. Na qualidade de *Polícia Administrativa*, tinham a função de coadjuvar (auxiliar) os “empregados fiscais” na repressão ao contrabando. Como *Oficiais de Polícia Judicial*, tinham a incumbência de descobrir os crimes ou delitos e as contravenções, colher as provas e entregar os criminosos aos Tribunais, competindo-lhes: 1- Prender ou mandar prender os culpados, 2- Formar autos de investigação de todos os crimes ou delitos e 3- Satisfazer as requisições das autoridades judiciais ou administrativas. (PEREIRA E SILVA, 2012, p. 15)

Pereira e Silva (2012, p. 18-19), nos apresentam que em 1893, por meio do Decreto de 28 de agosto, ocorre uma reforma dos serviços policiais de Lisboa, dividindo-se em três ramos fundamentais especializados, na ocasião denominados de **Repartições** (Polícias) *segurança pública, inspeção administrativa e investigação judiciária e preventiva*, possuindo cada qual uma direção e organização própria.

Para o desempenho de tais funções, o quadro do pessoal da Polícia de Investigação de Lisboa era composto, de acordo com de legislação, da seguinte forma: um juiz de instrução criminal, um ajudante, três chefes de polícia, vinte agentes e sessenta policiais da *repartição da segurança pública*. (PEREIRA E SILVA, 2012, p. 19).

Dessa forma, é possível dizermos que a Polícia de Investigação era formada praticamente por elementos do quadro da Polícia de Segurança, pois quase dois terços da Polícia de Investigação eram oriundos daquela.

Em 1898, pelo Decreto de 20 de fevereiro, os serviços policiais de Lisboa ficaram divididos em duas categorias: a Polícia Civil (subdividida em duas seções: de segurança e inspeção administrativa e a Polícia de Investigação (subdividida em Polícia de Investigação – crimes comuns- e a Polícia Preventiva – crimes políticos). (PEREIRA E SILVA, 2012, p. 20).

No entanto, por meio de um Decreto do dia 04 de agosto de 1898, cada Corpo de Polícia Civil distrital passa a dispor de uma seção de Polícia de Segurança Pública, bem como de Polícia Preventiva, de Polícia Administrativa e de **Polícia de Investigação Criminal (PIC)**. Dessa forma, fica evidente não se tratar de dois Corpos de Polícia distintos, mas tão somente tratar-se de uma divisão funcional. (CLEMENTE, 1998, p. 84).

Em 05 de outubro de 1910 é proclamada a República e diante desse acontecimento era pertinente que existisse uma força de caráter militar para garantir a defesa e consolidação do regime republicano, o que ocorreu em 12 de outubro de 1910, ano em que foi criada no Porto e em Lisboa a Guarda Republicana. (COSME, 2006, p. 111).

Em 1910, com a derrubada do regime monárquico, e, a subsequente implantação do regime republicano, o sistema policial acaba por sofrer mudanças estruturais. Iniciando-se, com a tentativa de extinção do Corpo de Polícia Cívica de Lisboa e com a criação da Guarda Republicana, denominada, em 1911, de Guarda Nacional Republicana. (CLEMENTE, 1998, p. 86).

Nesse diapasão, Cosme (2006, p. 11), apresenta nos que em 03 de maio de 2011 se extinguiu a Guarda Republicana e criou-se a Guarda Nacional Republicana, devendo esta ser uma garante do regime republicano em âmbito nacional. Destinava-se, portanto, velar pela segurança pública e manutenção da ordem.

Com a reforma dos serviços policiais, em 1918, há a criação de uma Direção-Geral de Segurança Pública, a qual era formada pelas seguintes repartições policiais: Polícia Municipal, Polícia de Segurança Pública, Polícia de Investigação Criminal, Polícia Preventiva, Polícia Administrativa e Polícia de Imigração. (CLEMENTE, 1998, p. 87).

Em igual sentido, Pereira e Silva (2012, p. 29) apresentam que à frente desta Direção, superintendendo todos os serviços da segurança pública, estará o Diretor-Geral da Segurança Pública, recebendo diretamente ordens e instruções do Ministro do Interior.

No mesmo sentido, Numeriano (2001, p.81), apresenta que em razão da grave crise interna (queda na monarquia, 1910) e externa (I Guerra Mundial), ocorre uma reforma estrutural nos órgãos policiais, na qual resultou na criação da Direção-Geral de Segurança, composta pela Polícia de Segurança Pública, Polícia de Investigação Criminal, Polícia Administrativa, Polícia de Emigração, Polícia Preventiva e Polícia Municipal.

A Polícia Preventiva, cabia a vigilância, prevenção, investigação, execução de buscas e prisão, contra tentativas de crimes políticos ou sociais, bem como organização de cadastro de agremiações políticas ou sociais e dos respectivos membros. (NUMERIANO, 2011, p. 81).

Dois fatos são de extrema importância em 1919, um é o ressurgimento do Corpo de Polícia Marítima, e outro a remodelação da Polícia de Segurança do Estado. Foi nesse contexto em que foi alargado os quadros da Guarda Nacional Republicana (GNR), em virtude de receio com movimentos restauradores da monarquia, com isso, transformaram-na em uma espécie de guarda pretoriana. (CLEMENTE, 1998, p. 87).

Ou seja, em 1919, foi extinta a Polícia Preventiva e, em seu lugar, criada a Polícia de Segurança do Estado. (COSME, 2006, p. 120).

Em 1922, ocorre um golpe de Estado pondo fim a I República, data em que a Polícia Cívica estava composta por quatro seções: Polícia Administrativa, Polícia de Segurança Pública, Polícia Preventiva e Polícia de Segurança do Estado. Com a II

República (Estado Novo), já em 1926, a Polícia de Segurança do Estado foi extinta. (CLEMENTE, 1998, p. 88).

Segundo Pereira e Silva (2012, p. 32), através do Decreto n.º 8.435, de 21 de outubro de 1922, ocorreu uma reorganização dos serviços policiais, da Polícia Cívica de Lisboa e Porto, as quais formam divididas em quadro grandes seções: *Polícia de Segurança Pública, Polícia de Investigação Criminal, Polícia Administrativa, e, a Polícia Preventiva e de Segurança do Estado*. Cada seção da Polícia Cívica possuía um chefe, o qual encontrava-se subordinado ao Ministro do Interior, por intermédio, da Direção Geral de Segurança Pública (DGSP).

Ao dispor sobre a cargo que quem ficariam as investigações segundo o referido diploma legal, os autores, referem-se que “[...] na *Polícia de investigação criminal* pontificavam juízes [...] Nos restantes distritos do país a investigação criminal ficaria a cargo dos respectivos comissários de polícia”. (PEREIRA E SILVA, 2012, p. 33).

Ou seja, muito embora tenha havido um direcionamento no sentido de uma especialização da função, isso de fato não ocorreu, pelo contrário, reconheceu-se a possibilidade de investigação pelo *Comissários de Polícia*, e, por conseguinte, da Polícia de Segurança Pública.

O ano de 1924 marca a instituição das polícias cívicas em diversas capitais de distritos, sendo eles: Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Aveiro, Guarda, Castelo Branco, Santarém, Leiria, Évora, Beja, Portalegre, Faro e Angra do Heroísmo. (COSME, 2006, p. 120).

Dessa forma, podemos perceber a origem histórica da atuação urbana da Polícia de Segurança Pública.

Em virtude da participação na tentativa de golpe militar ocorrida em fevereiro de 1927, as polícias foram dissolvidas em todos os Distritos. A dissolução abrangeu a Polícia de Investigação Criminal, a Polícia Administrativa e a Polícia de Segurança Pública. De fato, a dissolução resumiu-se apenas a redução dos quadros, bem como a instituição, por ordem do Ministro da Guerra, de uma Polícia Militar de Lisboa. (CLEMENTE, 1998, p. 88).

O ano 1927 foi marcado por diversas mudança estruturais, já em março, foi restabelecida a funções da Direção-Geral de Segurança Pública, a qual havia sido extinta em 1924, com a criação da Inspeção Superior de Segurança Pública, ora extinta. Ainda, em mesma data, a seção da Polícia de Segurança Pública (PSP),

ganhou autonomia em relação a Polícia Cívica, ficando na dependência direta do Ministério do Interior. (CLEMENTE, 1998, p. 88).

No mesmo ano, em dezembro de 1927, os serviços das Polícias de Investigação Criminal de Lisboa, Porto, Braga e Coimbra, deixam de pertencer a Polícia Cívica, são transferidos para o Ministério da Justiça, e, tornam-se autônomos. Assim sendo, é possível dizermos que passamos a verificar a gênese da Polícia Judiciária. (PEREIRA E SILVA, 2012, p. 40).

Segundo Clemente (1998, p. 88), em 1928, a Direção-Geral de Segurança Pública, transforma-se em Intendência de Polícia.

Em 1932, o Governo realiza nova reestruturação no sistema policial, extinguindo a Intendência-Geral de Polícia e criando, em seu lugar, a Direção Geral de Segurança Pública, a quem se subordinam, novamente, todas as polícias, inclusive a Polícia de Investigação Criminal, à época, desafetada do Ministério da Justiça. (CLEMENTE, 1998, p. 89).

O Decreto-Lei n.º 22. 708, de 20 de julho de 1933, atribuiu a desvinculação definitiva da Polícia de Investigação Criminal, ao Ministério do Interior e/ou a outra Polícia, tornando-o vinculado ao Ministério da Justiça. (PEREIRA E SILVA, 2012, p. 40).

Segundo Cosme (2006, p. 140), a partir de 1934 inicia-se uma nova expectativa sobre a Polícia de Segurança Pública, com a extinção da Direção Geral da Segurança Pública e, em sua substituição, foi criado o Comando-Geral de Polícia.

Assim, em 1935, por meio do Decreto-Lei 25338, extingue-se definitivamente da Direção Geral de Segurança Pública e cria-se o Comando-Geral da Polícia de Segurança Pública (PSP), cargo exercido cumulativamente pelo comandante do Comando Distrital da PSP de Lisboa. (CLEMENTE, 1998, p. 90).

O conceito de uma Polícia de Segurança Pública (PSP) com uma unidade materializou-se por meio do Decreto-Lei n.º 29.940 de 1939. Segundo o qual, as Polícias de Segurança Pública dos distritos autônomos do Funchal, Ponta Delgada e Angra do Heroísmo foram integradas no quadro geral da Polícia de Segurança Pública. (COSME, 2006, p. 141).

Em 1945, com o fim a II Guerra Mundial (1945), ocorre uma mudança estrutural e organizacional da Polícia de Investigação Criminal, a qual passa a denominar-se de Polícia Judiciária, ficando subordinada ao Ministério da Justiça e não mais ao Ministério do Interior. Igualmente, neste mesmo ano é criada a Polícia

Internacional de Defesa do Estado (PIDE), oriunda da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. (CLEMENTE, 1998, p. 90).

Legitimando a informação supra, Pereira e Silva (2012, p. 12), afirmam que a Polícia Judiciária (PJ), como hoje se conhece, foi instituída em 1945, em 20 de outubro, pelo Decreto-Lei n.º 35.042. Entretanto, como Polícia de Investigação Criminal, tal precisão torna-se mais difícil, porquanto, a origens são difundidas ora como função, e ora como órgão e/ou repartição.

Em 1944, para a coordenação dos diferentes órgãos de segurança pública, estabeleceu-se, o Conselho de Segurança Pública, presidido pelo Ministro do Interior, o qual foi extinto em 1974, em virtude a revolução do 25 de Abril. Sendo, recriado, somente, em 1988, sob a denominação de Gabinete Coordenador de Segurança. O Conselho era composto pelos Comandantes Gerais da PSP, GNR e Diretor da PIDE. (CLEMENTE, 1998, p. 90).

A PIDE é extinta em 1964, alterando para Direção-Geral de Segurança.

Com a queda do Estado Novo, em 25 de abril de 1974, e consequente proclamação da República, a Polícia de Segurança Pública (PSP), volta-se a sua gênese, ou seja, Polícia Civil urbana. Outra mudança, foi a alteração da designação do Ministério do Interior, para Ministério da Administração Interna, com a manutenção da PSP e GNR sob sua dependência. (CLEMENTE, 1998, p. 92).

2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA POLÍCIA BRASILEIRA

Ao apresentarmos a evolução da função policial e da Polícia no Brasil temos que perceber que estas estão, como não poderia deixar de ser, intimamente ligadas ao contexto histórico-político-social do Brasil.

Destarte, iniciamos analisando a partir do ano de 1549, quando se iniciou de forma efetiva e organizada a colonização do Brasil, por meio dos Governadores-Gerais. O primeiro Governador-Geral a aportar foi o fidalgo Tomé de Souza, o qual, imediatamente, formou o primeiro Corpo Militar do Brasil. (SIMÕES, 2014, p. 28).

Por óbvio, a função do Corpo Militar era a defesa territorial em face de eventuais invasores à Colônia, e, portanto, seu funcionamento encontrava lastro a semelhança do exército, funcionando como força de defesa.

Segundo Simões (2014, p. 29), as forças de defesa e segurança possuíam disposição organizacional exatamente igual à adotada pela Metrópole (Portugal),

eram, primeiramente, estruturadas em três linhas: *Tropas Pagas, Auxiliares (mais tarde Milícias) e Ordenanças*.

Nesse diapasão, o autor, apresenta que em Portugal durante o século XVI, por meio da Ordenações Manoelinas, as forças armadas sofreram diversas modificações com repercussão nas organizações militares, com aplicação na Metrópole e em seus domínios. (SIMÕES, 2014, p. 28).

Posteriormente, após a independência do reino português face a reino espanhol, já em 1640, o Rei D. João IV, organiza o Exército português, com reflexos, inclusive, no Brasil. Deste modo, as forças armadas portuguesas foram divididas em três escalões: o *Exército de Linha, os Auxiliares e as Ordenanças*. Sendo, igualmente, esse referencial adotado no Brasil até 1831, quando do início do Período Regencial. (SIMÕES, 2014, p. 28).

Descreve Simões (2014, p. 29), que o Exército de Linha era composto por três armas: infantaria, cavalaria e artilharia. Os Auxiliares (tropa de segunda linha) constituíam uma força de segurança e de reserva, apta a ser convocada quando necessário. As Ordenanças (forças de terceira linha) eram incumbidas da segurança pública e, em caso de necessidade, auxiliavam as tropas de primeira linha. Estas duas últimas tropas eram compostas somente por efetivos de infantaria e cavalaria.

Além disso, de início, as organizações eram compostas por portugueses, entretanto, com o passar do tempo, foi permitida a integração de pessoas nascidas no Brasil, sobretudo junto as tropas *auxiliares (também conhecidas como milícias) e ordenanças*, inclusive por escravos e silvícolas. (SIMÕES, 2014, p. 36).

Essas unidades militares possuíam uma rotina que desenvolvia atividade de polícia, normalmente executadas por meio de diligências para capturar foragidos ou transgressores da lei. (SIMÕES, 2014, p. 37).

Em relação a evolução, segundo apresenta Simões (2014, p. 46), inicialmente, verificou-se a existência dos *Corpos de Ordenança*, posteriormente, a partir de 1570, surgiram os *Corpos Auxiliares*, e por fim, a partir de 1796, os *Corpos Auxiliares* passam a ser denominados de *Milícias*, com *status* de tropa permanente ou efetiva, persistindo desta forma até 1831. (SIMÕES, 2014, p. 46).

Com efeito, ao analisarmos os corpos militares desde o período colonial, é possível afirmarmos que estes, invariavelmente, são a gênese das polícias do Brasil, e, muito particularmente, das polícias militares. Ou seja, constituem a origem dos

corpos policiais indispensáveis a manutenção da ordem pública, por meio da atividade de policiamento. (SIMÕES, 2014, p. 46-47).

Com a vinda da Família Real para o Brasil, 1808, e pelo fato de a Corte ter levado a sua sede a cidade do Rio de Janeiro, foi estabelecido, em 1808, a Intendência-Geral de Polícia. Posteriormente, em 1809, organizou-se, pela primeira vez, uma instituição militarizada, com a finalidade de preservação da ordem pública na cidade do Rio de Janeiro e a segurança da Família Real, a qual denominava-se Guarda Real de Polícia. (SIMÕES, 2014, p. 48).

Concordando com esse marco histórico, Bretas e Rosemberg (2013), escreveram que:

Como mencionamos, o período em que a Coroa portuguesa esteve no Brasil se situa num lugar bastante específico, entre o século XVIII e o Brasil independente. É o momento em que a datação tradicional consagra a criação tanto da **Intendência Geral de Polícia (1808) como da Guarda Real de Polícia (1809)**, ponto de fundação da Polícia brasileira. São os primeiros organismos públicos a carregarem em seu nome a concepção de polícia, nos obrigando a refletir sobre os conteúdos históricos e os nexos dessas definições. O ato de criação da Intendência, que faz referência direta a seu modelo lisboeta, propõe-se como uma transposição, assim como o de Lisboa faz referência a Paris. Seria a genealogia do que foi buscado na historiografia internacional como um “modelo francês” de polícia. (BRETAS e ROSEMBERG, 2013, p. 167). (Grifou-se).

Portanto, muito embora já houvesse a milícias desempenhando tal função, sua constituição não possuía essa finalidade específica, o que, de fato e de direito, ocorreu com a criação da Guarda Real.

Nota-se, porém, que a esta fora incumbida apenas o policiamento no Distrito da Corte, a cidade do Rio de Janeiro. Esse fato histórico, marca o nascimento da primeira polícia militar do Brasil. (SIMÕES, 2014, p. 48).

Além disso, a constituição desse corpo de polícia militar serviu de parâmetro para a criação dos outros órgãos em todo o território nacional, o que faz com que a Guarda Real de Polícia represente a gênese das atuais polícias militares. (SIMÕES, 2014, p. 48).

Neste sentido, Simões (2014, p.52), descreve em sua obra que 1831 foi ano extremamente importante na formação das policias militares. Continuando, o autor enfatiza que

O ponto marcante deste acontecimento, e que se perpetua no tempo, se deu a partir do ano de 1831 quando estas foram organizadas no Brasil como corporações independentes, com competência para preservação da ordem pública e auxiliar à justiça. Entretanto, mantiveram o sistema organizacional semelhante à tropa de primeira linha (sistema organizacional militar), diferentemente, todavia, do que ocorria no período anterior, quando não eram organizadas especificamente para a finalidade policial. (SIMÕES, 2014, p. 52).

E, assim, se manteve a Colônia submetida à legislação portuguesa, regida, a época pelas Ordenações do Reino, sendo as primeiras, as Ordenações Afonsinas (1446), posteriormente, surgem as Ordenações Manuelinas (1521) e, por fim, as Ordenações Filipinas (1603). As Ordenações Filipinas, em especial a legislação penal e civil, vigoraram no Brasil ainda após a sua independência em 1822. (SIMÕES, 2014, p. 28).

A mudança do *status quo* deu-se somente com advento da primeira Constituição Brasileira, em 1824.

Segundo Marlene Spaniol (2016, p.68), posteriormente a Guarda Real de Polícia foi extinta, criando-se em seu lugar o Corpo de Guardas Municipais Permanente, ou como era chama Corpo de Guardas Municipais. Afirma que, em 1831, constituiu-se uma milícia armada denominada de Guarda Nacional.

Não obstante as alterações já descritas, segundo Spaniol (2016), em 1866, definitivamente ocorreu uma nova reorganização na estrutura da segurança pública brasileira, da seguinte forma:

[...] dividindo-se a polícia em dois corpos, um civil, denominado Guarda Urbana, com atribuições de vigiar permanentemente as cidades, e o outro militar, com designação de Corpo de Polícia, com a função de efetuar diligências policiais e de prestar auxílio à Guarda Urbana. Logo a seguir, **com a promulgação as Lei Federal n.º 2.033, de 20 de setembro de 1871, deu-se a separação entre as funções policiais administrativas e às judiciárias, tornando incompatível o mesmo cargo exercer as duas funções.** (SPANIOL, 2016, p. 68). (Grifou-se).

Com a proclamação da república, em 1889, grandes transformações ocorrem, a o sistema policial não fica alheio da essa nova engrenagem.

Na esteira dos acontecimentos, “tentou-se criar uma nova força policial chamada Guarda Cívica, que seria formada por voluntários e complementada com praças do Corpo Militar de Polícia, porém, como houve insuficiência de voluntários, além de falta de orçamento para a manutenção do efetivo, esta acabou extinta em dezembro do mesmo ano. (SPANIOL, 2016, p. 69).

Por óbvio, com o fim da monarquia e a instituição da república, houve uma reconfiguração no Brasil, frisa-se que, em 1890, é instituído novo código penal.

Conforme Ribeiro, citado por Spaniol (2016), com a início da república ocorre:

A Força Policial criada no período imperial é logo extinta dando lugar a Guarda Cívica do Estado, onde se observa na formação desta Guarda Cívica um caráter muito mais militar, que tinha como objetivos impor um maior respeito e disciplina assim mantendo a tranquilidade pública e auxiliando a justiça, que eram suas principais funções. A partir de 1892, data de início de uma junta governativa e que é muitas vezes reconhecida pela história como “governicho”, marca também uma mudança da estruturação e reorganização da Guarda Cívica e que novamente tem seu nome alterado para “Corpo Policial do Estado”, mas que logo é alterado novamente para “Guarda Cívica”. (SPANIOL, p. 70, 2016).

Segundo Spaniol (2016),

neste período da história brasileira os Estados ganharam maior autonomia, razão pela qual começaram a organizar Forças Públicas ou Brigadas, militarizadas e aquarteladas, verdadeiros exércitos estaduais, capazes de resguardar os interesses regionais frente outros Estados membros [...].

Fato histórico de grande relevância, ocorreu em 1936, por meio da Lei n.º 192, de 17 de janeiro, a qual regulava as atividades das **polícias militares**, e as vinculava às Unidades da Federação, cabendo à União apenas um papel de supervisão e controle, por meio do Exército. (COSTA e LIMA, 2014, p. 483).

Portanto, podemos perceber que a partir da proclamação da república haviam duas polícias por Estados-membros, as polícias denominadas “Guarda Cívica” (ou Guarda Civil) e as polícias denominadas “polícia militar”, sendo a primeira responsável pelo trabalho preventivo na urbe e a segundo servindo de um exército estadual.

A essa altura, as polícias militares estaduais ainda não estavam padronizadas, o que só ocorreu com o Decreto-Lei n.º 317, de 13 de março de 1967, revogado posteriormente, pelo Decreto-Lei n.º 667, de 02 de julho de 1969.

Conforme Spaniol (2016, p. 72-73), até essa data as polícias militares possuíam denominações distintas, perfazendo-se de funções de exércitos estaduais. Enquanto as funções de polícia administrativa e judiciária eram desempenhadas pela Polícia Civil, a quem era vinculada a Guarda Civil.

Porém, em 1969, pelo Decreto-Lei n.º 1.072, de 30 de dezembro de 1969, extinguiu-se a Guarda Civil, passando-se a responsabilidade do policiamento

ostensivo e preventivo as polícias militares, permanecendo com as polícias civis apenas a função de polícia judiciária.

E assim, tem se mantido até dos dias atuais, com todos Estados-membros da federação possuindo uma polícia militar (essencialmente com funções de polícia administrativa) e uma polícia civil (essencialmente com funções de polícia judiciária).

2.2.1 Aspectos históricos da polícia no estado do rio grande do sul

Descreve Simões (2014, p. 31), que em virtude do Tratado de Tordesilhas, o território do Rio Grande do Sul, nesse momento inicial, acabou por ficar fora de domínio e das possessões portuguesas. Contudo, durante a expedição de 1532 ao extremo-sul do Brasil, Martim Afonso de Souza, deu início a colonização em São Vicente (sob domínio português).

Também, em virtude desta expedição, que tivera origem o nome da província, posteriormente, do Estado. Em decorrência dos registros realizados dos acidentes geográficos a época, em especial ao ponto em que a Lagoa dos Patos desemboca no Oceano Atlântico, dando impressão tratar-se de um rio que desaguava no mar, denominado na altura de Rio Grande de São Pedro.

Já em 1680, Portugal, criava na margem esquerda do Rio da Prata a Colônia do Santíssimo Sacramento (atualmente, território Uruguaio), o que provocou uma série de conflitos armados entre portugueses e espanhóis, prologando por quase um século. (SIMÕES, 2014, p. 33).

Em virtude dessa tentativa de ocupação do território em direção ao sul, em 1737, foi organizado uma expedição, tornando então o marco inicial da ocupação e povoação do rio Grande do Sul. Concomitantemente a esse fato, foi fundado a Comandância Militar de São Pedro do Rio Grande do Sul, sob a denominação de Presídio Jesus-Maria-José. (SIMÕES, 2014, p. 33-34).

Destarte, é possível se verificar que o início da ocupação foi com intuito primeiro de defesa do território e depois de ocupação. A ocupação ocorreu naturalmente, pois a partir dos pontos de fortificação desenvolviam-se comunidades.

Em razão desse fenômeno, os soldados que lá estavam acabavam por desenvolverem diversas atividades, ora a serviço da Coroa (conquistas e defesa de territórios), ora atuando como polícia, ora defendendo seus próprios domínios. (SIMÕES, 2014, p. 34-35).

Ressalta-se, o anteriormente já foi dito, no Brasil, as forças armadas portuguesas estavam divididas em três escalões: o *Exército de Linha*, os *Auxiliares* e as *Ordenanças*, permanecendo assim até 1831.

Nesse período, já é possível se verificar a gênese da polícia brasileira, em especial a polícia militar.

No Estado do Rio Grande do Sul, no início da década de 30, foi marcado por grande período de insatisfação com o Governo Central (Corte), e de muita insegurança pública.

Em 1831 um Decreto Regencial autorizou a criação do Corpo de Guardas Municipais Permanentes do Rio de Janeiro e a Guarda Nacional (ligada ao exército), bem como autorizava as demais províncias a criarem suas guardas.

De 1835 a 1845 a província lutou contra o Império buscando sua independência e a proclamação da República Rio-Grandense, o que inviabilizou a criação imediata de qualquer Corpo Policial de fato, embora, em 18 de novembro de 1837, pela Lei Provincial n.º 7, o Presidente da Província, tenta criar uma Força Policial (data de comemoração de criação da Brigada Militar).

No ano de 1854 foram criadas Polícias Municipais, aos moldes daquelas criadas em outras províncias da Império, o que perdurou até a proclamação da república.

Em virtude da Lei Regia n.º 2.0033, de 20 de setembro de 1871, as funções de polícia administrativas e judiciárias foram desmembradas, fato de proporcionou a todas as províncias a criação de polícias judiciárias.

De acordo do a própria Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, “ pelo Decreto nº 11, de 04.01.1896, era criada a Chefatura de Polícia e em 21.01.1929 nascia a Guarda Civil, que junto com a Guarda de Trânsito, compunha a Polícia Civil, legislação que também concebeu o primeiro Estatuto, ou seja, a origem da Polícia Civil”.

Essa configuração só sofre alguma alteração significativa no ano de 1969, em razão da extinção das Guardas Cíveis.

Período a partir do qual encontramos no Estado do Rio Grande do Sul apenas uma Polícia Militar (Brigada Militar) e uma Polícia Civil, sendo esta com funções essencialmente de polícia judiciária e aquela com funções essencialmente de polícia administrativa (de segurança e ordem pública).

3 SISTEMAS E MODELOS POLICIAIS

3.1 TIPOS DE SISTEMAS E MODELOS POLICIAIS

Nesse ponto de nosso trabalho iremos apresentar os tipos de sistemas e modelos policiais, contudo, ao nosso ver, não existem sistemas policiais e polícias puras, nem tão pouco sistemas e modelos policiais iguais em diversos países. Isso porque cada país possui uma composição histórica-política-social, o que influencia a formação de seu sistema policial e sua polícia.

Sob o mesmo prisma, Oliveira (2006), ao analisar os sistemas e modelos policiais assim escreveu:

Os sistemas, na concepção de *Parsons*, encerram, por uma lado, uma dimensão social ligada às interações que se estabelecem entre os indivíduos que o integram e, uma dimensão cultural, que diz respeito aos valores, às ideias e aos símbolos. A institucionalização é um processo que une as duas dimensões, transformando os elementos culturais em normas de acção social. Assim, no âmbito dessa concepção diremos que o valor segurança se institucionalizou no aparelho policial e no papel exercido pelos próprios agentes de autoridade. **A organização policial, em toda sua dimensão, aparece como um composto complexo de um sistema social e cultural.** (OLIVEIRA, 2006, p. 97). (Grifou-se).

Trazendo o tema e apresentando a origem das polícias e dos sistemas policiais modernos, Monet (2002), em sua obra, descreve que:

Uma espécie de matriz comum a todos os países se estabeleceu entre o século XVIII e o XIX. Com base nesses mesmos fundamentos, tradições diferentes e conjunturas singulares produziram uma espécie de cristalização que desenha “modelos de polícia” que, de um país ao outro, apresentam um certo número de semelhanças, mas também diferenças notáveis. (MONET, 2002, p. 79).

Sobre a complexidade em se estudar sistemas e modelos policiais, e, de como devemos fazer para conseguir estudá-los, Oliveira (2002, p. 63), afirma que “para representar e para estudar cada uma das partes dessa realidade e as poder comparar servimo-nos de modelos, que são no entender do autor, construções simbólicas e simplificadas da realidade complexa”.

Ou seja, embora possamos apresentar um modelo, nem sempre este irá representar a realidade prática, uma vez que, este será apresentado num plano teórico, e, ainda assim, estará sujeito a dinamismo das práxis.

Iniciaremos pelos modelos de polícia que encontram bases nos ensinamentos de Valente Gomes (2001), o qual assim os definiu:

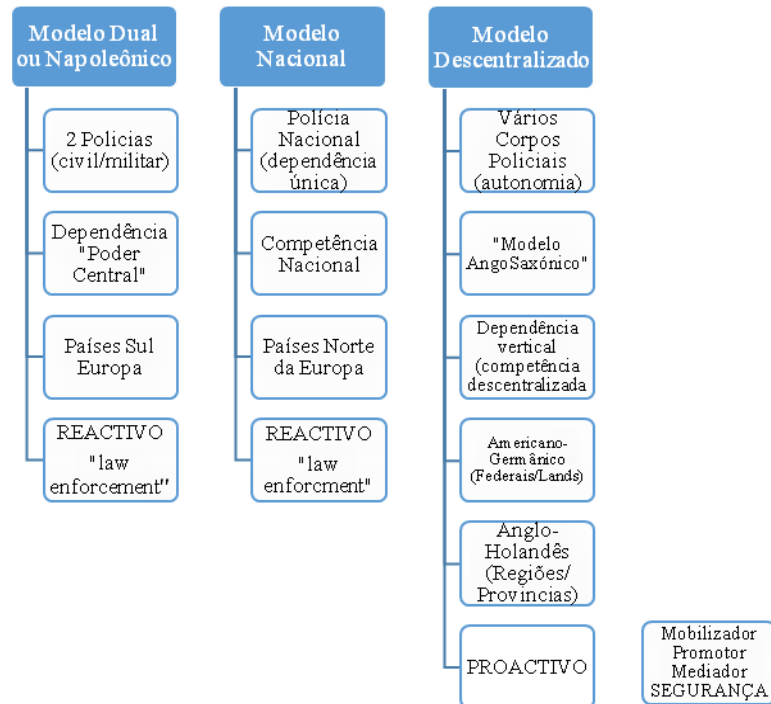
Modelo napoleónico [...] Trata-se, desde logo, de um modelo que compreende dois tipos de polícia, tem uma estrutura organizacional **dualista**: por uma lado, uma polícia com estatuto militar, normalmente dependente no Ministério da Defesa ou com dupla tutela, e com competência territorial circunscrita às zonas rurais; e, por outro, uma organização civil, dependente do Ministro do Interior e responsável pelas zonas urbanas; além disso, é um modelo muito centralizado na capital, ou seja, existe uma responsabilidade das polícias perante o poder centra. Este modelo predomina nos países do Sul da Europa, como Portugal, a Espanha, a França e a Itália. O modelo português, aliás, tem uma raiz napoleónica, não só nesta área como em toda a organização da administração pública.

[...] **Modelo nacional**, que predomina no Norte da Europa, em países com população relativamente reduzida. É o caso da Suécia, Dinamarca e Finlândia. Neste modelo, os agentes policiais dispõem de uma competência extensiva a todo território nacional; existe uma organização única, na dependência de um Director Nacional de Polícia, responsável perante uma autoridade política nacional – Ministro do Interior ou da Justiça.

[...] **Modelo descentralizado**, característico dos países anglo-saxónicos. Este modelo caracteriza-se por uma autonomia – no recrutamento, tomada de decisão e reponsabilidade – das diversas polícias, que têm uma competência territorial limitada a uma determinada área geográfica – por exemplo, o Reino Unido tem 52 Polícias. Este modelo pode ser desdobrado em dois grandes subgrupos: o modelo anglo-holandês, que existe em Estados organizados em regiões ou províncias, sendo que cada uma dispõe de uma polícia própria, ainda que dependentes do Ministério do Interior respectivo, mas têm polícias regionais ou provinciais com um importante grau de autonomia; e o modelo americano-germânico, que se aplica aos Estados Federais, sendo que cada Estado Federado ou *land* tem uma polícia estadual com uma grau de autonomia ainda mais significativo. (GOMES, 2001, p. 01). (Grifou-se).

Portanto, para Valente Gomes, estes são fundamentalmente os três grandes modelos de policiamento (ou de polícia) que existem hodiernamente.

Apresentando os modelos policiais a partir do mesmo autor referido, Matos (2016) apresenta as seguintes características acerca do modelo dual, modelo nacional e modelo descentralizado:

Figura 4 – Os Modelos Policiais

Fonte: Matos (2016, p. 93).

No mesmo sentido de Valente Gomes e Hermínio Matos, porém, resumidamente, Góis (2011, p. 16), escreveu que “dos modelos de organização policial existentes, os mais comuns, a nível europeu, são os modelos napoleónico (ou dualista) e o modelo nacional (ou unitário)”.

Ao escrever sobre o tema, Monet (2002, p.79), apresenta desde logo que “a primeira dessas diferenças que salta à vista é o fato de alguns países se contentam com único corpo policial, outros acolhem sistemas fragmentados ao extremo”.

Segundo ao autor sistema policial monista caracteriza-se pela existência de uma única autoridade a controla as funções policiais (polícia única), já o sistema pluralista, caracteriza-se pela pluralidade de autoridades as quais a polícia encontra-se atrelada (polícia federal, polícia da província e polícia municipais). (MONET, 2002, p. 79).

Continuando, o autor apresenta que o sistema dual, possui com sua característica mais presente o fato de haver duas polícias, uma de natureza militar e outra de natureza civil.

Outra grande dimensão descritiva dos sistemas policiais permite distingui-los entre centralizados e descentralizados. O sistema centralizado caracteriza-se pelo número de sistemas de comando distintos, e, a descentralização tem relação com a localização desses sistemas de comando no conjunto da organização política e administrativa geral de um país.

Ou seja, em um sistema centralizado a partir do momento em que todas as decisões de gestão e operacionais não tomadas no nível mais alto onde encontra-se o comando central e este coincide com o centro do nível político-administrativo. Já o descentralizado é ao inverso, as decisões emanam do nível local, e este encontra-se fora do nível central de administração de gestão, operacional e político-administrativo.

Para Monet (2002, p. 85-86), tanto o sistema policial português quanto o espanhol, estariam entre o dualismo e o pluralismo moderado, haja vista a existência de um corpo policial militar e outros corpos de natureza civil. Essa dificuldade de classificação desses dois países deve-se ao fato de que além da polícia militar, foram constituídos outros corpos policiais civis e não apenas um e ligadas a mais de um ministério.

Muito embora as classificações possíveis apresentadas, eles possuem um caráter muito mais didático-pedagógico e teórico que prático, porquanto do dinamismo político-social, muitas vezes podemos encontrar um sistema que possua a característica de mais de um sistema.

Concordando com esse pensamento, Oliveira (2006, p. 99), escreveu que “ao falarmos de modelos de polícia não temos a pretensão de pensar que existe modelos puros”.

Em razão disso, não há outra hipótese que não apresentarmos, sucintamente, o sistema policial português e o brasileiro para que seja possível nos situarmos especialmente onde estão colocadas a Polícia de Segurança Pública e a Brigada Militar em seus respectivos sistemas policiais.

Em virtude do escopo desta investigação não iremos adentrar nos pormenores de todas as instituições a serem apresentadas, deixando por motivos óbvios, mais evidente as definições, atribuições e outras informações de maior relevância.

Portanto, podemos resumir os modelos policiais, fundados, principalmente em Jean Claude Monet (2002), da seguinte forma:

1) Quanto a sua forma ou distribuição:

- Monista – existência de só uma força policial que cobre a integralidade do território. Exemplo: Noruega.
- Dualista ou Dual – existência de duas forças principais cobrindo o território, cada qual com sua competência, sendo uma de estatuto militar e outra com estatuto civil. Exemplo: Portugal, Espanha (alguns consideram pluralismo moderado), Itália, Luxemburgo, França.
- Pluralista – existência de polícias diversas, de diversas formas, sob diversos comandos políticos (federais, estaduais e municipais). Exemplo: Bélgica e Holanda.

2) Quanto a sua forma de organização administrativa (poder):

- Centralizados – O poder (as ordens) emanam diretamente do poder central. Exemplo: Noruega.
- Descentralizados – o Poder (as ordens) emanam de várias esferas de poder. Exemplo: Inglaterra.

3) Quanto a sua forma constituição:

- Nacionais – Corpo de polícias existente em todo território nacional. Exemplo: PSP e GNR (em Portugal) e Polícia Federal (no Brasil).
- Estaduais – Corpos de polícias existentes nos Estados. Exemplo: Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.
- Municipalizados: Os Corpos de polícia existentes são por municípios. Exemplo: Holanda.

Ou seja, existem diversas classificações possíveis, inexistindo um modelo único e puro, podendo cada país apresentar uma peculiaridade conforme cada critério já apresentado.

Figura 5 – Complexidade dos Modelos Policiais



Fonte: Elaboração própria, cf. Monet (2002).

Assim sendo, as três vertentes mais bem definidas são: o Modelo Napoleônico (dualista ou dual), o Modelo Descentralizado e o Modelo Nacional, lembrando-se que, para cada um deles é possível variações consoante suas peculiaridades de cada Estado (Nação).

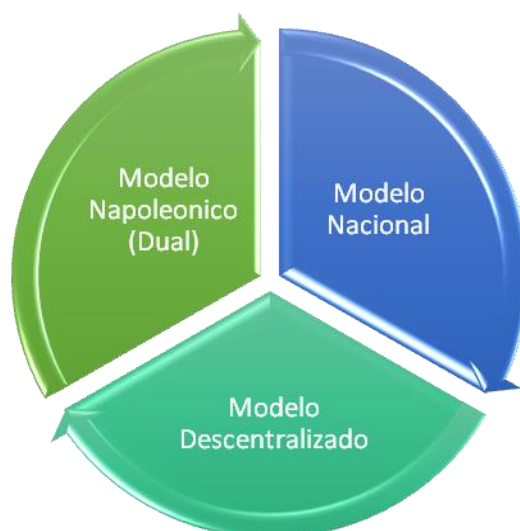
O Modelo Napoleônico, individualiza-se, por ser um modelo caracterizado na centralização e dualidade (uma polícia militar e outra polícia civil), possuindo o comando emanado de um mesmo poder central (geralmente um mesmo ministério – na Europa, via de regra Ministério da Administração Interna ou do Interior).

O Modelo Nacional, distinguir-se dos demais, por ser um modelo que apresenta, como regra, uma única polícia com competência nacional. Geralmente, a cargo do Ministério da Administração Interna ou do Interior ou da Justiça).

O Modelo Descentralizado, é muito utilizado em sistemas anglo-saxônicos, caracterizando-se por uma grande quantidade de polícias alastradas pelo território nacional e pela autonomia delas em relação ao sistema geral.

Por esta razão, podemos concluir, que de forma mais geral e global, os sistemas e modelos policiais, podem ser, resumidamente, em três grandes grupos apresentado da seguinte forma:

Figura 6 – Três Grandes Modelos Policiais



Fonte: Elaboração própria

3.2 SISTEMA POLICIAL PORTUGUÊS

Para tratarmos do sistema policial português, devemos considerar que o mesmo encontra-se em um complexo sistema jurídico a ser observado, indo da Constituição da República até as leis orgânicas das polícias, passando pela lei de segurança interna e lei orgânica do Ministério da Administração Interna (MAI).

Apesar disso, podemos perceber que o sistema policial português possui como característica marcante a dualidade, eis que formado, predominantemente, por duas grandes polícias, uma de natureza militar e outra de natureza civil.

Como já anteriormente referido quando do estudo da segurança interna, e, conforme definido por Raposo (2006), quando tratamos da SI referimo-nos ao conjunto institucional de serviços e órgãos.

Portanto, isso nos leva, obrigatoriamente, a verificarmos aqueles que por designação legal são atribuídas funções tipicamente policiais e que constam da Lei de Segurança Interna (LSI) de Portugal.

Segundo João Raposo (2006, p. 49), são polícias em Portugal a Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Polícia Marítima (PM), Polícia Judiciária (PJ) e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Destarte, a seguir passaremos a descrever sucintamente as polícias portuguesas, e, posteriormente adentraremos no sistema policial brasileiro.

3.2.1 Guarda Nacional Republicana (GNR)

A Guarda Nacional Republicana, como já definimos, trata-se de uma força de segurança de natureza militar, constituída em um corpo especial e dotada da autonomia administrativa, ligada ao ministério da defesa e ao ministério da administração interna.

Sua definição, dependência e atribuição legal, encontram-se esculpidas na Lei n.º 63/2007, denominada Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana (LOGNR).

O artigo 1º da referida Lei, expõe explicitamente que a GNR é força de segurança, é portanto, se não bastasse a legislação já anteriormente mencionada e doutrina, a própria LOGNR assim dispõe:

Artigo 1.º

Definição

1 — A Guarda Nacional Republicana, adiante designada por Guarda, é uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa.

2 — A Guarda tem por missão, no âmbito dos sistemas nacionais de segurança e protecção, assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei. (PORTUGAL, LOGNR, 2007) (Grifou-se).

Em relação sua dupla dependência ministerial, encontramos fundamentação jurídica na LOGNR, fulcro artigo 2º:

Artigo 2.º

Dependência

1 — A Guarda depende do membro do Governo responsável pela área da administração interna.

2 — As forças da Guarda são colocadas na dependência operacional do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, através do seu comandante -geral, nos casos e termos previstos nas Leis de Defesa Nacional e das Forças Armadas e do regime do estado de sítio e do estado de emergência, dependendo, nesta medida, do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional no que respeita à uniformização, normalização da doutrina militar, do armamento e do equipamento. (PORTUGAL, LOGNR, 2007). (Grifou-se).

Ao passarmos para a verificação legal de suas atribuições, da mesma forma que a definição e a dependência, igualmente encontramos elencadas as atribuições de competência da GNR:

Artigo 3.º

Atribuições 1 — Constituem atribuições da Guarda:

- a) Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;
- b) **Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens;**
- c) **Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;**
- d) Prevenir a prática dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos;
- e) **Desenvolver as acções de investigação criminal e contra-ordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;**
- f) Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários, e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente, através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- g) Garantir a execução dos actos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;
- h) Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;
- i) Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza;
- j) Manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- l) Garantir a segurança nos espectáculos, incluindo os desportivos, e noutras actividades de recreação e lazer, nos termos da lei;
- m) Prevenir e detectar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou de consumo;
- n) Participar na fiscalização do uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam às demais forças e serviços de segurança ou às Forças Armadas, sem prejuízo das competências atribuídas a outras entidades;
- o) Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz e humanitárias, no âmbito policial e de protecção civil, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;
- p) Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;
- q) Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei. (PORTUGAL, LOGNR, 2007). (Grifou-se).

Verificando o texto legal acima, é possível aludimos que a GRN é uma força de segurança com atribuição de polícia administrativa geral e específica, incluindo de ordem pública, bem como de polícia judiciária e investigação criminal.

3.2.2 Polícia de Segurança Pública (PSP)

A Polícia de Segurança Pública, ora objeto desta investigação, e, igualmente a GNR, é uma das forças de segurança com atribuição a segurança interna.

Sua definição, dependência e atribuição legal, encontram-se esculpidas na Lei n.º 53/2007, denominada Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública (LOPSP).

Em seu artigo 1º e 2º, a LOPSP, apresenta, que a PSP é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa, ligada à ministério a administração interna:

Artigo 1.º

Definição

1 - **A Polícia de Segurança de Segurança Pública, adiante designada por PSP, é uma força de segurança, uniformizada e armada, com natureza de serviço público e dotada de autonomia administrativa.**

2 - A PSP tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei.

3 - A PSP está organizada hierarquicamente em todos os níveis da sua estrutura, estando o pessoal com funções policiais sujeito à hierarquia de comando e o pessoal sem funções policiais sujeito às regras gerais de hierarquia da função pública. (PORTUGAL, LOPSP, 2007). (Grifou-se).

Artigo 2.º

Dependência

A PSP depende do membro do Governo responsável pela área da administração interna e a sua organização é única para todo o território nacional. (PORTUGAL, LOPSP, 2007). (Grifou-se).

Quanto suas atribuições, é importante apresentarmos os dispositivos dos artigos 3º e 4º da LOPSP, eis que neles encontram-se esculpidas a atribuições atribuídas, sendo estas:

Artigo 3.º

Atribuições

1 - Em situações de normalidade institucional, as atribuições da PSP são as decorrentes da legislação de segurança interna e, em situações de

excepção, as resultantes da legislação sobre a defesa nacional e sobre o estado de sítio e de emergência.

2 - Constituem atribuições da PSP:

- a) Garantir as condições de segurança que permitam o exercício dos direitos e liberdades e o respeito pelas garantias dos cidadãos, bem como o pleno funcionamento das instituições democráticas, no respeito pela legalidade e pelos princípios do Estado de direito;
- b) **Garantir a ordem e a tranquilidade públicas e a segurança e a protecção das pessoas e dos bens;**
- c) Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança;
- d) Prevenir a prática dos demais actos contrários à lei e aos regulamentos;
- e) **Desenvolver as acções de investigação criminal e contra-ordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciais ou solicitadas pelas autoridades administrativas;**
- f) Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos relativos à viação terrestre e aos transportes rodoviários e promover e garantir a segurança rodoviária, designadamente através da fiscalização, do ordenamento e da disciplina do trânsito;
- g) Garantir a execução dos actos administrativos emanados da autoridade competente que visem impedir o incumprimento da lei ou a sua violação continuada;
- h) Participar no controlo da entrada e saída de pessoas e bens no território nacional;
- i) Proteger, socorrer e auxiliar os cidadãos e defender e preservar os bens que se encontrem em situações de perigo, por causas provenientes da acção humana ou da natureza;
- j) Manter a vigilância e a protecção de pontos sensíveis, nomeadamente infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e portuárias, edifícios públicos e outras instalações críticas;
- l) Garantir a segurança nos espectáculos, incluindo os desportivos, e noutras actividades de recreação e lazer, nos termos da lei;
- m) Prevenir e detectar situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou outras substâncias proibidas, através da vigilância e do patrulhamento das zonas referenciadas como locais de tráfico ou consumo;
- n) Assegurar o cumprimento das disposições legais e regulamentares referentes à protecção do ambiente, bem como prevenir e investigar os respectivos ilícitos;
- o) Participar, nos termos da lei e dos compromissos decorrentes de acordos, tratados e convenções internacionais, na execução da política externa, designadamente em operações internacionais de gestão civil de crises, de paz, e humanitárias, no âmbito policial, bem como em missões de cooperação policial internacional e no âmbito da União Europeia e na representação do País em organismos e instituições internacionais;
- p) Contribuir para a formação e informação em matéria de segurança dos cidadãos;
- q) Prosseguir as demais atribuições que lhe forem cometidas por lei.

3 - Constituem ainda atribuições da PSP:

- a) Licenciatar, controlar e fiscalizar o fabrico, armazenamento, comercialização, uso e transporte de armas, munições e substâncias explosivas e equiparadas que não pertençam ou se destinem às Forças Armadas e demais forças e serviços de segurança, sem prejuízo das competências de fiscalização legalmente cometidas a outras entidades;
- b) Licenciatar, controlar e fiscalizar as actividades de segurança privada e respectiva formação, em cooperação com as demais forças e serviços de segurança e com a Inspeção-Geral da Administração Interna;

- c) Garantir a segurança pessoal dos membros dos órgãos de soberania e de altas entidades nacionais ou estrangeiras, bem como de outros cidadãos, quando sujeitos a situação de ameaça relevante;
- d) Assegurar o ponto de contacto permanente para intercâmbio internacional de informações relativas aos fenómenos de violência associada ao desporto.

Artigo 4.º

Conflitos de natureza privada

A PSP não pode dirimir conflitos de natureza privada, devendo, nesses casos, limitar a sua acção à manutenção da ordem pública. (PORTUGAL, LOPSP, 2007). (Grifou-se).

Portanto, podemos afirmar que tanto quanto a GNR, a Polícia de Segurança Pública é uma força de segurança com atribuição de polícia administrativa geral e específica, incluindo de ordem pública, bem como de polícia judiciária e investigação criminal.

3.2.3 Polícia Judiciária (PJ)

A Polícia Judiciária, assim como a GNR e a PSP, também encontra-se na lei de segurança como um dos organismos públicos apresentados no capítulo das forças e serviços de segurança.

Sua criação remonta um período posterior a outras duas acima citadas, sendo criada em 1945, pelo Decreto-Lei n.º 35.042, de 20 de outubro. Atualmente, a Polícia Judiciária encontra-se ancorada, principalmente, pela Lei Orgânica (LOPJ), Lei n.º 37 de 2008.

A LOPJ, em seu bojo, a legislação delinea sua natureza, missão e atribuições, da seguinte forma:

Artigo 1.º

Natureza

A Polícia Judiciária, abreviadamente designada por PJ, corpo superior de polícia criminal organizado hierarquicamente na dependência do Ministro da Justiça e fiscalizado nos termos da lei, é um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa.

Artigo 2.º

Missão e atribuições

1 — A PJ tem por missão coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação, desenvolver e promover as acções de prevenção, detecção e investigação da sua competência ou que lhe sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes.

2 — A PJ prossegue as atribuições definidas na presente lei, nos termos da **Lei de Organização da Investigação Criminal** e da Lei Quadro da Política Criminal. (PORTUGAL, LOPJ, 2008). (Grifou-se).

Pela observância dos artigos supra, podemos notar algumas questões de relevância: 1) diferentemente da GNR e PSP, a PJ encontra-se sob a incumbência do Ministro da Justiça e não do Ministro da Administração Interna e 2) além da Lei Orgânica, sua competência também é definida pela Lei de Organização de Investigação Criminal.

Além dessas considerações, cabe salientar que a ela atribuído diretamente e explicitamente a coadjuvação das autoridades judiciais, pelo qual podemos dizer que a PJ tem um carácter eminentemente de polícia de investigação criminal.

3.2.4 Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

O serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), tal como a Polícia Judiciária (PJ), muito embora são constituam forças de segurança, revestem-se de natureza policial.

Neste sentido, João Raposo (2006), assim destacou:

[...] os serviços de segurança são os demais serviços, não necessariamente policiais, que concorrem para garantir a segurança interna, prescindindo, para o efeito, de uma organização daquele tipo. Assim, tanto a Polícia Judiciária como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – que revestem natureza policial -, devem ser qualificados como verdadeiros e próprios serviços de segurança. (RAPOSO, 2006, P.49). (Grifou-se).

Vencida esta primeira etapa sobre a análise do SEF, passamos logo ao Decreto-Lei n.º252/2000 de 16 de outubro, também denominado de Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (LOSEF).

Em relação a esta polícia, aqui torna-se pertinente apresentarmos a natureza e atribuições, conforme o artigo 1º da LOSEF:

Artigo 1.º

Natureza

1 — O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, abreviadamente designado por SEF, é um serviço de segurança, organizado hierarquicamente **na dependência do Ministro da Administração Interna, com autonomia administrativa e que, no quadro da política de segurança interna, tem por objectivos fundamentais controlar a**

circulação de pessoas nas fronteiras, a permanência e actividades de estrangeiros em território nacional, bem como estudar, promover, coordenar e executar as medidas e acções relacionadas com aquelas actividades e com os movimentos migratórios.

2 — Enquanto órgão de polícia criminal, o SEF actua no processo, nos termos da lei processual penal, sob a direcção e em dependência funcional da autoridade judiciária competente, realizando as acções determinadas e os actos delegados pela referida autoridade. (PORTUGAL, LOSEF, 2000). (Grifou-se).

A partir desse artigo, podemos concluir que o SEF também tratar-se de uma polícia com atribuição à segurança interna, contudo não é uma força de segurança, mas sim serviço de segurança.

Destarte, podemos concluir que o SEF é órgão de polícia criminal, e, portanto, realiza investigações criminais, fulcro artigo 1º, n.º 2, da Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (LOSEF).

3.2.5 Polícia Marítima

A Polícia Marítima encontra-se integrada no Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e depende da Autoridade Marítima Nacional.

Os órgãos que compõe o SAM estão previstos no artigo 7º do Decreto-Lei n.º 43/2002, sendo eles:

Composição do sistema da autoridade marítima

Artigo 7.º

Organização

1— Exercem o poder de autoridade marítima no quadro do SAM e no âmbito das respectivas competências as seguintes entidades:

- a) Autoridade marítima nacional;
- b) **Polícia Marítima;**
- c) Guarda Nacional Republicana;
- d) Polícia de Segurança Pública;
- e) Polícia Judiciária;
- f) Serviço de Estrangeiros e Fronteiras;
- g) Inspecção-Geral das Pescas;
- h) Instituto da Água;
- i) Instituto Marítimo-Portuário;
- j) Autoridades portuárias;
- k) Direcção-Geral da Saúde. (PORTUGAL, DECRETO-LEI N.º 43, 2002). (Grifou-se)

A definição acerca da Polícia Marítima encontra lastro no Decreto-Lei n.º 248/95. De 21 de setembro, ao apresentar o Estatuto do Pessoal da Polícia Marítima (EPPM), fulcro artigo 1.º, conforme segue:

Artigo 1.º**Polícia Marítima**

1 - É criada, na estrutura do Sistema da Autoridade Marítima (SAM), a Polícia Marítima (PM).

2 — **A PM é uma força policial armada e uniformizada, dotada de competência especializada nas áreas e matérias legalmente atribuídas ao SAM e à AMN, composta por militares da Armada e agentes militarizados.**

3 - À PM compete ainda, em colaboração com as demais forças policiais, garantir a segurança e os direitos dos cidadãos.

4 - O pessoal da PM rege-se pelo Estatuto do Pessoal da Polícia Marítima, anexo ao presente diploma e do qual faz parte integrante. (PORTUGAL, DECRETO-LEI N.º 248, 1995). (Grifou-se).

Aqui, a legislação inovou, primeiro que apresentou a terminologia força policial, depois por caracterizar os seus agentes como militarizados, ou seja, não são civis, nem tão pouco denominados militares. Não adentraremos a esta questão por entendermos fugir por demasia aos objetivos do nosso trabalho.

Em anexo ao Decreto-Lei n.º 248/95, encontra-se previsto do Estatuto propriamente dito. Em seu artigo 2º, podemos encontrar as competências da polícia marítima, sendo assim dispostas:

Artigo 2.º**Competências**

1 - Ao pessoal da PM compete garantir e fiscalizar o cumprimento da lei nas áreas de jurisdição do sistema de autoridade marítima, com vista, nomeadamente, a preservar a regularidade das actividades marítimas e a segurança e os direitos dos cidadãos.

2 - O pessoal da PM é considerado órgão de polícia criminal para efeitos de aplicação da legislação processual penal, sendo os inspectores, subinspectores e chefes considerados, no âmbito das suas competências, autoridades de polícia criminal. (PORTUGAL, DECRETO-LEI N.º 248, 1995). (Grifou-se).

Ou seja, assim como a GNR e a PSP, a Polícia Marítima é força de segurança, ainda que pertencente ao outro ministério. Da mesma forma, for força do dispositivo supra, a Polícia Marítima é órgão de polícia criminal, e, portanto, desenvolve investigação criminal em sua seara de competência.

3.2.6 Serviços de Informação de Segurança (SIS)

Em nossa investigação, verificamos que o Serviço de Informação de Segurança (SIS), trata-se de um serviço mais de natureza de inteligência do que de

natureza policial. Neste sentido, João Raposo (2006, p. 86), e destaca que “ os serviços de informações não revestem natureza policial.

Sob esse ângulo, a Lei Quadro do Sistema de Informações (SIRP), Lei n.º 30/84, em seu artigo 4º, assim definiu:

Artigo 4.º

Delimitação do âmbito de atuação

1 — Os funcionários ou agentes, civis ou militares, dos serviços de informações previstos na presente lei não podem exercer poderes, praticar atos ou desenvolver atividades do âmbito ou competência específica dos tribunais ou das entidades com funções policiais.

2 — É expressamente proibido aos funcionários e agentes, civis ou militares, dos serviços de informações proceder à detenção de qualquer indivíduo ou instruir processos penais. (PORTUGAL, LEI QUADRO DO SIRP-LEI N.º 30, 1984). (Grifou-se).

Dessa forma, não faz sentido falarmos sobre um órgão que compõe o sistema de segurança interna, contudo não é polícia.

3.2.7 Polícia Municipal

Inicialmente cabe destacar, que a polícia municipal embora tenha existido em um período passado, no quadro jurídico-constitucional e jurídico-legal atual, podemos considera-la recente.

Manuel Guedes Valente (2012, p. 80) considera que “as polícias municipais são *polícias operativas de contexto espacial delimitado* – município – e *parte integrante* de pessoas colectivas – com autonomia jurídica”.

Para Valente, conforme o n.º 4 do artigo 272.º da CRP, o regime das forças de segurança é único (para todo território nacional), e à sua dimensão de atribuições e competências de polícia administrativa, o que, por conseguinte, afasta, prontamente, a vertente judiciária da polícia municipal.

Ou seja, podemos, a partir da Constituição, partimos do princípio de que a polícia municipal não possui competência para a condução de investigações criminais.

Nesse sentido, e conforme definição já apresentada, a polícia municipal possui funções de polícia administrativa com atribuições e competências limitadas ao município ao qual estejam ligadas.

Corroborando com essa afirmação, Valente (2012, p. 81), descreve que:

Da Constituição retira-se que as atribuições, as competências e as funções de polícia municipal de que a lei quadro a venha dotar cinge-se, por um lado, ao panorama da cooperação e, por outro, à prossecução da tranquilidade pública e de proteção de pessoas e bens do município. (VALENTE, 2012, p. 81).

Pelo fato de ser polícia administrativa e de possuir atribuição à prossecução da tranquilidade pública, podemos considerar a polícia municipal como órgão de segurança interna? Ou de Ordem Pública?

Em uma análise afoita pode-se dizer que sim, contudo, essa afirmação não se encontra alicerçada em ditames legais e doutrinários.

Manuel Valente (2012, p. 82) destaca que à tranquilidade pertence ou faz parte da segurança interna em sentido lato, quer como elemento componente ou similar à ordem pública.

Porém, adverte que o caráter pretendido é residual espacial, não se podendo interpretar como uma polícia municipal com missão de tranquilidade pública em que qualquer ato de polícia administrativa municipal se enquadre em ato de segurança interna mesmo que em sentido lato.

Sedimentando ainda mais essa convicção apresentada (com a qual concordamos), Valente (2012), apresenta que:

A tranquilidade pública é, em si mesmo, um fim nacional e, por maioria de razão, local, o que nos impede a restringir a essa natureza os actos de polícia administrativa municipal adstritos a atribuições específicas de segurança – *p. e.*, a fiscalização do cumprimento de normas relativas a espectáculos, cuja competência de autorização ou de licença caiba ao município. Pois, caso ultrapasse este limite poder-se-á deturpar o escopo originário constitucional da criação e implementação das polícias municipais, porque entraremos no âmbito da tranquilidade pública *stricto sensu* – *i. e.*, atividade de garantia e de proteção de pessoas e bens face a condutas típicas, ilícitas e culposas [crimes] e de prevenção criminal, prescrita para as polícias dotadas de natureza administrativa, de ordem e tranquilidade públicas e judiciária, melhor, que podem revestir natureza de órgão de polícia criminal, característica que, como temos vindo a defender, só as forças de segurança de panorama operativo nacional e de funções amplas e gerais de segurança interna vestem. (VALENTE, 2012, p. 81).

Em relação a Lei Quadro das Polícias Municipais (LQPM), destacamos o apresentado no artigo 1.º da Lei n.º 19/2004, quanto as atribuições:

Artigo 1.º

Natureza e âmbito

1 - As polícias municipais são serviços municipais especialmente vocacionados para o exercício de funções de polícia administrativa,

com as competências, poderes de autoridade e inserção hierárquica definidos na presente lei.

3 2 - **As polícias municipais têm âmbito municipal e não são susceptíveis de gestão associada ou federada.** (PORTUGAL, LQPM, 2004). (Grifou-se).

Portanto, embora sejam as polícias municipais sejam polícias administrativas, a elas não é atribuída a função de polícia de ordem pública, nem tão pouco de polícia criminal, cabendo apenas funções de polícia administrativa municipal.

Porquanto das ideias supra e do escopo de nosso trabalho, iremos nos abster de aprofundar nosso estudo da polícia municipal, dado que esta não se constitui de uma polícia administrativa com competências de polícia de ordem pública, muito menos de polícia criminal.

Em suma, podemos verificar as forças militares e policiais portuguesas,, especialmente as Forças e Serviço de Segurança, resumidamente, da seguinte forma:

Figura 7 – Forças Armadas, Forças de Segurança e Serviços de Segurança



Fonte: GNR, Cf. site <http://www.gnr.pt/missao.aspx>.

Portanto, podemos de fato verificar que existem forças de segurança que são militares, militarizadas e civis.

3.3 SISTEMA POLICIAL BRASILEIRO

A Constituição atribui a União Federal, a competência de legislar sobre a matéria, conforme incisos XXI e XXII do artigo 22 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), que assim dispõe:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

[...]

XXI - normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização das polícias militares e corpos de bombeiros militares;

XXII - competência da polícia federal e das polícias rodoviária e ferroviária federais; [...]. (BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Dessa forma, podemos verificar que compete ao Congresso Nacional legislar, privativamente, sobre competência da polícia federal, polícia rodoviárias Federal e ferroviária, e, sobre as polícias militares, em normas gerais.

De outro lado, conforme o inciso XVI do artigo 24 da CRFB, compete, concorrentemente a União, os Estados Federados e ao Distrito Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

[...]

XVI - organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário. (BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Existe também, as polícias legislativas, que não possuem atribuição fora espaço físico do Congresso Nacional (Câmara Federal e Senado Federal), nem tão pouco compõem a segurança pública, mas que convém aos menos citá-las por caráter informativo.

Ao dispor sobre a competência da Câmara dos Deputados, a Constituição, em seu inciso IV do artigo 51, assim prevê, a “*Polícia da Câmara*”:

DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

[...]

IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;[...].(BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Em relação do Senado Federal, a Lei Maior, em seu inciso XIII do artigo 55, assim prediz quanto a “*Polícia do Senado*”:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

[...]

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias; [...].(BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Essas duas últimas só possuem atribuição dentro do espaço do Congresso Nacional, não podendo atuar no exterior, conforme Resoluções internas do Câmara do Deputados Federais e do Senado Federal, razão pela qual não trataremos detalhadamente.

Passando então a análise do dispositivo mais significativo sobre o tema polícias, a Carta Magna no bojo de seu corpo, no artigo 144 da CRFB, estabelece que:

DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.(BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Em relação à segurança pública, a Brigada Militar (Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul-Brasil), em sua Nota de Instrução Operacional n.º 025.2, define a segurança pública como:

Conjunto de atribuições destinadas a assegurar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, exercidas harmonicamente pelo Estado, por meios dos órgãos definidos no art. 144 da Constituição Federal, pelos demais órgãos e poderes que têm responsabilidade sobre a ordem pública, e pela Sociedade. (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, BM, 2013, p. 1 – Anexo “A”).

Logo, o sistema policial brasileiro, encontra-se emoldurado na Constituição da República, e, portanto, o sistema e as polícias possuem dimensão de direito constitucional.

Percebe-se que o artigo 144 da Constituição apresenta o rol de polícias de segurança públicas e polícias judiciárias existentes no ordenamento brasileiro, ainda que haja a exceção das polícias legislativas do Senado Federal e Câmara Federal.

Em assim sendo, a seguir passaremos a citar e descrever as polícias que possuem atribuição na atuação na segurança pública brasileira com o escopo de verificarmos aquelas de ordem públicas e investigação criminal.

3.3.1 Polícia Federal (PF)

A Polícia Federal (PF) encontra-se prevista no inciso I do artigo 144 da CRFB, constituindo-se, por conseguinte, de uma das polícias como missão de assegurar a segurança pública.

No mesmo dispositivo constitucional, encontramos a função da PF, ou seja, suas atribuições e competências.

Nesse sentido, assim dispõe a Constituição em seu § 1º do artigo 144:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. (BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Do texto constitucional, podemos extrair algumas informações de caráter pertinente ao nosso trabalho, contudo, a competência da PF encontra-se igualmente alicerçada no Decreto n.º 73.332/73, de 19 de dezembro, o qual dispõe, em seu artigo 1º, da seguinte forma:

Art.1º Ao Departamento de Polícia Federal (DPF), com sede no Distrito Federal, diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e dirigido por um Diretor-Geral, nomeado em comissão e da livre escolha do Presidente da República, compete, em todo o território nacional:

I - executar os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

II - exercer a censura de diversões públicas;

III - executar medidas assecuratórias da incolumidade física do Presidente da República, de diplomatas estrangeiros no território nacional e, quando necessário, dos demais representantes dos Poderes da República;

IV - prevenir e reprimir:

- a) crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social;
- b) crimes contra a organização do trabalho ou decorrentes de greves;
- c) crimes de tráfico e entorpecentes e de drogas afins;
- d) crimes nas condições previstas no artigo 5º do Código Penal, quando ocorrer interesse da União;
- e) crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência militar;
- f) crimes contra a vida, o patrimônio e a comunidade silvícola;
- g) crimes contra servidores federais no exercício de suas funções;
- h) infrações às normas de ingresso ou permanência de estrangeiros no País;
- i) outras infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, assim como aquelas cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

V - coordenar, interligar e centralizar os serviços de identificação datiloscópica criminal;

VI - selecionar, formar, treinar, especializar e aperfeiçoar o seu pessoal, mediante orientação técnica do Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal;

VII - proceder a aquisição de material de seu exclusivo interesse;

VIII - prestar assistência técnica e científica, de natureza policial, aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada;

IX - proceder a investigação de qualquer outra natureza, quando determinada pelo Ministro da Justiça;

X - integrar os Sistemas Nacional de Informações e de Planejamento Federal. (BRASIL, DECRETO FEDERAL N.º 73.372, 1973). (Grifou-se).

Ainda, em relação as competências da Polícia Federal, cabe verificar, o §7º do artigo 27 da Lei nº 10.683/2003, que trata da competência dos Ministérios ligados ao Governo da República, em especial o Ministério da Justiça:

Art. 27. Os assuntos que constituem áreas de competência de cada Ministério são os seguintes:

[...]

VIII - Ministério da Justiça e Cidadania:

- a) defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais;
- b) política judiciária;
- c) direitos dos índios;
- d) políticas sobre drogas, segurança pública, **Polícias Federal, Rodoviária, Ferroviária Federal e do Distrito Federal**;
- e) defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor;

[...]

§ 7º Caberá ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbção e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, sem prejuízo da responsabilidade das Polícias Militares dos Estados pela manutenção da ordem pública. (BRASIL, LEI N.º 10.683, 2003). (Grifou-se).

A Brigada Militar (Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul-Brasil), em sua Nota de Instrução Operacional n.º 025.2, define como Polícia Federal:

Órgão do sistema de segurança pública, a quem compete, nos termos do art. 144, CF, a apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo dispuser a lei. Também lhe compete prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecente e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência. Ainda lhe cabe exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras. **Por fim, lhe cabe exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.** (BRIGADA MILITAR, 2013, p. 1 – Anexo “A”).

De pronto, podemos verificar que a Polícia Federal é um órgão mantido pelo Estado Brasileiro (União Federal), sob a tutela do Ministério da Justiça, com competência de polícia marítima, aérea e de fronteiras, de ordem pública, de polícia judiciária e de investigação Federal (União) e administrativa especial. Competindo também, a apuração de delitos relativos a bens, serviços ou suas entidades autárquicas e empresas públicas encontra-se sob sua esfera de competências.

3.3.2 Polícia Rodoviária Federal (PRF)

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) encontra-se prevista no inciso II do artigo 144 da CRFB, constituindo-se, por conseguinte, assim como a Polícia Federal tem como missão de assegurar a segurança pública nas rodovias federais.

A função da PRF encontra-se definida § 2º do artigo 144 da Constituição Federal, da seguinte forma:

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Do texto constitucional, podemos extrair praticamente nada, exceto que a mesma possui atribuição adstrita as rodovias federais, em especial quanto ao patrulhamento. Também, podemos verificar que, assim como a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal é um órgão mantido pelo Estado brasileiro (União Federal), sob sua esfera de competências.

Podemos igualmente encontrar as competências e atribuições da Polícia Rodoviária Federal no Decreto n.º 1.655, de 03 de outubro 1995, o qual dispõe, em seu artigo 1º, como segue:

Art.1º À Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, no âmbito das rodovias federais, compete:

I - realizar o patrulhamento ostensivo, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros;

II - exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

III - aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviços de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escolta de veículos de cargas excepcionais;

IV - executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamentos de locais boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de cargas indivisíveis;

VII - assegurar a livre circulação nas rodovias federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas;

VIII - executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estados e diplomatas estrangeiros e outras autoridades, quando necessário, e sob a coordenação do órgão competente;

IX - efetuar a fiscalização e o controle do tráfico de menores nas rodovias federais, adotando as providências cabíveis contidas na Lei nº 8.069 de 13 junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

X - colaborar e atuar na prevenção e repressão aos crimes contra a vida, os costumes, o patrimônio, a ecologia, o meio ambiente, os furtos e roubos de veículos e bens, o tráfico de entorpecentes e drogas afins, o contrabando, o descaminho e os demais crimes previstos em leis. (BRASIL, LEI N.º 10.683, 2003). (Grifou-se).

Dessa forma, podemos verificar que legalmente, a Polícia Rodoviária Federal, é um órgão mantido pelo Poder central (União Federal), sob a tutela do Ministério da Justiça, com competência de polícia de ordem pública e administrativa especial em rodovias federais.

3.3.3 Polícia Ferroviária Federal (PFF)

A Polícia Ferroviária Federal (PFF) encontra-se prevista no inciso III do artigo 144 da CRFB, constituindo-se, por conseguinte, assim como a Polícia Federal tem como missão de assegurar a segurança pública nas rodovias federais.

A atribuição da PFF encontra-se definida § 3º do artigo 144 da Constituição Federal, da seguinte forma:

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.(BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Portanto, podemos igualmente verificar que, da mesma forma, que a PF e PRF, a Polícia Ferroviária Federal (PFF), se constitui de um órgão de caráter federal mantido pela União.

Recentemente, a Lei n.º 12.462, de 4 de agosto de 2011, alterou a Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, a qual dispõe sobre a organização da Presidência da República, e dá outras providências.

Essa alteração deu nova redação ao artigo 27 da Lei nº 10.683/2003, quando a competência do Ministério da Justiça.

Art. 27. Os assuntos que constituem áreas de competência de cada Ministério são os seguintes:

[...]

VIII - Ministério da Justiça e Cidadania:

- a) defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos e das garantias constitucionais;
- b) política judiciária;
- c) direitos dos índios;
- d) políticas sobre drogas, segurança pública, **Polícias Federal, Rodoviária, Ferroviária Federal e do Distrito Federal**;
- e) defesa da ordem econômica nacional e dos direitos do consumidor;

[...]

§ 7º Caberá ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta, sem prejuízo da responsabilidade das Polícias Militares dos Estados pela manutenção da ordem pública. (BRASIL, LEI N.º 10.683, 2003). (Grifou-se).

Com a constituição de 1988, foi criada a PFF, contudo, nunca havia-se criado a estrutura, nem tão pouco realizado concurso público.

Com essa Lei de 2011, se pretendeu, igualmente, a nomeação dos atuais vigilantes da rede ferroviária ao cargo de policiais ferroviários federais, sem concurso público.

Em razão disso, o Procurador-Geral da República ingressou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI n.º 4708 de 2011 – Ministro Relator Luiz Fux) no Supremo Tribunal Federal (Corte Constitucional do Brasil), buscando a declaração de inconstitucionalidade do § 8º do artigo 29 da Lei n.º 10.683/2003, inserido pela Lei n.º 12.462/2003, que dispõe:

Art. 29. [...]

§ 8º Os profissionais da Segurança Pública Ferroviária oriundos do grupo Rede, Rede Ferroviária Federal (RFFSA), da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb) que estavam em exercício em 11 de dezembro de 1990, passam a integrar o Departamento de Polícia Ferroviária Federal do Ministério da Justiça. (BRASIL, 2003). (Grifou-se).

Dessa forma, embora o assunto careça de decisão do Supremo Tribunal Federal, teoricamente, poderíamos dizer, que o Polícia Ferroviária Federal (PFF) encontra-se na estrutura do Ministério da Justiça, e com policiais oriundos de profissionais de grupos das companhias ferroviárias existentes.

3.3.4 Polícias Civas (PC)

As Polícias Civas (PC) encontram previsão jurídico-constitucional no inciso IV do artigo 144 da CRFB.

As suas atribuições (competências), encontra-se igualmente definidas no texto constitucional no § 4º do artigo 144 da Constituição Federal, o qual define:

§ 4º Às polícias civas, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. (BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se)

A Brigada Militar (Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul-Brasil), em sua Nota de Instrução Operacional n.º 025.2, define Polícia Civil:

Órgão do sistema de segurança pública, a quem compete, nos termos do art. 144, CF, ressalvadas a competência da união, as funções de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, exceto as militares. (BRIGADA MILITAR, 2013, p. 2 – Anexo “A”).

Da escritura fundamental, podemos retirar que as Polícias Cíveis, atuam em todas as matérias (ou áreas) que não sejam de exclusividade da União (ou seja, Federal), da mesma forma, tudo que for de competência militar, encontra-se fora da alçada das Polícias Cíveis.

Ainda, conforme o parágrafo em epígrafe, a competência das polícias cíveis cinge-se restringe-se a apuração de infrações penais e de polícia judiciária.

Cabe aqui destacar, que conforme § 6º do artigo 144 da CRFB, as Polícias Cíveis são órgãos da Administração Pública dos Estados da República Federativa do Brasil, portanto, para cada um dos 26 Estados-Membros e o Distrito Federal (goza de *status* de Estado-Membro), existe uma Polícia Cível, atuando em matérias que não sejam de competência da Polícia Judiciária da União (a Polícia Federal).

Quanto as competências das polícias cíveis, analisaremos mais detalhadamente no capítulo a seguir.

3.3.5 Polícias Militares

O inciso V do artigo 144 da CRFB apresenta uma instituição policial e outra de bombeiros, em virtude do objetivo do trabalho, apresentaremos o que diz o artigo, sem, contudo, nos atermos aos bombeiros visto que não se tratam de polícias.

O Texto constitucional, em seu artigo 144, inciso V, dispõe que:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
[...]
V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. (BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se)

Em relação as suas atribuições (competências), texto fundamental, assim definiu, nos § 5º e § 6º do artigo 144 da Constituição Federal:

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se)

Da Constituição, verificamos que as polícias militares possuem a função de polícia de segurança e polícia de ordem pública, igualmente, verificamos que estas são forças auxiliares e reserva do Exército.

Da mesma forma que as Polícias Civis, as Polícias Militares, por força do § 6º do artigo 144 da CRFB, são órgãos da Administração Pública dos Estados da República Federativa do Brasil, possuindo, assim, vinte e sete polícias militares, sendo uma por cada Estado da Federação, além de uma no Distrito Federal (Brasília).

Em relação as polícias militares, cabe além disso destacar, o apresentado no artigo 42 da CRFB:

Art. 42 Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (BRASIL, CRFB, 1988).

A partir da observação dos preceitos constitucionais, podemos definir as Polícias Militares como órgãos da segurança pública aos quais competem, indubitavelmente, as atividades de ordem pública e segurança pública (polícia de ordem pública e segurança), utilizando-se fundamentalmente da atividade de policiamento ostensivo.

Em razão dos fundamentos constitucionais já referidos, para aprofundarmos ainda mais nossa apreciação acerca das polícias militares, a seguir traremos o Decreto-Lei n.º 667, de 02 de julho de 1969, eis que este dispõe de informações fulcrais das polícias militares.

Esse Decreto Presidencial estabeleceu definição e competências das polícias militares, vide os artigos 3º e 4º do texto infraconstitucional supra:

Art. 3º - Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, **competem às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições:**
a) **executar com exclusividade, ressalvas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;**

b) **atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;**

c) **atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem,** precedendo o eventual emprego das Forças Armadas;

d) atender à convocação, inclusive mobilização, do Governo Federal em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se à Força Terrestre para emprego em suas atribuições específicas de polícia militar e como participante da Defesa Interna e da Defesa Territorial;

e) além dos casos previstos na letra anterior, a Polícia Militar poderá ser convocada, em seu conjunto, a fim de assegurar à Corporação o nível necessário de adestramento e disciplina ou ainda para garantir o cumprimento das disposições deste Decreto-lei, na forma que dispuser o regulamento específico.

§ 1º - A convocação, de conformidade com a letra e deste artigo, será efetuada sem prejuízo da competência normal **da Polícia Militar de manutenção da ordem pública e de apoio às autoridades federais nas missões de Defesa Interna, na forma que dispuser regulamento específico.**

§ 2º - No caso de convocação de acordo com o disposto na letra e deste artigo, a Polícia Militar ficará sob a supervisão direta do Estado-Maior do Exército, por intermédio da Inspetoria-Geral das Polícias Militares, e seu Comandante será nomeado pelo Governo Federal.

§ 3º - Durante a convocação a que se refere a letra e deste artigo, que não poderá exceder o prazo máximo de 1 (um) ano, a remuneração dos integrantes da Polícia Militar e as despesas com a sua administração continuarão a cargo do respectivo Estado-Membro.

Art. 4º - As Polícias Militares, integradas nas atividades de segurança pública dos Estados e Territórios e do Distrito Federal, para fins de emprego nas ações de manutenção da Ordem Pública, ficam sujeitas à vinculação, orientação, planejamento e controle operacional do órgão responsável pela Segurança Pública, sem prejuízo da subordinação administrativa ao respectivo Governador. (BRASIL, DECRETO-LEI N.º 667, 1996). (Grifou-se).

Pelo exposto no Decreto, é possível verificarmos a forte natureza de ordem pública contida nas atribuições das polícias militares.

A partir dessas competências descritas na Constituição Federal e no Decreto-Lei são organizadas as polícias militares de cada Estado, podendo-se variar quanto a outros quesitos, desde que respeitadas as regras constitucionais e legais de caráter geral instituídas pela União Federal.

3.3.6 Forças Públicas Não-Policiais de Segurança Pública

3.3.6.1 Guardas Municipais (GM)

As Guardas Municipais (GM) encontram-se previstas no ordenamento jurídico-constitucional no parágrafo 8º do artigo 144 da CRFB.

No referido dispositivo constitucional, também encontra-se os fins a que destinam-se as Guardas Municipais, sendo assim dispostas:

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. (BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Destarte, são atribuições (competências) das Guardas Municipais à proteção dos bens, serviços e instalações públicas municipais.

A lei que informada no dispositivo constitucional foi instituída em 8 de agosto de 2014, sob a denominação de Estatuto Geral da Guardas Municipais, Lei n.º 13.022/2014.

Dentre os diversos elementos dessa legislação, encontramos nos artigos 4º e 5º, as competências das Guarda Municipais, sendo:

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 4º É competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município.
Parágrafo único. Os bens mencionados no caput abrangem os de uso comum, os de uso especial e os dominiais.

Art. 5º São competências específicas das guardas municipais, respeitadas as competências dos órgãos federais e estaduais:

- I - zelar pelos bens, equipamentos e prédios públicos do Município;
- II - prevenir e inibir, pela presença e vigilância, bem como coibir, infrações penais ou administrativas e atos infracionais que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais;
- III - atuar, preventiva e permanentemente, no território do Município, para a proteção sistêmica da população que utiliza os bens, serviços e instalações municipais;
- IV - colaborar, de forma integrada com os órgãos de segurança pública, em ações conjuntas que contribuam com a paz social;
- V - colaborar com a pacificação de conflitos que seus integrantes presenciarem, atentando para o respeito aos direitos fundamentais das pessoas;
- VI - exercer as competências de trânsito que lhes forem conferidas, nas vias e logradouros municipais, nos termos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), ou de forma concorrente, mediante convênio celebrado com órgão de trânsito estadual ou municipal;
- VII - proteger o patrimônio ecológico, histórico, cultural, arquitetônico e ambiental do Município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas;
- VIII - cooperar com os demais órgãos de defesa civil em suas atividades;
- IX - interagir com a sociedade civil para discussão de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança das comunidades;
- X - estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e da União, ou de Municípios vizinhos, por meio da celebração de convênios ou consórcios, com vistas ao desenvolvimento de ações preventivas integradas;

- XI - articular-se com os órgãos municipais de políticas sociais, visando à adoção de ações interdisciplinares de segurança no Município;
- XII - integrar-se com os demais órgãos de poder de polícia administrativa, visando a contribuir para a normatização e a fiscalização das posturas e ordenamento urbano municipal;
- XIII - garantir o atendimento de ocorrências emergenciais, ou prestá-lo direta e imediatamente quando deparar-se com elas;
- XIV - encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime, quando possível e sempre que necessário;
- XV - contribuir no estudo de impacto na segurança local, conforme plano diretor municipal, por ocasião da construção de empreendimentos de grande porte;
- XVI - desenvolver ações de prevenção primária à violência, isoladamente ou em conjunto com os demais órgãos da própria municipalidade, de outros Municípios ou das esferas estadual e federal;
- XVII - auxiliar na segurança de grandes eventos e na proteção de autoridades e dignatários; e
- XVIII - atuar mediante ações preventivas na segurança escolar, zelando pelo entorno e participando de ações educativas com o corpo discente e docente das unidades de ensino municipal, de forma a colaborar com a implantação da cultura de paz na comunidade local.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a guarda municipal poderá colaborar ou atuar conjuntamente com órgãos de segurança pública da União, dos Estados e do Distrito Federal ou de congêneres de Municípios vizinhos e, nas hipóteses previstas nos incisos XIII e XIV deste artigo, diante do comparecimento de órgão descrito nos **incisos do caput do art. 144 da Constituição Federal**, deverá a guarda municipal prestar todo o apoio à continuidade do atendimento. (BRASIL, ESTATUTO GERAL DAS GUARDAS MUNICIPAIS, 2014). (Grifou-se).

Em relação as essas competências instituídas pela Lei n.º 13.022/2014, Velasques (2014), assim afirmou:

Segurança pública aqueles descritos nos incisos do art. 144, estabelecendo, inclusive, as suas respectivas competências e atribuições. Que as Guardas Municipais, embora não previstas nos incisos do art. 144 da Constituição Federal, possuem competência limitada pelo art. 144, §8º, restringindo-se a exercer a guarda dos bens, serviços e instalações municipais, nos termos da lei.

Que a Lei nº 13.022/2014 teve tramitação muito rápida e foi sancionada em um período inferior à seis meses. Trouxe dispositivos que, claramente, usurpam as funções descritas na própria Constituição Federal, tornando a Guarda Municipal como um novo ente de policiamento preventivo, já que poderá atuar, de forma preventiva, nas vias públicas, atribuição que já é exercida pela Polícia Militar dos estados. Conforme Vieira (2012)^[22], “os problemas de segurança não serão solucionados com a criação de polícias municipais, mas sim com uma mudança de marco conceitual, deslocando a intervenção policial do foco repressivo para o preventivo e operacionalizando no campo material o sistema de segurança previsto no art. 144 da Constituição Federal. Aliás, o emprego distorcido de guardas municipais como forças policiais apenas contribui para a insegurança jurídica, repercutindo na preservação da ordem pública, visto que afronta a Carta Maior e todo o ordenamento em vigor”.

Diante dos argumentos mencionados, restou demonstrado que, por meio de lei ordinária, criou-se um novo ente de segurança pública

com novas atribuições, o que, à luz da doutrina e jurisprudência pátria, é inconstitucional. Com a palavra o Supremo Tribunal Federal, o qual deverá fazer a competente análise do tema na ADI 5156/2014. (VELASQUEZ, 2014). (Grifou-se).

Dessa forma, percebe-se, a discussão é incipiente, e, que inclusive encontra-se *sub judice* em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI n.º 5156/2014), ainda em tramite na Corte Constitucional Brasileira (Supremo Tribunal Federal – STF).

Não obstante a essa questão, podemos, todavia, afirmar que as Guardas Municipais não são órgãos Policiais, embora, de forma “atravessada”, concorram inconstitucionalmente à segurança pública.

3.3.6.2 Força Nacional de Segurança Pública (FNSP)

Em 29 de novembro de 2004, por meio do Decreto Presidencial nº 5.289, foi instituído o Programa de Cooperação Federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública.

O objetivo inicial, era permitir que fosse possível em momentos ímpares (catástrofes, calamidade pública, desordem social e/ou criminal e grandes eventos – Pan-americano, Copa e Olimpíadas) enviar policiais militares para atuarem em outros Estados da Federação, que não os seus de origem.

Esse programa se desenvolveu a partir de uma concepção nova, a qual tinha como base o artigo 241 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), o qual dispõe:

Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.(BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Por meio desse Decreto, regulou-se as regras gerais de organização e funcionamento da Força Nacional de Segurança Pública.

Inicialmente, a Força Nacional era composta exclusivamente de Policiais Militares oriundos das Polícias Militares dos Estados-Membros e do Distrito Federal,

e, de acordo com esse Decreto n.º 5.289 de 2004, no seu artigo 2º, possuía a seguinte atribuição:

Art. 2º A Força Nacional de Segurança Pública somente poderá atuar em atividades de policiamento ostensivo destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, nas hipóteses previstas neste Decreto e no ato formal específico de adesão dos Estados interessados. (BRASIL, DECRETO N.º 5.289, 2004). (Grifou-se).

Contudo, essa realidade foi alterada, não de forma técnica, mas política, para que se pudessem inserir outros atores contidos do artigo 144 da CRFB, escapando assim a ideia original, já referida.

Por meio do Decreto n.º 7.318 de 10 de maio de 2010, alterou-se o artigo segundo, passando a dispor da seguinte forma:

Art. 2º A Força Nacional de Segurança Pública atuará em atividades destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, nas hipóteses previstas neste Decreto e no ato formal de adesão dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º-A. A atuação dos servidores civis nas atividades desenvolvidas no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública, conforme previsto nos arts. 3º e 5º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, compreende:

I - auxílio às ações de polícia judiciária estadual na função de investigação de infração penal, para a elucidação das causas, circunstâncias, motivos, autoria e materialidade

II - auxílio às ações de inteligência relacionadas às atividades destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio;

III - realização de atividades periciais e de identificação civil e criminal destinadas a colher e resguardar indícios ou provas da ocorrência de fatos ou de infração penal;

IV - auxílio na ocorrência de catástrofes ou desastres coletivos, inclusive para reconhecimento de vitimados; e

V - apoio a ações que visem à proteção de indivíduos, grupos e órgãos da sociedade que promovem e protegem os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

§ 1º As atividades de cooperação federativa serão desenvolvidas sob a coordenação conjunta da União e do ente conveniente.

§ 2º A presidência do inquérito policial será exercida pela autoridade policial da circunscrição local, nos termos do art. 4º do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. (BRASIL, DECRETO N.º 5.289, 2004). (Grifou-se).

Através desta alteração, foi possível a Força Nacional desenvolver atividades de polícia judiciária, polícia de investigação, inteligência e perícias criminais.

Novamente, diante da incapacidade de outros órgãos da Administração Pública (União, Estados e Municípios), se promoveu outra alteração legislativa com o fim de alargar as atribuições da Força Nacional, jogando-a, assim, a uma “tábua de salvação” para todos os males.

Assim sendo, em 2013, foi incluído no Decreto original, o artigo 2º -B, o qual, em síntese, alargou ainda mais as atribuições da Força Nacional, com o propósito de permitir a realização de ações policiais de natureza administrativa e criminal ambiental.

Pela a inclusão do Decreto n.º 7.957, o artigo 2º, passaria a contar também com a seguinte redação:

Art. 2º-B Fica instituída a Companhia de Operações Ambientais da Força Nacional de Segurança Pública, com os seguintes objetivos:

- I - apoiar as ações de fiscalização ambiental desenvolvidas por órgãos federais, estaduais, distritais e municipais na proteção do meio ambiente;
- II - atuar na prevenção a crimes e infrações ambientais;
- III - executar tarefas de defesa civil em defesa do meio ambiente
- IV - auxiliar as ações da polícia judiciária na investigação de crimes ambientais; e
- V - prestar auxílio à realização de levantamentos e laudos técnicos sobre impactos ambientais negativos. (BRASIL, DECRETO N.º 5.289, 2004). (Grifou-se).

Em virtude do Pacto Federativo, o Decreto fez a previsão da necessidade de solicitação expressa do Governador de Estado ou do Distrito Federal, foi previsto no artigo 4º, do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, o seguinte dispositivo:

Art. 4º A Força Nacional de Segurança Pública poderá ser empregada em qualquer parte do território nacional, **mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado ou do Distrito Federal.**(BRASIL, DECRETO N.º 5.289, 2004). (Grifou-se).

Apesar disso, nova redação foi dada para que fosse permitido Ministros de Estado também disporem da Força Nacional, alterando sua essência, a ao nosso juízo, burlando o Pacto Federativo, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º A Força Nacional de Segurança Pública poderá ser empregada em qualquer parte do território nacional, **mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado, do Distrito Federal ou de Ministro de Estado. (Redação dada pelo Decreto nº 7.957, de 2013).**(BRASIL, DECRETO N.º 5.289, 2004). (Grifou-se).

Ainda, em relação a “competência” da Força Nacional (FN), cabe destacar uma Lei Federal de 2007, Lei n.º 11.473, de 10 de maio, que dispõe sobre a cooperação federativa, revogando a lei anteriormente em vigor, Lei n.º 10.277, de 10 de setembro de 2001.

Por esta Lei, conforme seu artigo 1º a União (Governo Federal) poderá firmar convênio com os Estados e Distrito Federal para execução de atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e bens, e, o artigo 2º, apresenta os fins:

Art. 1º A União poderá firmar convênio com os Estados e o Distrito Federal para executar atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Art. 2º A cooperação federativa de que trata o art. 1º, para fins desta Lei, compreende operações conjuntas, transferências de recursos e desenvolvimento de atividades de capacitação e qualificação de profissionais, no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública e da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos.

Parágrafo único. As atividades de cooperação federativa têm caráter consensual e serão desenvolvidas sob a coordenação conjunta da União e do Ente conveniente. (BRASIL, LEI N.º 11.473, 2007). (Grifou-se).

Para a cooperação federativa, segundo esta Lei, são considerados atividades e serviços imprescindíveis à ordem pública, conforme artigo 3º, os seguintes:

Art. 3º Consideram-se atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, para os fins desta Lei:

I - o policiamento ostensivo;

II - o cumprimento de mandados de prisão;

III - o cumprimento de alvarás de soltura;

IV - a guarda, a vigilância e a custódia de presos;

V - os serviços técnico-periciais, qualquer que seja sua modalidade;

VI - o registro de ocorrências policiais.

VII- as atividades relacionadas à segurança dos grandes eventos.(BRASIL, LEI N.º 11.473, 2007). (Grifou-se).

Com efeito, podemos verificar a constituição de uma anomalia ao sistema de segurança interna e/ou segurança pública brasileiro.

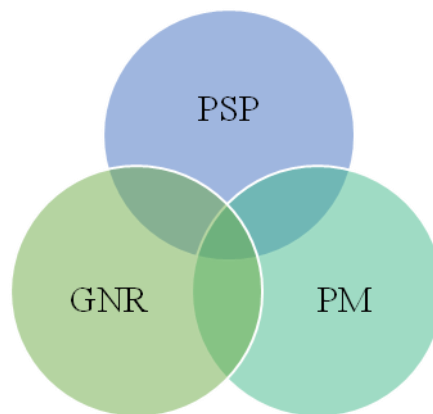
Pois que de forma enviesada, se constituiu uma força pública com atribuições de polícia judiciária e polícia administrativa (de segurança e ordem pública), sem que esta esteja constituída como polícia no rol do artigo 144 da CRFB.

3.4 CONCLUSÃO CAPITULAR

Após apresentarmos o sistema policial português, podemos verificar quais as polícias constituem e quais delas possuem caráter de polícia de ordem pública e de investigação criminal.

Nessa perspectiva, concluímos que em Portugal as Polícias legalmente constituídas a atuarem como polícias de ordem pública são: a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Polícia Marítima (PM), conforme segue:

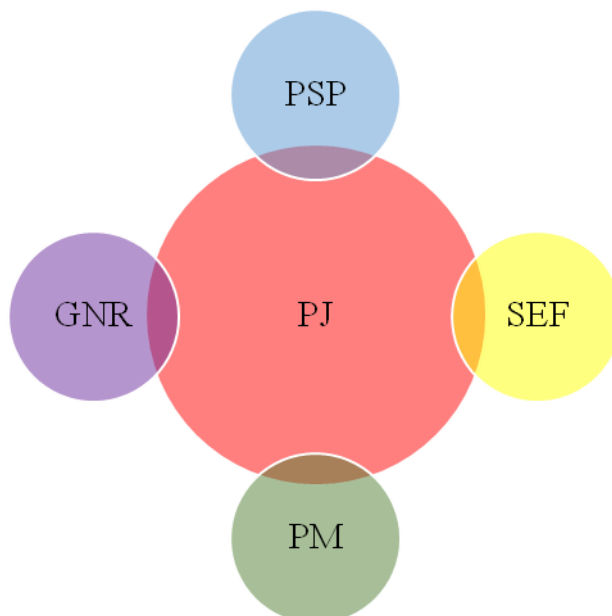
Figura 8– Polícias de Ordem Pública em Portugal



Fonte: elaboração própria.

No tocante a investigação criminal, neste primeiro enftetamento, foi possível verificarmos um elevado grau de complexidade, o qual teremos oportunidade de aprofundarmos no capítulo subsequente a este, todavia, pela investigação já realizada, as polícias legalmente aptas a investigação criminal são: a Polícia Judiciária (PJ), a Guarda Nacional Republicana (GNR), a Polícia de Segurança Pública (PSP), a Polícia Marítima (PM) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), constituindo-se da seguinte forma:

Figura 9 – Polícias de Investigação Criminal em Portugal



Fonte: elaboração própria.

Por excelência, a Polícia Judiciária (PJ) possui uma maior competência investigativa em relação às outras, ou seja, pode investigar quaisquer crimes. Enquanto, as demais possuem competências limitadas por legislações próprias, as quais veremos *a posteriori*.

No que concerne ao sistema policial brasileiro, podemos constatar que são polícias de ordem pública, as polícias militares por excelência, conforme disposição da Constituição.

Todavia, por norma infraconstitucional, igualmente são polícias de ordem pública a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal.

Dessa forma, assim se vislumbram as polícias de ordem pública no sistema policial brasileiro:

Figura 10 – Polícias de Ordem Pública no Brasil



Fonte: elaboração própria.

No tocante a investigação criminal, foi possível verificar que em âmbito Federal (União) compete a polícia federal as funções de polícia judiciária e de polícia criminal (ou polícia de investigação criminal), sendo a função de polícia judiciária exercida de forma exclusiva.

Em âmbito Estadual, no que diz respeito a função de investigação criminal (apuração de infração penal) e de polícia judiciária estadual (dos Estados-Membros), vislumbra-se uma competência da polícia civil de cada Estado, sem, contudo, haver qualquer reserva de exclusividade em relação a quaisquer de suas funções.

Por conseguinte, podemos dizer que a competência das polícias de investigação criminal, têm conexão primária a qualidade do delito, se de competência da Justiça Federal (União), remete-se a Polícia Federal, e, o que não for de alçada da Justiça da União, por consequência, é da jurisdição Estadual, consequentemente, das polícias civis, constituindo-se conforme apresentado:

Figura 11 – Polícias Judiciárias (por excelência de investigação criminal)



Fonte: elaboração própria.

No que diz respeito a investigação criminal, verificaremos de forma mais esmiuçada no capítulo a seguir, o qual tratará da investigação criminal, aprofundando-se na análise do art. 144 CRFB e demais legislações.

4 DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

4.1 DO CONCEITO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL

A investigação, segundo Manuel Valente (2005b, p. 2), “ é acção dirigida sobre o rasto, a pegada, e que levou à tradução de acto de pesquisar, de indagar, de investigar (...) É um olhar inquiridor sobre os vestígios deixados e os rastros não apagados de forma a que se chegue a uma verdade, a um conhecimento (...)”.

Os dicionários jurídicos apresentam possíveis definições de investigação criminal, dessa forma, apresentaremos uma possível definição:

Investigação criminal (Proc. Penal) – Conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, visam averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade, descobrir e recolher as provas no âmbito do processo. A direcção da investigação cabe à autoridade judiciária competente em cada fase do processo, que é assistida na investigação pelos órgãos de polícia criminal. Assim, no inquérito, a direcção cabe ao Ministério Público, assistido pelos órgãos de polícia criminal. Na fase de instrução (se a ela houver lugar, dado que é uma fase facultativa), a sua direcção cabe ao juiz de instrução criminal. A fase da audiência de discussão e julgamento é dirigida pelo juiz de julgamento (singular ou pelo juiz presidente – se se tratar de um tribunal colectivo). [...]”. (PRATA, VILALONGA e VEIGA, 2011, p. 286).

A esse respeito deste tema, traremos os ensinamentos de André Ventura (2015), que conceitua:

[...] o conceito de investigação criminal reporta-se ao conjunto de actos levados a cabo pelos órgãos de polícia criminal e pelas autoridades judiciais no sentido de apurar uma eventual responsabilidade criminal. Por sua vez, em termos globais, a investigação criminal é muitas vezes referenciada seu contudo funcional, isto é, enquanto actividade institucional cujo objetivo primordial é encontrar os responsáveis pela prática de um determinado ilícito criminal[...]. (VENTURA, 2015, p. 246). (Grifou-se).

Em relação a investigação criminal, Manuel Guedes Valente (2009, p. 319-320) escreveu que “a investigação criminal, numa visão restritiva e clássica, visa descobrir, recolher, conservar, examinar e interpretar as provas reais –objectos utilizados na prática do crime e objetos do próprio crime -, assim como localizar, contactar e apresentar as provas pessoais –autores e testemunhas de crime – que

conduzam ao esclarecimento da verdade material dos factos que consubstanciam a prática de um crime”.

Ao analisar a temática da investigação criminal, Mertens (2007, p. 99-100), sustenta que:

Uma segunda atividade típica de segurança pública exercida pelos órgãos policiais é a investigação. A Constituição Federal de 1988 refere-se a tal *mister* em dois momentos, no § 1º, inciso I, e no § 4º do artigo 144, **denominando-o todavia apuração de infrações penais, mesma expressão constante do artigo 4º do Código de Processo Penal. Ora, investigar a ocorrência de um delito ou apurar infrações penais significa, juridicamente, elucidar sua materialidade e autoria mediante a prática formal de todos os atos necessários a tanto**, dentre eles aqueles previstos no artigo 6º do CPP. Em outras palavras, quer dizer que a autoridade policial, tendo recebido uma *notitia-criminis* de onde quer que ela venha, envidará todos os esforços para esclarecer, inicialmente, se há ilícito penal em dadas circunstâncias, investigando-o logo após, em caso positivo, como os meios dos quis dispõe, e materializando o resultado de suas diligências para que possam servir como elementos de prova em eventual futuro procedimento penal. (MERTENS, 2007, p. 99-100). (Grifou-se).

Portanto, o autor o autor, resumidamente, propõe que investigação crime seria ir em busca da materialidade do crime e da autoria do ato criminoso, e, que este, do mesmo modo, pode ser denominado de apuração de infrações penais.

A Lei de Organização da Investigação Criminal de Portugal, Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, apresenta a seguinte definição de investigação criminal:

Investigação criminal

Artigo 1.º

Definição

A investigação criminal compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo. (PORTUGAL, LOIC -LEI N.º 49, 2008). (Grifou-se).

A Brigada Militar (Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul/Brasil), em sua Nota de Instrução Operacional n.º 025.2, define como investigação policial criminal:

É um processo de produção de conhecimento que dá suporte às atividades operacionais de apuração de infrações penais, quer em ocorrência, quer já ocorridas, assim como à gestão de elementos operacionais, através da determinação de padrões e tendências criminais num determinado espaço geográfico-temporal. (BRIGADA MILITAR, 2013, p. 2).

Portanto, a investigação criminal pode ser entendida pelo caminho a ser trilhado pelos órgãos de investigação criminal até o desvendamento de um delito, quanto a sua materialidade e sua autoria, apresentando igualmente as circunstâncias em que os fatos ocorreram.

Dito essas considerações iniciais, passamos a seguir a verificar a investigação criminal em Portugal e no Brasil, e, posteriormente, na Polícia de Segurança Pública (PSP), a na Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul, Brigada Militar (BM).

4.2 DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL EM PORTUGAL

A investigação criminal em Portugal assenta-se essencialmente Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), ou, simplesmente, Lei de Investigação Criminal, Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, do mesmo ano.

Essa lei, acabou por organizar o subsistema de investigação criminal, especialmente, em relação a aqueles órgãos de investigação criminal que também são órgãos policiais.

De igual sorte, o tema encontra-se em grande parte pautado no Código de Processo Penal, Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, do mesmo ano.

Inicialmente, traremos algumas definições constantes no código de processo penal português em suas disposições preliminares, fulcro artigo 1º:

Disposições preliminares e gerais

Artigo 1.º

(Definições legais)

Para efeitos do disposto no presente Código considera-se:

a) Crime: o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais;

b) Autoridade judiciária: o juiz, o juiz de instrução e o Ministério Público, cada um relativamente aos actos processuais que cabem na sua competência;

c) Órgãos de polícia criminal: todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer actos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados por este Código;

d) Autoridade de polícia criminal: os directores, oficiais, inspectores e subinspectores de polícia e todos os funcionários policiais a quem as leis respectivas reconhecerem aquela qualificação;

e) Suspeito: toda a pessoa relativamente à qual exista indício de que cometeu ou se prepara para cometer um crime, ou que nele participou ou se prepara para participar; [...] (PORTUGAL, CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PORTUGUÊS - CPPP, 1987). (Grifou-se).

Em relação a competência dos órgãos de polícia criminal (ou de investigação criminal) em Portugal, assim dispões o código de processo penal:

Artigo 55.º

(Competência dos órgãos de polícia criminal)

- 1- Compete aos órgãos de polícia criminal coadjuvar as autoridades judiciárias com vista à realização das finalidades do processo.
- 2- Compete em especial aos órgãos de polícia criminal, mesmo por iniciativa própria, colher notícia dos crimes e impedir quanto possível as suas consequências, descobrir os seus agentes e levar a cabo os actos necessários e urgentes destinados a assegurar os meios de prova.

Artigo 56.º

(Orientação e dependência funcional dos órgãos de polícia criminal)

Nos limites do disposto no n.º 1 do artigo anterior, os órgãos de polícia criminal actuam, no processo, sob a direcção das autoridades judiciárias e na sua dependência funcional. (PORTUGAL, CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, 1987). (Grifou-se).

Ainda, também nos parece pertinente aqui aduzir, mesmo que sucintamente, o inquérito em Portugal, fulcro artigos 262º, 263º e 264º do código de processo penal português:

Artigo 262.º

(Finalidade e âmbito do inquérito)

- 1- O inquérito compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e descobrir e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação.
- 2- Ressalvadas as excepções previstas neste Código, a notícia de um crime dá sempre lugar à abertura de inquérito.

Artigo 263.º

(Direcção do inquérito)

- 1- A direcção do inquérito cabe ao Ministério Público, assistido pelos órgãos de polícia criminal.
- 2- Para efeito do disposto no número anterior, os órgãos de polícia criminal actuam sob a directa orientação do Ministério Público e na sua dependência funcional.

Artigo 264.º

(Competência)

- 1- É competente para a realização do inquérito o Ministério Público que exercer funções no local em que o crime tiver sido cometido.
- 2- Enquanto não for conhecido o local em que o crime foi cometido, a competência pertence ao Ministério Público que exercer funções no local em que primeiro tiver havido notícia do crime.
- 3- Se o crime for cometido no estrangeiro, é competente o Ministério Público que exercer funções junto do tribunal competente para o julgamento.
- 4- Independentemente do disposto nos números anteriores, qualquer magistrado ou agente do Ministério Público procede, em caso de urgência ou de perigo na demora, a actos de inquérito, nomeadamente de detenção,

de interrogatório e, em geral, de aquisição e conservação de meios de prova. (PORTUGAL, CPPP, 1987). (Grifamos).

Destarte, segundo os dispositivos do código de processo penal português, podemos verificar que em Portugal, os órgãos de polícia criminal têm a função de coadjuvar e assistir ao Ministério Público (MP), sendo este verdadeiramente o detentor da responsabilidade pela investigação criminal.

Por óbvio, as polícias de investigação gozam de uma certa autonomia, principalmente, naquelas situações em que as questões a serem adotadas ocorrem na efervescência dos fatos.

Vencida a análise da legislação processual penal, parece-nos mais que pertinente examinarmos a Lei de Investigação Criminal, Lei 49/2008, cabendo inicialmente a apresentação da definição do objeto e a quem cabe a Direção da Investigação Criminal, conforme os artigos 1º e 2º da LOIC, que assim dispõe:

Artigo 1.º

Definição

A investigação criminal compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo.

Artigo 2.º

Direcção da investigação criminal

1 - A direcção da investigação cabe à autoridade judiciária competente em cada fase do processo.

2 - A autoridade judiciária é assistida na investigação pelos órgãos de polícia criminal.

3 - Os órgãos de polícia criminal, logo que tomem conhecimento de qualquer crime, comunicam o facto ao Ministério Público no mais curto prazo, que não pode exceder 10 dias, sem prejuízo de, no âmbito do despacho de natureza genérica previsto no n.º 4 do artigo 270.º do Código de Processo Penal, deverem iniciar de imediato a investigação e, em todos os casos, praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.

4 - Os órgãos de polícia criminal actuam no processo sob a direcção e na dependência funcional da autoridade judiciária competente, sem prejuízo da respectiva organização hierárquica.

5 - As investigações e os actos delegados pelas autoridades judiciárias são realizados pelos funcionários designados pelas autoridades de polícia criminal para o efeito competentes, no âmbito da autonomia técnica e tática necessária ao eficaz exercício dessas atribuições.

6 - A autonomia técnica assenta na utilização de um conjunto de conhecimentos e métodos de agir adequados e a autonomia tática consiste na escolha do tempo, lugar e modo adequados à prática dos actos correspondentes ao exercício das atribuições legais dos órgãos de polícia criminal.

7 - Os órgãos de polícia criminal impulsionam e desenvolvem, por si, as diligências legalmente admissíveis, sem prejuízo de a autoridade judiciária poder, a todo o tempo, avocar o processo, fiscalizar o seu

andamento e legalidade e dar instruções específicas sobre a realização de quaisquer actos.(PORTUGAL, LOIC -LEI N.º 49, 2008). (Grifou-se).

Reforçando a intenção adotada pelo legislador processual penal, o legislador ordinário, ao produzir a LOIC, igualmente dotou as autoridades judiciária a direção da investigação criminal.

Acerca dessa direção e da coadjuvação, colocada na LOIC, Manuel Valente (2003), assim descreveu:

Verifica-se que o legislador sentiu necessidade de rescrever e redeterminar um *princípio de coadjuvação e de obrigatoriedade de assistência* por parte dos OPC para vincar a competência absoluta da investigação da autoridade judiciária. Relembramos o que a Comissão de Legislação da AO defendeu: “ por força da lei processual a direção da investigação compete efetivamente ao Ministério Público ou ao juiz de instrução, no inquérito e na instrução, respectivamente” [...]. (VALENTE, 2003, p. 54).

Ainda, verificamos, que o legislador clarificou que as autoridades judiciárias serão assistidas pelos órgãos de polícia criminal, que, conforme depreende-se do n.º 6, do respectivo artigo, gozam de autônoma técnica no exercício de suas atividades.

Feita essas considerações, passaremos então a aprofundar os estudos da LOIC, seguindo diretamente a verificação dos órgãos de polícia criminal e suas competências ponto mais fundamental de nossa investigação.

4.2.1 Dos Órgãos de Polícia Criminal

A investigação do tema, remete-nos essencialmente a verificação da Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), Lei n.º 49/2008, em seu Capítulo II.

Inicialmente, tomaremos como ponto de partida o artigo 3º do referido disposto, o qual dispõe sobre os órgãos criminais da seguinte forma:

Artigo 3.º

Órgãos de polícia criminal

1 - São órgãos de polícia criminal de competência genérica:

- a) A Polícia Judiciária;**
- b) A Guarda Nacional Republicana;**
- c) A Polícia de Segurança Pública.**

2 - Possuem competência específica todos os restantes órgãos de polícia criminal.

3 - A atribuição de competência reservada a um órgão de polícia criminal depende de previsão legal expressa.

4 - Compete aos órgãos de polícia criminal:

- a) Coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação;
- b) Desenvolver as acções de prevenção e investigação da sua competência ou que lhes sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes. (PORTUGAL, LOIC -LEI N.º 49, 2008). (Grifou-se)

Da observação realizada do dispositivo acima, podemos subitamente que a Polícia Judiciária (PJ), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP) são órgãos de polícia criminal por excelência, possuindo competência genérica em relação a investigação criminal.

Não podemos aqui deixar de referir, e, conforma já apresentado na presente investigação (capítulo 3), que além da PJ, GNR e PSP, também são órgãos de investigação criminal o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e a Polícia Marítima (PM), estes últimos de competência específica, atribuídas por outras leis. No texto em epígrafe, da mesma forma, percebemos a preocupação do Legislador em reforçar a função de coadjuvação da polícia criminal frente as autoridades judiciárias (ministério público).

4.2.2 Da Competência dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC)

A investigação do tema, remete-nos essencialmente a verificação da Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), Lei n.º 49/2008, em seu Capítulo II, a qual iremos nos debruçar.

Nesse sentido, principiaremos com a competência apresentada no artigo 4º da LOIC, o qual apresenta:

Artigo 4.º

Competência específica em matéria de investigação criminal

1- A atribuição de competência específica obedece aos princípios da especialização e racionalização na afectação dos recursos disponíveis para a investigação criminal.

2- Sem prejuízo do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 7.º, os órgãos de polícia criminal de competência genérica abstêm-se de iniciar ou prosseguir investigações por crimes que, em concreto, estejam a ser investigados por órgãos de polícia criminal de competência específica. (PORTUGAL, LOIC, 2008). (Grifou-se).

Assim, em conformidade com esse artigo, os órgãos de competência genérica devem abster-se de iniciar qualquer investigação de natureza específica, uma vez que, o sistema visa dar um carácter de especialização as investigações.

Nesse item, nos atrevemos em dizer que concordamos com o legislador, pois não faria sentido os órgãos de competência genérica iniciarem uma investigação havendo um outro com competência jurídica, e, e evidente maior capacidade técnica.

Embora, tal dispositivo, o legislador infraconstitucional, buscou dar uma racionalidade ao sistema, e, acertadamente, ao nosso juízo, previu a possibilidade de que um órgão de polícia criminal, ainda incompetente em razão da matéria, possa tomar medida de urgência e acautelatórias, artigo 5º:

Artigo 5.º

Incompetência em matéria de investigação criminal

1 - Sem prejuízo dos casos de competência deferida, o órgão de polícia criminal que tiver notícia do crime e não seja competente para a sua investigação apenas pode praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.

2 - Sem prejuízo dos casos de competência deferida, se a investigação em curso vier a revelar conexão com crimes que não são da competência do órgão de polícia criminal que tiver iniciado a investigação, este remete, com conhecimento à autoridade judiciária, o processo para o órgão de polícia criminal competente, no mais curto prazo, que não pode exceder vinte e quatro horas.

3 - No caso previsto no número anterior, a autoridade judiciária competente pode promover a cooperação entre os órgãos de polícia criminal envolvidos, através das formas consideradas adequadas, se tal se afigurar útil para o bom andamento da investigação. (PORTUGAL, LOIC -LEI N.º 49, 2008). (Grifou-se).

Realizada essas verificações importantíssimas, a seguir faremos a verificação do órgão que por sua origem e concepção, possui a maior gama de competência de matéria de investigação criminal, a Polícia Judiciária (PJ).

A competência da Polícia Judiciária (PJ), afora outras em legislações esparsas que por ventura possam existir, possui competência em matéria de investigação criminal delimitada no artigo 7º da LOIC, que dispõe:

Artigo 7.º

Competência da Polícia Judiciária em matéria de investigação criminal

1 - É da competência da Polícia Judiciária a investigação dos crimes previstos nos números seguintes e dos crimes cuja investigação lhe seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direcção do processo, nos termos do artigo 8.º

2 - É da competência reservada da Polícia Judiciária, não podendo ser deferida a outros órgãos de polícia criminal, a investigação dos seguintes crimes:

- a) Crimes dolosos ou agravados pelo resultado, quando for elemento do tipo a morte de uma pessoa;
- b) Escravidão, sequestro, rapto e tomada de reféns;
- c) Contra a identidade cultural e integridade pessoal e os previstos na Lei Penal Relativa Às Violações do Direito Internacional Humanitário;

- d) Contrafacção de moeda, títulos de crédito, valores selados, selos e outros valores equiparados ou a respectiva passagem;
 - e) Captura ou atentado à segurança de transporte por ar, água, caminho de ferro ou de transporte rodoviário a que corresponda, em abstracto, pena igual ou superior a 8 anos de prisão;
 - f) Participação em motim armado;
 - g) Associação criminosa;
 - h) Contra a segurança do Estado, com excepção dos que respeitem ao processo eleitoral;
 - i) Branqueamento;
 - j) Tráfico de influência, corrupção, peculato e participação económica em negócio;
 - l) Organizações terroristas, terrorismo, terrorismo internacional e financiamento do terrorismo;
 - m) Praticados contra o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, os presidentes dos tribunais superiores e o Procurador-Geral da República, no exercício das suas funções ou por causa delas;
 - n) Prevaricação e abuso de poderes praticados por titulares de cargos políticos;
 - o) Fraude na obtenção ou desvio de subsídio ou subvenção e fraude na obtenção de crédito bonificado;
 - p) Roubo em instituições de crédito, repartições da Fazenda Pública e correios;
 - q) Conexos com os crimes referidos nas alíneas d), j) e o).
- 3 - É ainda da competência reservada da Polícia Judiciária a investigação dos seguintes crimes, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte:
- a) Contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores ou incapazes ou a que corresponda, em abstracto, pena superior a 5 anos de prisão;
 - b) Furto, dano, roubo ou receptação de coisa móvel que:
 - i) Possua importante valor científico, artístico ou histórico e se encontre em colecções públicas ou privadas ou em local acessível ao público;
 - ii) Possua significado importante para o desenvolvimento tecnológico ou económico;
 - iii) Pertença ao património cultural, estando legalmente classificada ou em vias de classificação; ou
 - iv) Pela sua natureza, seja substância altamente perigosa;
 - c) Burla punível com pena de prisão superior a 5 anos;
 - d) Insolvência dolosa e administração danosa;
 - e) Falsificação ou contrafacção de cartas de condução, livretes e títulos de registo de propriedade de veículos automóveis e certificados de matrícula, de certificados de habilitações literárias e de documento de identificação ou de viagem;
 - f) Incêndio, explosão, libertação de gases tóxicos ou asfixiantes ou substâncias radioactivas, desde que, em qualquer caso, o facto seja imputável a título de dolo;
 - g) Poluição com perigo comum;
 - h) Executados com bombas, granadas, matérias ou engenhos explosivos, armas de fogo e objectos armadilhados, armas nucleares, químicas ou radioactivas;
 - i) Relativos ao tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tipificados nos artigos 21.º, 22.º, 23.º, 27.º e 28.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, e dos demais previstos neste diploma que lhe sejam participados ou de que colha notícia;
 - j) Económico-financeiros;
 - l) Informáticos e praticados com recurso a tecnologia informática;
 - m) Tráfico e viciação de veículos e tráfico de armas;
 - n) Relativos ao exercício ilícito da atividade de segurança privada;
 - o) Conexos com os crimes referidos nas alíneas d), j) e l).

4 - Compete também à Polícia Judiciária, sem prejuízo das competências da Unidade de Acção Fiscal da Guarda Nacional Republicana, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e da Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários, a investigação dos seguintes crimes:

- a) Tributários de valor superior a (euro) 500 000;
- b) Auxílio à imigração ilegal e associação de auxílio à imigração ilegal;
- c) Tráfico de pessoas;
- d) Falsificação ou contrafacção de documento de identificação ou de viagem, falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução, conexos com os crimes referidos nas alíneas b) e c);
- e) Relativos ao mercado de valores mobiliários.

5 - Nos casos previstos no número anterior, a investigação criminal é desenvolvida pelo órgão de polícia criminal que a tiver iniciado, por ter adquirido a notícia do crime ou por determinação da autoridade judiciária competente.

6 - Ressalva-se do disposto no presente artigo a competência reservada da Polícia Judiciária Militar em matéria de investigação criminal, nos termos do respectivo Estatuto, sendo aplicável o mecanismo previsto no n.º 3 do artigo 8.º. (PORTUGAL, LOIC -LEI N.º 49, 2008). (Grifou-se).

Em relação as competências da PJ, cabe-nos referi-la, sem, contudo, adentarmos ao tema em razão do escopo inicial no nosso trabalho, que tem as atenções voltadas a Polícia de Segurança Pública (PSP).

A seguir, passaremos analisar a competência criminal imputada a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública, duas polícias, igualmente, por aclamação, polícias de segurança e ordem pública em suas respectivas áreas territoriais.

O artigo 6º da Lei de Organização da Investigação Criminal, Lei n.º 49/2008, apresenta que:

Artigo 6.º

Competência da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública em matéria de investigação criminal

É da competência genérica da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública a investigação dos crimes cuja competência não esteja reservada a outros órgãos de polícia criminal e ainda dos crimes cuja investigação lhes seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direcção do processo, nos termos do artigo 8.º(PORTUGAL, LOIC, 2008). (Grifou-se).

Logo, a Guarda Nacional Republicana (GRN) e a Polícia de Segurança Pública (PSP), por força legal cabem a investigação de qualquer crime que são seja atribuída a polícia Judiciária (PJ), a Polícia Marítima (PM) ou ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Realizada investigação da investigação criminal em Portugal, passaremos então a investigar mais detalhadamente a investigação criminal na Polícia de Segurança Pública.

4.2.3 Da Investigação Criminal pela Polícia de Segurança pública (PSP)

Pelo já exposto, verificamos que a Polícia de Segurança Pública possui competência legal para realizar investigações criminais em suas áreas de atribuição legal.

Não obstante esta constatação cabe arguirmos um pouco da investigação criminal desenvolvida pela PSP, principalmente em seu conteúdo histórico.

Neste sentido, valemo-nos dos ensinamentos do professor Manuel Gudes Valente (2003), quando do desenvolvimento do tema assim apresentou:

Todavia, como é de todos sabido, a imprensa badalava nos jornais os conflitos existentes nas investigações. Já em 1995, o legislador tendo consciência da importância do trabalho de campo desenvolvido pela GNR e PSP no âmbito do consumo e tráfico de droga, principalmente, no << combate à oferta e ao consumo >> em que aqueles OPC demonstravam uma << preparação técnica >> e operacional, conferiu competências de investigação criminal do crime de tráfico de droga, p. e p. pelo art. 21º do DL n.º 15/93, de 22 de Janeiro, desde que ocorresse na sua área de jurisdição e as situações puníveis fosse de distribuição directa aos consumidores, ou seja, o designado tráfico de droga de bairro ou situacional, *ex vi al. a)* do n.º 2 do art. 57.º do DL 15/93, com a redação do DL n.º 81/95, de 22 de Abril. (VALENTE, 2003, p. 33).

Dessa forma, então, verifica-se, que desde 1995 a Polícia de Segurança Pública (PSP) vem realizando ações de investigação criminal.

Em razão disto, a seguir nos cabe apresentar a legislação referida doutrinariamente por Manuel Valente, o artigo 57º do Decreto-Lei 15/93 (**legislação de combate à droga**), com a redação conferida pela alteração via Decreto Lei n.º 81/95, de 22 de abril:

Artigo 57.º

Investigação criminal

1- Presume-se deferida à Polícia Judiciária, através da Direcção Central de Investigação do Tráfico de Estupefacientes, a competência para a investigação dos crimes tipificados nos artigos 21.º, 22.º, 23.º, 27.º e 28.º do presente diploma e dos demais que lhe sejam participados ou de que colha notícia.

2 - Presume-se deferida à Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública a competência para a investigação dos seguintes

crimes, praticados nas respectivas áreas de jurisdição, quando lhes forem participados ou deles colham notícia:

- a) Do crime previsto e punido no artigo 21.º do presente diploma, quando ocorram situações de distribuição directa aos consumidores, a qualquer título, das plantas, substâncias ou preparações nele referidas;
- b) Dos crimes previstos e punidos nos artigos 26.º, 29.º, 30.º, 32.º, 33.º e 40.º do presente diploma. (PORTUGAL, DECRETO-LEI N.º 15, 1993). (Grifou-se).

Portanto, a alteração legislativa assentou a competência para investigação criminal da Guarda Nacional Republicana (GNR) e Polícia de Segurança Pública (PSP).

Contudo, isto não dignifica dizer que até o presente momento estas referidas polícias eventualmente não efetuassem investigações criminais.

Sob esse prisma, versando sobre esta possibilidade de investigação criminal policial pela PSP, por atribuição do Ministério Público ou pelo Juiz de Instrução Criminal (JIC), Valente (2003), assim manifestou-se:

Neste sentido, Valente (2003, p.34), escreveu que “o titular do inquérito é o MP e da Instrução é o JIC, que podiam determinar ao OPC que entendesse adequado à investigação, sem prejuízo da competência exclusiva à PJ, a realização de diligências que fossem capazes de conduzir à decisão de acusação ou não acusação, no inquérito, e à de pronuncia ou não pronuncia, na instrução. Essas diligências são investigação criminal. (VALENTE, 2003, 34).

Pelo exposto, podemos concluir, de forma cristalina, que desde 1995 à Polícia de Segurança Pública vem desenvolvendo ações de investigação criminal ancoradas em dispositivos expostos em legislações infraconstitucional, culminando, posteriormente, com o advento da LOIC, que solidificou essa competência.

4.2.4 A Polícia de Segurança Pública (PSP) como Polícia Integral

Muito embora ainda incipiente sua definição, a denominação de certas polícias portuguesas como polícias integrais encontra fundamentos a partir do evento UEFA EURO 2004, principalmente em relação a Polícia de Segurança Pública. (PSP, 2013, p.5).

Conforme se depreende das conclusões finais exaradas ao final do seminário “Os desafios da Segurança Pública em Portugal”, podemos definir a polícia integral como aquelas que possuem todas as valências de intervenção necessárias para

debelar qualquer problema de segurança que venham a ocorrer na sua área de jurisdição. Uma Polícia Nacional é, por sua definição, uma Polícia integral, contudo, uma Polícia integral não é necessariamente uma Polícia Nacional. (PSP, 2013, p.11).

Ou seja, uma polícia integral é aquela que aproveita ao máximo suas valências e/ou vertentes quer seja de caráter tático-policial, interoperabilidade de equipamentos e tecnologia e de informações, partindo-se daquele policiamento mais comum (policiamento em situação norma- policiamento de proximidade), indo até um incidente tático-policial (crise) com a intervenção de seu efetivo mais especializado (por exemplo do Grupo de Operações Especiais). (PSP, 2013, p.5).

Igualmente, segundo a mesma fonte, a polícia integral se compõe de todas as valências de polícia administrativa (segurança, ordem pública, informações, administrativa especial e etc.) e judiciária (investigação criminal e auxiliar das autoridades judiciárias). (PSP, 2013, p.15-12).

Nesse sentido, as referidas conclusões apontam como possíveis polícias integrais a duas forças de segurança, PSP e GNR, desde que ambas mantenham todas suas valências de intervenção necessárias para debelar qualquer problema de segurança que venha ocorrer nas suas áreas de jurisdição. (PSP, 2013, p.11).

Concordando com as considerações referidas, Clemente (2015), em suas aulas refere-se à polícia integral da seguinte forma:

Figura 12 – As Perspectivas de uma Polícia Integral (PSP)



Fonte: Clemente, slides das aulas ministradas no curso de mestrado do Instituto Superior de Polícia, 2015.

Segundo Branco (2010b, p.01), polícia integral é “Polícia que detém TODAS as atribuições e competências atinentes à função policial na sua plenitude”. Ainda, afirma que “polícia integral só ocorre em países cujo modelo policial seja monista, ou seja, possuam apenas uma polícia”.

Portanto, para ele, Portugal não possui uma polícia integral pois as polícias são conferidas atribuições e competências distintas.

Sob esse prisma, e, completando sua afirmativa, Branco (2010b, p.1), afirma que no caso da PSP e da GNR não podem ser designadas polícias integrais pelos seguintes motivos: 1º) não esgotam o modelo policial português; 2º) porque uma delas, apenas funcionalmente é uma polícia, a GNR; 3º) porque nem mesmo entre ambas, existe total coincidência de missões e tarefas, havendo competências próprias de cada uma.

Carlos Branco (2010b, p.1) resume seu ponto de vista da seguinte forma:

Assim e não obstante a cada uma das forças, ter sido atribuída uma área territorial de responsabilidade, na qual exerce a generalidade das suas competências, subsistem algumas missões que independentemente da área geográfica, são desempenhadas apenas por uma, rentabilizando-se desta forma as especificidades e capacidades próprias de cada força, na decorrência dos princípios da complementaridade e do apoio mútuo, inerentes à caracterização do modelo dual. Constituem exemplo desta afirmação, a competência própria da PSP no âmbito da segurança pessoal, de membros dos órgãos de soberania e de altas entidades ou da GNR, quanto à fiscalização e ordenamento do trânsito em toda a rede nacional fundamental e complementar.

São as diferentes naturezas, militar e civil das forças que ditam a diferenciação das missões, das áreas de responsabilidade, dos meios e dos recursos que lhes serão afectos e que diferenciará também os estatutos dos seus elementos. Não é pois aleatória a distribuição de áreas ou de missões entre a GNR e a PSP, porque ao contrário do que a qualificação de “polícias integrais” parecia fazer crer, estamos perante dois corpos identitariamente distintos. (BRANCO, 2010b). (Grifou-se).

Ao verificarmos as duas correntes existentes, nos parece que a definição mais plausível de polícias integrais seja como aquela que possui atribuição (competência) para exercer as funções de polícia judiciária e/ou investigativa e polícias administrativas, ou seja, que possuam capacidade de iniciar uma ocorrência policial de qualquer natureza (administrativa ou penal), e a conduza até o seu destino final (as autoridades judiciárias).

Neste diapasão, entendo plenamente possível afirmarmos que tanto a PSP, quando a GNR são polícias integrais ou de “ciclo completo de polícia” (linguagem adotada no Brasil). Pois ambas possuem competências de polícia judiciária (investigação criminal) e polícia administrativa (segurança pública, ordem pública e administrativa específicas), como já demonstrado anteriormente nesta investigação em curso.

4.3 DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL NO BRASIL

O Brasil, como reiteradamente já mencionado nesta dissertação, optou em tentar esmiuçar seu sistema de segurança interna, segurança pública e policial, por meio da sua Carta Magna, e, por esta razão, obrigatoriamente, voltaremos a sua análise.

Sob esse prisma, regressaremos ao artigo § 1º e § 4º do 144 da Constituição da República Federativa do Brasil:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, **destina-se a:**
I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União[...]
§ 4º As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, **ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. [...]**
 (BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Do § 1º do artigo 144 da CRFB podemos verificar que a Polícia Federal é um órgão da União (Federal), destinado a apurar (ou investigar) infrações penais, e, com exclusividade nas funções de polícia judiciária da União, além de funções de outras naturezas.

Da leitura do dispositivo legal, não restam dúvida de que a Polícia Federal trata-se de uma polícia judiciária com funções administrativa e operacionais, porquanto, das funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteira.

Em relação, a nossa investigação, aqui nos interessa epigrafar aquelas correlacionadas a investigação criminal.

Neste sentido, o artigo 144, § 1º, nos incisos I e II, é bastante esclarecedor e claro, ao estabelecer que as infrações penais (crimes e/ou contravenções penais) contra a ordem política e social, ou em detrimentos de bens, serviços, autarquias e empresas públicas são de competência investigativa da Polícia Federal (PF), do mesmo modo, quando tratar-se de infrações penais de repercussão interestadual ou internacional.

É demasiadamente clara a Constituição, o colocar no seu inciso II, do § 1º do 144 da CRFB, que compete a Polícia Federal prevenir e reprimir (ou seja investigar) o tráfico ilícito de entorpecente e drogas afins (estupefaciente), contrabando e descaminho.

Na mesma esteira, no inciso IV, do § 1º do 144 da CRFB, apresenta que o exercício da **função de Polícia Judiciária Federal (da União), é exclusividade da Polícia Federal.**

Em relação a competência das Polícia Cíveis (PC), fulcro o § 4º do 144 da CRFB, podemos verificar que compete a elas a apuração de infrações penais (crimes e/ou contravenções penais) e as funções de polícia judiciária que não forem a alçada da Polícia Federal (PF).

O§ 4º, *in fine*, do artigo 144 da CRFB, acentua o caráter de jurisdição residual conferido as Polícia Cíveis, ao dispor acerca da incompetência das mesmas em atuar no domínio da esfera militar.

Vencida a exploração das previsões constitucionais, obrigatoriamente, devemos nos ater a disseção básica do Código de Processo Penal Brasileiro (Decreto-Lei n.º 3.689, de 03 de outubro de 1941), naqueles dispositivos que convivem com os ditames constitucionais e dizem respeito ao tema escopo de nossa investigação.

O artigo 4º do Código de Processo Penal Brasileiro (CPPB), define o quem vem a ser polícia judiciária, como sendo:

Art. 4º A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.

Parágrafo único. A competência definida neste artigo não excluirá a de autoridades administrativas, a quem por lei seja cometida a mesma função.(BRASIL, CPPB, 1941). (Grifou-se).

Neste sentido, a polícia judiciária, tem como finalidade a apuração das infrações penais (crimes e/ou contravenções penais) com a respectiva autoria.

Neste diapasão, cabe ainda verificar, que no parágrafo único, informa que o estabelecido no referido artigo não excluirá aquelas as quais a lei definir a mesma função.

Portanto, podemos constatar que a Polícia Federal e as Polícias Cíveis são polícias judiciárias com atribuições de polícia judiciária e de polícia de investigação criminal, cada qual com suas competências.

Segundo o artigo 4º do código de processo penal, as polícias judiciárias são polícias dotadas de atribuição investigativa por excelência, o que não quer dizer, que

não hajam outras polícias ou outros órgãos que não possam ser dotados de tais atribuições.

Em relação a cisão e distinção das funções de polícia judiciária e polícia investigativa, Ledur (2008, p. 59), assim escreveu:

A função de polícia judiciária destina-se a promover a Poder Judiciário e o Ministério público de um braço policial que os auxilie na prática de seus atos jurisdicionais, tais como a prisão de pessoas, diligências judiciais e apreensão de bens. Tal atribuição não se confunde com a função de investigação policial, levada a efeito na fase pré-processual. (LEDUR, 2008, p. 59). (Grifou-se).

Ainda, sob esse prisma, Ledur (2008), igualmente anotou:

A função de polícia investigativa distinta da função de polícia judiciária, como já se aludiu, é recente no Direito brasileiro. A sua aparição, nesse formato apartado, provém da Constituição de 1988. Isso, porém, não significa dizer que não se procedia, antes, a investigação policial. Pelo contrário, a investigação sempre existiu visando à descoberta da autoria e à materialidade dos delitos. (LEDUR, 2008, p. 59). (Grifou-se).

Ainda em relação as funções de polícia judiciária e de polícia de investigação, exercidas pela Polícia Federal e pelas Polícias Civis, Scussel (2010), destacou:

Quanto à exclusividade da, segundo se pensa, impropriamente denominada função de polícia investigativa, há de se referir que a Constituição Federal atribuiu exclusividade à Polícia Federal para exercer as funções de polícia judiciária da União, em cuja atribuição, como esclarecido, não está inserida a de apuração de infrações penais. Não há, portanto, constitucionalmente, reserva de exclusividade para o exercício de infrações penais atribuídas à Polícia Federal. Esta, para a Polícia Federal, vem descrita nos incisos I e II do § 1º do mesmo art. 144. Para as Polícias Civis, na já mencionadas cisão das funções de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, não há reserva de exclusividade para o exercício. (SCUSSEL, 2010, p. 51).

Após o caminho percorrido, podemos concluir que não há constitucionalmente qualquer reserva de exclusividade para apuração de infrações penais atribuídas as polícias judiciárias.

Dessa forma, o que aqui iremos pretender verificar é a atuação das polícias quanto ao seu emprego em função de polícia investigativa, e, não de polícia judiciária, ainda que, eventualmente, façamos alguma referência.

Não obstante, os argumentos já referidos, fica evidente que estas competências investigatórias não são absolutas, pois, não há exclusividade podendo

haver outras instituições no desenvolvimento de investigações criminais, o que a seguir examinaremos.

4.3.1 Da Investigação Criminal por Polícias Não-Judiciárias

Neste momento de nossa investigação passaremos a apresentar as possibilidades de investigação criminal por polícias que não constam no rol de polícias judiciárias, porém, estas, legalmente, já exercem funções de polícias investigativas, ou seja, procedem investigação criminal.

Como já citado em nossa dissertação, a Constituição, fulcro os artigos 51, inciso IV e 52, XIII, preveem a possibilidade de criação de polícia pela Câmara Federal e pelo Senado Federal, as quais verificaremos sua competência para investigação.

Na esteira desta verificação, apresentamos o previsto nos artigos 269 e 270 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), Resolução n.º 17, do ano 1989:

Art. 269. Quando, nos edifícios da Câmara, for cometido algum delito, instaurar-se-á inquérito a ser presidido pelo diretor de serviços de segurança ou, se o indiciado ou o preso for membro da Casa, pelo Corregedor ou Corregedor substituto.

§ 1º Serão observados, no inquérito, o Código de Processo Penal e os regulamentos policiais do Distrito Federal, no que lhe forem aplicáveis.

§ 2º A Câmara poderá solicitar a cooperação técnica de órgãos policiais especializados ou requisitar servidores de seus quadros para auxiliar na realização do inquérito.

§ 3º Servirá de escrivão funcionário estável da Câmara, designado pela autoridade que presidir o inquérito.

§ 4º O inquérito será enviado, após a sua conclusão, à autoridade judiciária competente.

§ 5º Em caso de flagrante de crime inafiançável, realizar-se-á a prisão do agente

da infração, que será entregue com o auto respectivo à autoridade judicial competente, ou, no caso de parlamentar, ao Presidente da Câmara, atendendo-se, nesta hipótese, ao prescrito nos arts. 250 e 251.

Art. 270. O policiamento dos edifícios da Câmara e de suas dependências externas, inclusive de blocos residenciais funcionais para Deputados, compete, privativamente, à Mesa, sob a suprema direção do Presidente, sem intervenção de qualquer outro Poder.

Parágrafo único. Este serviço será feito, ordinariamente, com a segurança própria da Câmara ou por esta contratada e, se necessário, ou na sua falta, por efetivos da polícia civil e militar do Distrito Federal, requisitados ao Governo local, postos à inteira e exclusiva disposição da Mesa e dirigidos por pessoas que ela designar. (BRASIL, RICD, 1989). (Grifou-se).

Em relação ao Senado Federal Brasileiro, igualmente, verificamos que conforme a previsão dos no artigo 98 II e III, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), Resolução n.º 93 de 1970:

Art. 98. À Comissão Diretora compete:

I- exercer a administração interna do Senado nos termos das atribuições fixadas no seu Regulamento Administrativo;

II- regulamentar a polícia interna;

III- propor ao Senado projeto de resolução dispondo sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e a iniciativa de lei para a fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias (Const., art. 52, XIII); (BRASIL, RISF, 1988). (Grifou-se).

Complementando, o artigo acima referido, o Senado Federal, publicou a Resolução n.º 59/2002, a qual assim dispôs:

Art. 1º A Mesa fará manter a ordem e a disciplina nas dependências sob a responsabilidade do Senado Federal.

Art. 2º A Secretaria de Polícia do Senado Federal, unidade subordinada à Diretoria-Geral, é o **órgão de Polícia do Senado Federal**.

§ 1º São consideradas atividades típicas de Polícia do Senado Federal:

I – a segurança do Presidente do Senado Federal, em qualquer localidade do território nacional e no exterior;

II – a segurança dos Senadores e autoridades brasileiras e estrangeiras, nas dependências sob a responsabilidade do Senado Federal;

III – a segurança dos Senadores e de servidores em qualquer localidade do território nacional e no exterior, quando determinado pelo Presidente do Senado Federal;

IV – o policiamento nas dependências do Senado Federal;

V – o apoio à Corregedoria do Senado Federal e às comissões parlamentares de inquérito;

VI – as de revista, busca e apreensão;

VII – as de inteligência;

VIII – as de registro e de administração inerentes à Polícia;

IX – as de investigação e de inquérito.

§ 2º As atividades típicas de Polícia do Senado Federal serão exercidas exclusivamente por Analistas Legislativos, Área de Polícia e Segurança e por Técnicos Legislativos, Área de Polícia Legislativa, especialidade Policial Legislativo Federal, desde que lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Polícia do Senado Federal. (BRASIL, SENADO, RESOLUÇÃO N.º 59, 2002). (Grifou-se).

Pelo exposto, podemos cabalmente afirmar que existem as Polícias da Câmara e do Senado Federal, e, ambas conduzem atividades de polícia judiciária e de investigação criminal.

Ademais, em âmbito federal (União), encontramos a possibilidade de investigação de Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), conforme Decreto 5.289, de 29 de novembro de 2004, da seguinte forma:

Art. 2º A Força Nacional de Segurança Pública atuará em atividades destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, nas hipóteses previstas neste Decreto e no ato formal de adesão dos Estados e do Distrito Federal.

Art. 2º-A. A atuação dos servidores civis nas atividades desenvolvidas no âmbito da Força Nacional de Segurança Pública, conforme previsto nos [arts. 3º](#) e 5º da Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, compreende:

I - auxílio às ações de polícia judiciária estadual na função de investigação de infração penal, para a elucidação das causas, circunstâncias, motivos, autoria e materialidade

II - auxílio às ações de inteligência relacionadas às atividades destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio;

III - realização de atividades periciais e de identificação civil e criminal destinadas a colher e resguardar indícios ou provas da ocorrência de fatos ou de infração penal;

IV - auxílio na ocorrência de catástrofes ou desastres coletivos, inclusive para reconhecimento de vitimados; e

V - apoio a ações que visem à proteção de indivíduos, grupos e órgãos da sociedade que promovem e protegem os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

§ 1º As atividades de cooperação federativa serão desenvolvidas sob a coordenação conjunta da União e do ente conveniente.

§ 2º A presidência do inquérito policial será exercida pela autoridade policial da circunscrição local, nos termos do art. 4º do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. (BRASIL, DECRETO N.º 5.289, 2004). (Grifou-se).

Ou seja, a Força Nacional poderá desenvolver funções de investigação quando em operação em qualquer área do território nacional, fulcro o artigo 241 da CRFB, artigo 4º do Decreto n.º 3.689 (Código de Processo Penal) e artigo 2º do Decreto 5.289 (Decreto da Força Nacional de Segurança Pública).

Nesta senda, e ainda em nível federal, encontramos a possibilidade de investigação por outros órgãos que nem mesmo são polícias, por exemplo, as Comissões Parlamentares de Inquérito, nos termos do artigo 58, § 3º, da CRFB, que assim dispôs:

Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;

II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

§ 4º Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária. (BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Portanto, podemos dizer que, embora não sejam sequer policiais (ou membros das polícias), os parlamentares realizam investigações tal como quaisquer das polícias judiciárias previstas no artigo 144 da CRFB, sem que isso signifique inconstitucionalidade, ilegalidade ou mesmo usurpação de função.

Em relação a Polícia Rodoviária Federal, de pronto, verifica-se, que inexistente a possibilidade do exercício da função de polícia judiciária da União (Federal), por força do inciso IV, do § 1º do artigo 144, que assim dispõe:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

[...]

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. [...](BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Contudo, ao observarmos o artigo 144 da CRFB, percebemos a existência de exclusividade apenas quanto a função de polícia judiciária.

Dessa forma, apesar da impossibilidade do exercício da função de polícia judiciária, nada obsta a possibilidade de investigação criminal (ou apuração de infração penal) por parte da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em âmbito Federal (União).

Nesse sentido, o parecer do Conselho da Magistratura do Estado de Santa Catarina, ao responder à consulta no sentido de avaliar a ilegalidade na lavratura de termos circunstanciados pela Polícia Rodoviária Federal, nos autos da consulta n.º 2008.900015-8, da Capital:

CONSULTA FORMULADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ACERCA DA LEGALIDADE DA LAVRATURA DE TERMOS CIRCUNSTANCIADOS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL PREVISTA NO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADO ENTRE AQUELAS INSTITUIÇÕES, NO PROVIMENTO N. 04/1999 DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DESTE TRIBUNAL E NO DECRETO N. 660/2007 DO GOVERNO DO ESTADO. INTERPRETAÇÃO DA EXPRESSÃO “AUTORIDADE POLICIAL” INSCULPIDA NO ART. 69 DA LEI N. 9.099/95. AUSÊNCIA DE ÓBICE LEGAL, À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 144, §§ 2º E 4º) E DOS PRINCÍPIOS DA CELERIDADE E INFORMALIDADE, NORTEADORES DA LEI N. 9.099/95 PARA A AUTORIZAÇÃO. NORMAS SIMILARES NOS ESTADOS DO PARANÁ, SÃO PAULO, RIO GRANDE DO SUL E RIO GRANDE DO NORTE. ORIENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA NESTE SENTIDO.
 Em atenção ao espírito da Lei n. 9.099/95, de celeridade na prestação jurisdicional e de informalidade, e para os fins específicos de realização do termo circunstanciado em crimes de menor potencial ofensivo, não se vislumbra óbice legal na lavratura de tais atos pela Polícia Rodoviária Federal.[...] (Íntegra no Anexo “B”).

Sob o mesmo prisma decidiu o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), da seguinte forma:

O Ministério Público pode firmar convênios e termos de cooperação com a Polícia Rodoviária Federal que permitam que esta lavre termos circunstanciados de ocorrência (TCO's) de fatos de menor potencial ofensivo. Esse foi o entendimento do Plenário do Conselho Nacional do Ministério (CNMP), ao julgar improcedente, por unanimidade, pedido de providências instaurado pela Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF). O julgamento do Conselho ocorreu nesta segunda-feira, 1º de setembro, durante a 17ª Sessão Ordinária do CNMP. (BRASIL, CNMP, 2014). (Grifamos).

Não obstante, qualquer outro entendimento, a legislação e a jurisprudência se coadunam no sentido de que é possível, a lavratura de termos circunstanciado pela PRF, ou seja, reconhecem função de polícia investigativa para apuração de infrações penais com penas até dois anos.

A Constituição Federal Brasileira, no inciso I do artigo 98 da CRFB, determinou a criação de juzizados especiais cíveis e criminais, visando um desafogamento dos Tribunais, criando procedimentos alicerçados na oralidade e em ritos sumaríssimos, dispondo:

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:
I - juzizados especiais, providos por juizes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e **infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumariíssimo**, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juizes de primeiro grau;(BRASIL, CRFB, 1988). (Grifou-se).

Nessa lógica, constatamos, em âmbito federal, a Lei 10. 259, de 12 de julho de 2001(Lei dos Juzizados Especiais Cíveis e Criminais em âmbito da Justiça Federal).

Essa lei instituiu uma espécie de investigação e processamento e julgamento de infrações penais (crimes e contravenções) de menor potencial ofensivo, ou seja, até dois anos de prisão.⁹

No que concerne a competência para apuração dos crimes de menor potencial ofensivo objeto de processo e julgamento dos juzizados especiais federais, a referida lei não se manifesta explicitamente, motivo pelo qual devemos-nos socorrer da sua congênere, Lei dos Juzizados Especiais.

Neste caminho, o artigo 69 da Lei 9.099/95, Lei dos Juzizados dos Juzizados Cíveis e Criminais, assim versa:

Art. 69. A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juzizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

Parágrafo único. Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juzizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima. (BRASIL, LEI N.º 9.099, 1995). (Grifou-se).

⁹Art. 61. Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa. LEI Nº 11.313, DE 28 DE JUNHO DE 2006.

Sem entrar na questão pormenorizada do tema, constatamos com advento de Lei 9.009/95, o legislador brasileiro procurou dar uma nova roupagem na condução dos delitos (crimes ou contravenções penais), adotando um ritmo sumaríssimo aos crimes de menor gravidade.

Verificamos que no referido no artigo 69 a “autoridade policial”, nos casos dos delitos de menor potencial ofensivo, deverá levar a cabo a lavratura do Termo Circunstanciado (TC), meio pelo qual as autoridades judiciárias tomarão conhecimento do delito.

Vislumbra-se aqui, que nos delitos de menor potencial ofensivo, há uma mudança do rito no sentido da desnecessidade de inquérito para o envio dos fatos as autoridades judiciárias.

Neste sentido, Penna Rey (2006, p. 24), ao referir a Lei 9.099/65, destacou que “ a nova legislação quebrou vários paradigmas do processo penal brasileiro e estabeleceu mudanças profundas no sistema policial do país, pois aboliu o arcaico inquérito policial nos delitos de menor potencial ofensivo, substituindo-o pelo termo circunstanciado”.

Conjugando-se todos os dispositivos apresentados, quer os constitucionais, quer os infraconstitucionais, entendemos ser plenamente possível, nos delitos de menor potencial ofensivo, o exercício de função de polícia investigativa pela Polícia Rodoviária Federal (PRF), com a lavratura do respectivo Termo Circunstanciado (TC- procedimento investigatório simplificado).

Em relação ao caráter desse procedimento, entendemos tratar-se de investigação criminal, no mesmo sentido aponta o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (Turma Recursal), no qual, por meio do Enunciado n.º 13 versou que a Lei 9.099/95 possui investigação, diz o dispositivo:

Enunciado nº 13.

Simple afirmação da necessidade de realizar prova complexa não afasta a competência do Juizado Especial, mormente quando não exauridos os instrumentos de investigação abarcados pela Lei n.º 9.099/95. (BRASIL, TJSE, TURMA RECURSAL)

Passando a diante, e, entrado em âmbito estadual (Estados-Membros), iremos verificar a possibilidade das Polícias Miliarees procederem investigações, e, em caso positivo, em quais situações.

4.3.2 Da Investigação Criminal pelas Polícia Militares

A esta altura cabe aqui em nossa dissertação, versar acerca da investigação criminal por parte das polícias militares, para posteriormente, aduzirmos especificamente, sobre a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul, a Brigada Militar.

A investigação criminal pelas polícias militares, em que pese, ainda provocar por demais celeuma, com advento da Lei 9.099/95, tomou novos contornos.

Como já mencionado, não há qualquer óbice constitucional ao exercício da função de polícia investigativa por parte de outras polícias, nem tão pouco pelas polícias militares.

Pelo contrário, existe legalmente a possibilidade de investigação criminal, pelas polícias militares, especialmente, em relação aos delitos com pena prevista até dois (02) anos, prevista na Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/95).

Ocorre que nem o artigo 69, nem ou qualquer outro artigo da Lei 9.099/95, definiram, cabalmente, a quem se refere a expressão “autoridade policial”.

Dessa forma, e, a fim de sanar essa dúvida em relação as polícias militares, iremos verificar o que diz o Decreto Federal n.º 88.777, de 30 de setembro de 1983, o qual aprovou o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (também denominado de R-200).

O Decreto Federal n.º 88.777/83 (R-200), apresenta em seu § 3º do artigo 10, a seguinte redação:

Art . 10 - Os Comandantes-Gerais das Polícias Militares são os responsáveis, em nível de Administração Direta, perante os Governadores das respectivas Unidades Federativas, pela administração e emprego da Corporação.

§ 1º - Com relação ao emprego, a responsabilidade funcional dos Comandantes-Gerais verificar-se-á quanto à operacionalidade, ao adestramento e aprestamento das respectivas Corporações Policiais-Militares.

§ 2º - A vinculação das Polícias Militares ao órgão responsável pela Segurança Pública nas Unidades Federativas confere, perante a Chefia desse órgão, responsabilidade aos Comandantes-Gerais das Polícias Militares quanto à orientação e ao planejamento operacionais da manutenção da ordem pública, emanados daquela Chefia.

§ 3º - Nas missões de manutenção da ordem pública, decorrentes da orientação e do planejamento do Órgão responsável pela Segurança Pública nas Unidades Federativas, são autoridades competentes, para efeito do planejamento e execução do emprego das Polícias Militares, os respectivos Comandantes-Gerais e, por delegação destes, os

Comandantes de Unidades e suas frações, quando for o caso.
(BRASIL, DECRETO N.º 88.777 /R-200, 1983). (Grifou-se).

No que se refere a previsão do artigo 69 da Lei 9.099/95 *versus* a possibilidade de se entender como autoridade os policiais militares, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), assim se manifestou em uma Agravo Regimental no Recurso Especial n.º 1.005.837 –RS (2007/0265242-7), Ministro Relator Francisco Falcão:

EMENTA

CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA. ARTS. 129 E 133 DA CF. ART. 69 DA LEI N. 9099/95. PORTARIA N. 172/2000. RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE DIREITO FEDERAL AUTÔNOMO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA.

I- Discute-se, *in casu*, a inconstitucionalidade da Portaria n. 172/2000, editada pelo Secretário da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul, a qual dispõe sobre "procedimentos a serem adotados para lavratura dos Termos Circunstanciados de que trata o artigo 69 da Lei Federal n. 9099/95". A argumentação desenvolvida pela recorrente, na inicial, refere-se a suposta afronta aos artigos 129 e 133, ambos da Constituição Estadual.

II- O Tribunal *a quo*, por meio de seu órgão especial, assentou não haver inconstitucionalidade material no ato normativo impugnado, "uma vez que não se pode cogitar de afronta direta ao disposto nos artigos 129 e 133 da Constituição Estadual, pois a repartição constitucional de competências entre as polícias civil e militar não foi violada".

III- Ainda, concluiu-se não estar o ato acoimado "propriamente a legislar sobre direito processual - matéria de competência exclusiva da União (art. 22, I, CRFB) - ao autorizar a autoridade policial militar para a lavratura de termos circunstanciados, porque, como visto, a Portaria n. 172-2000 é mera regulamentação do contido na Lei n. 9099-95, para que seja possível, em obediência, inclusive, ao disposto no inciso I do art. 98 da CRFB - a sua perfeita aplicação do âmbito do Estado (...)".

IV- Vê-se, portanto, que inexistente questão infraconstitucional independente a ensejar a revisão do acórdão recorrido, na via do recurso especial. Em verdade, centra-se toda a problemática desenvolvida nos autos na sustentada inconstitucionalidade da Portaria em exame e não na sua validade em relação à Lei Federal n. 9099/95, não tendo, por isso mesmo, sido este tema objeto de debate na instância ordinária.

V- Não se pode olvidar, que se está diante de ação direta de inconstitucionalidade, merecendo o acórdão *a quo* ser reformado, se for o caso, no âmbito de recurso extraordinário, dirigido ao Supremo Tribunal Federal. De se considerar que a própria recorrente afirma, no tocante ao artigo 69 da Lei n. 9099/95: "a competência para legislar acerca deste conceito (autoridade policial), bem como de quais são as atribuições da polícia judiciária e da polícia militar, é constitucional".

VI - Agravo regimental improvido. (BRASIL, STJ, 2007). (Grifou-se).

Dessa forma, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), consentiu não haver questões de cunho infraconstitucional, havendo, se houver, exame a ser feito na

esfera do constitucional, e, portanto, em sede do Supremo Tribunal Federal (STF), Corte Constitucional Brasileira.

No tocante a jurisprudência do STF, é possível verificar sua manifestação acerca do tema nos autos do Agravo Regimental na Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.618-6 Paraná, ajuizada pelo Partido Social Liberal (PSL), conforme segue:

DECISÃO: - Vistos. O PARTIDO SOCIAL LIBERAL - PSL, com fundamento nos arts. 102, I, a e p, e 103, VIII, da Constituição Federal, propõe ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de suspensão cautelar, do Provimento nº 34, de 28 de dezembro de 2000, da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. A norma acoimada de inconstitucional tem o seguinte teor: Provimento nº 34, de 28.12.2000. Capítulo 18, Juizado Especial Criminal. Seção, 2, Inquérito Policial e Termo Circunstanciado: "18.2.1 " A autoridade policial, civil ou militar, que tomar conhecimento da ocorrência, lavrará termo circunstanciado, comunicando-se com a secretaria do juizado especial para agendamento da audiência preliminar, com intimação imediata dos envolvidos." (Grifamos). O autor diz, inicialmente, que o ato impugnado, o qual possibilita o conhecimento de termos circunstanciados lavrados pela Polícia Militar, segundo o art. 69 da Lei 9.099/95, não possui caráter regulamentar, dado que o referido dispositivo legal não prescreve que deva ser regulamentado, e, mesmo que o fizesse, a competência para tal ato seria do Poder Executivo, nos termos do art. 84, IV, da Constituição Federal. Afirma, ainda, que o Provimento, no ponto indicado, tem o intuito de inovar o ordenamento jurídico estadual, atribuindo à Polícia Militar competência que não detinha, criando procedimento de Direito Processual Penal, sujeitando-se, portanto, ao controle concentrado, por se mostrar genérico e abstrato. Sustenta, mais, em síntese, o seguinte: a) afronta à competência legislativa federal, a teor do art. 22, I, da Constituição Federal, mormente porque a definição do modo de agir de um agente público para a realização de ato cujo escopo é deflagrar a persecução penal revela-se como matéria de Direito Processual Penal; ademais, há também vulneração ao princípio da legalidade, em face da edição de ato de natureza infralegal; b) ofensa à repartição constitucional de competências entre as polícias civil e militar, porquanto o art. 144, §§ 4º e 5º, da C.F./88, estabelece que compete à polícia civil as funções de polícia judiciária, enquanto que à polícia militar compete as funções de policiamento ostensivo e preservação da ordem pública; c) contrariedade ao princípio da repartição dos poderes, dado que não pode o Poder Judiciário editar norma que tenha por fim definir novas atribuições e competências às polícias civil e militar, que são órgãos vinculados ao Poder Executivo. Finalmente, sustentando a ocorrência do *fumus boni juris* e do *periculum in mora*, especialmente porque os policiais militares, sem formação superior em Direito, não têm habilitação adequada para realizar a tipificação dos crimes, decidir pela incidência do procedimento da Lei 9.099/95 e lavrar termos circunstanciados, pede o autor "a concessão da medida cautelar liminar, inaudita altera pars, visando a suspensão, no ponto, do Provimento nº 34/2000, de 28 de dezembro de 2000, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná" (fl. 18). Solicitaram-se informações (fl. 126), na forma do art. 12 da Lei 9.868/99. O Exmº Sr. Corregedor-Geral da Justiça do Estado do Paraná, às fls. 214/223, sustentou, em síntese, o seguinte: a) inadequação da via eleita (ação direta de inconstitucionalidade), uma vez que o ato impugnado, Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça, é provimento que "visa à uniformidade de procedimentos e, para tanto, interpreta, ou regulamenta,

dispositivo de norma infraconstitucional" (fl. 217), não tendo efeito vinculante senão para os serventuários da justiça, certo que, sendo regulamentar o ato impugnado, não pode ser acoimado de inconstitucional, resolvendo-se a questão no campo da legalidade, mediante o confronto com a legislação ordinária; b) constitucionalidade do ato impugnado, mormente porque o art. 69 da Lei 9.099/95, "ao dispor que o termo circunstanciado será lavrado pela autoridade policial, tão logo tome conhecimento da ocorrência, não afastou a possibilidade de a polícia militar ser assim considerada" (fl. 217); ademais, não sendo o termo circunstanciado inquérito policial, mas tão-somente comunicação de fato relevante à autoridade judiciária, não há porque atribuir a competência para lavrá-lo exclusivamente à polícia civil, vedando tal prerrogativa aos demais órgãos da segurança pública relacionados no art. 144 da Constituição Federal. O eminente Advogado-Geral da União, Dr. Gilmar Ferreira Mendes, às fls. 225/230, requer o não conhecimento da ação direta de inconstitucionalidade, ou, alternativamente, a sua improcedência. O Procurador-Geral da República, Prof. Geraldo Brindeiro, opinou pelo não conhecimento da presente ação direta de inconstitucionalidade, e, se conhecida, pela sua improcedência (fls. 232/235). Autos conclusos em 18.4.2002. Decido. Destaco do parecer do ilustre Procurador-Geral da República, Professor Geraldo Brindeiro: "(...) 8. Afirma o autor que o Provimento nº 34/2000, de 28 de dezembro de 2000, da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, não tem natureza regulamentar, e, se regulamento fosse, seria da competência do Poder Executivo. 9. Observa-se, sim, que o referido ato impugnado, apenas visou interpretar a legislação infraconstitucional. Logo, não tendo invocado no ordenamento jurídico, conseqüentemente, não existe afronta ao princípio da legalidade (art. 5º, II, CF). 10. Ademais, já existindo a lei, a questão só pode ser dirimida no campo da legalidade e não da inconstitucionalidade. 11. Poder-se-ia, sim, alegar que a expressão 'ou militar' contida no item 18.2.1., do Capítulo 18, do Provimento nº 34/2000, teria extravasado o que fora estabelecido na lei. Nesse caso, possível extravasamento revelado resolve-se no campo da legalidade. Descabe, na hipótese, portanto, discuti-lo em demanda direta de inconstitucionalidade. Nesse sentido, a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI nº 1.968-PE, relator o eminente Ministro MOREIRA ALVES ('DJ' de 04.5.01, p. 02, transcrição parcial): 'Ação direta de inconstitucionalidade. Dispositivos do Provimento nº 07, de 02 de outubro de 1997, do Corregedor-Geral da Justiça e do Ato PGJ nº 093, de 02 de outubro de 1997, do Procurador-Geral de Justiça, ambos do Estado de Pernambuco. (...) - Ademais, esse controle é regulado em leis federais e estadual, e se os textos atacados ultrapassarem o nelas estabelecido ou com elas entrarem em choque, estar-se-á diante de hipótese de ilegalidade, o que escapa do controle de constitucionalidade dos atos normativos. - O mesmo se dá se os dispositivos impugnados atentarem contra quaisquer normas de processo penal. Ação direta que, preliminarmente, não é conhecida.' 12. É de se concluir, pois, que a presente ação direta de inconstitucionalidade não pode ser conhecida. **No concernente ao mérito, também, não assiste razão ao Partido requerente, porquanto inexistente afronta ao art. 22, inciso I, da Constituição Federal, visto que o texto impugnado não dispõe sobre direito processual ao atribuir à autoridade policial militar competência para lavrar termo circunstanciado a ser comunicado ao juizado especial. Não se vislumbra, ainda, nem mesmo afronta ao disposto nos incisos IV e V, e §§ 4º e 5º, do art. 144, da Constituição Federal, em razão de não estar configurada ofensa à repartição constitucional de competências entre as polícias civil e militar, além de tratar, especificamente, de segurança nacional. 13. Ressalte-se, outrossim, que a Lei nº 9.839, de 27 de setembro de 1999, ao acrescentar o artigo 90-A à Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, dispôs em seu art. 2º: 'As disposições desta Lei não se aplicam no**

âmbito da Justiça Militar.' Ante o exposto, opino no sentido do não conhecimento da presente ação direta de inconstitucionalidade, e prejudicado, portanto, o pedido de medida liminar. Se conhecida a ação, o parecer é no sentido da sua improcedência. (...). (fls. 234/235) Está correto o parecer. O ato normativo impugnado não é um ato normativo primário, mas secundário, interpretativo de lei ordinária, a Lei 9.099, de 1995. A questão, pois, não é de inconstitucionalidade. Se o ato regulamentar vai além do conteúdo da lei, pratica ilegalidade. Destaco da decisão que proferi na ADIn 1.875-DF: "(...) A duas, porque o objeto da ação é ato regulamentar, assim ato normativo secundário, que regulamenta disposições da Lei nº 5.010/66. A questão assim posta, portanto, não seria de inconstitucionalidade: se o ato regulamentar vai além do conteúdo da lei, pratica ilegalidade. No despacho que proferi negando seguimento à ADIn 1.547-SP, aforada pela ADEPOL e que teve por objeto dispositivos do Ato 098/96, do Ministério Público do Estado de São Paulo, asseverei: '(...) O ato normativo impugnado nada mais é do que ato regulamentar, assim ato normativo secundário, que regulamenta disposições legais, normas constantes da Lei Complementar estadual nº 734, de 26.11.93, da Lei federal nº 8.625, de 12.02.93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e da Lei Complementar federal nº 75, de 20.05.93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União). A questão assim posta, não é de inconstitucionalidade. Se o ato regulamentar vai além do conteúdo da lei, pratica ilegalidade. No voto que proferi na ADIn 589- DF, lembrei trabalho doutrinário que escrevi sobre o tema ? 'Do Poder Regulamentar', RDP 65/39 ? em que registrei que, em certos casos, o regulamento pode ser acoimado de inconstitucional: no caso, por exemplo, de não existir lei que o preceda, ou no caso de o Chefe do Poder Executivo pretender regulamentar lei não regulamentável. Todavia, existindo lei, extrapolando o regulamento do conteúdo desta, o caso é de ilegalidade. Decidiu, então, o Supremo Tribunal Federal, na citada ADIn 589- DF, por mim relatada: 'Constitucional. Administrativo. Decreto regulamentar. Controle de constitucionalidade concentrado. I. - Se o ato regulamentar vai além do conteúdo da lei, pratica ilegalidade. Neste caso, não há falar em inconstitucionalidade. Somente na hipótese de não existir lei que preceda o ato regulamentar, é que poderia este ser acoimado de inconstitucional, assim sujeito ao controle de constitucionalidade. II. - Ato normativo de natureza regulamentar que ultrapassa o conteúdo da lei não está sujeito à Jurisdição constitucional concentrada. Precedentes do STF: ADINs 311 - DF e 536 - DF. III. - Ação direta de inconstitucionalidade não conhecida.' (RTJ 137/1100). Na ADIn 1347-DF, Relator o eminente Ministro Celso de Mello, o Supremo Tribunal Federal decidiu que 'o eventual extravasamento, pelo ato regulamentar, dos limites a que se acha materialmente vinculado poderá configurar insubordinação administrativa aos comandos da lei. Mesmo que desse vício jurídico resulte, num desdobramento ulterior, uma potencial violação da Carta Magna, ainda assim estar-se-á em face de uma situação de inconstitucionalidade meramente reflexa ou oblíqua, cuja apreciação não se revela possível em sede jurisdicional concentrada.' ('DJ' de 01.12.95). Nas ADIns 708-DF, Relator o Sr. Ministro Moreira Alves (RTJ 142/718) e 392-DF, Relator o Sr. Ministro Marco Aurélio (RTJ 137/75), outro não foi o entendimento da Corte. (...) No voto que proferi no RE 189.550-SP, de cujo acórdão me tornei relator, rememorei a jurisprudência da Casa no sentido acima exposto, portando referido acórdão a seguinte ementa: 'EMENTA: - CONSTITUCIONAL. COMERCIAL. SEGURO MARÍTIMO. REGULAMENTO. REGULAMENTO QUE VAI ALÉM DO CONTEÚDO DA LEI: QUESTÃO DE ILEGALIDADE E NÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. Decreto-lei nº 73, de 21.11.63. Decretos nºs 60.459/67 e 61.589/67. I. - Se o regulamento vai além do conteúdo da lei, ou se afasta dos limites que esta lhe traça, comete ilegalidade e não inconstitucionalidade, pelo que não se sujeita, quer no controle concentrado, quer no controle difuso, à jurisdição constitucional.

Precedentes do STF: ADIns 536-DF, 589-DF e 311- DF, Velloso, RTJ 137/580, 137/1100 e 133/69; ADIn 708-DF, Moreira Alves, RTJ 142/718; ADIn 392-DF, Marco Aurélio, RTJ 137/75; ADIn 1347- DF, Celso de Mello, "DJ" de 01.12.95. II. - R.E. não conhecido.' Do exposto, nego seguimento à ação. (...). Assim posta a questão, nego seguimento à ação. Publique-se. Brasília, 03 de maio de 2002. **Ministro CARLOS VELLOSO - Relator – 8 (ADI 2618, Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO, julgado em 03/05/2002, publicado em DJ 14/05/2002 PP-00031).** (Grifou-se).

Apontando no mesmo sentido, Mertens (2007), aponta que:

E não se olvide também que, atualmente, em função do disposto nas Leis n. 9.099/95 e 10.259/01, existe ainda um outro instrumento de investigação, ainda que bem menos informal, para apuração de delitos de menor potencial ofensivo: o Termo Circunstanciado. Tal procedimento vem sendo utilizado tanto para situações flagranciais, onde os trabalhos investigativos são imediatos, quanto para ocorrências onde não há flagrante, quando aí sim pode-se falar m investigação, ainda que célere e informal. Ademais, repise-se que os TC's vêm sendo também, em muitos Estados, lavrados pelas polícias militares e não mais pelas polícias civis. MERTENS, 2007, p. 101).

Ou seja, tanto o STF, quanto o STJ, em relação a confecção de termos circunstanciados pelas polícias militares, não se opuseram, ao contrário, demonstraram-se favoráveis.

No mesmo sentido, diversos Tribunais de Justiça do Estado-Membros já firmaram o entendimento de que as polícias militares são sim “autoridades”, em consonância com a Lei n.º 9.099/95, vide o Provimento nº 18 de 15 de julho de 2015 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Goiás. (Anexo “C”).

Sob o mesmo prisma, o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE) reconheceu as Polícias Militares como polícias aptas legalmente a confecção do TC, vide o Provimento nº 06 de 2015 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Goiás. (Anexo “D”).

Além do provimento já supra referido, recentemente, o TJSE, nos autos da Apelação Criminal de n.º201601003961, Acórdão n.º 5672/2016 de 09 de setembro de 2016, Juiz Relator Paulo Marcelo Silva Ledo, no qual os Magistrado em sua Ementa assim dispuseram:

EMENTA

APELAÇÃO CRIMINAL. DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. TERMO DE OCORRÊNCIA CIRCUNSTANCIADO. ART. 69 DA LEI 9.099/95. LAVRATURA PELA POLÍCIA MILITAR. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. ATO REALIZADO CONFORME PROVIMENTO 06/2015 DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA. COMPATIBILIDADE COM OS PRINCÍPIOS DA INFORMALIDADE E CELERIDADE QUE REGEM O

MICROSSISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º DA LEI 9.099/95. BAIXA COMPLEXIDADE DA PEÇA. ATO DE INVESTIGAÇÃO NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE INVASÃO DA COMPETÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL. DECISÃO REFORMADA. RECURSO DA ACUSAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. (BRASIL, TJSE, ACÓRDÃO N.º 5672/2016). (Grifou-se).

Portanto, podemos concluir que as polícias militares são sim competentes para a lavratura do Termos Circunstanciado (TC), previsto no artigo 69 da Lei 9.099/95, Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, ou seja, a realizar atos de polícia de investigação criminal em infrações penais (crime e contravenções) de menor potencial ofensivo.

Em relação aos termos circunstanciados cabe referir que, segundo Willian (2015), apresentou em seu artigo:

Dados das secretarias de segurança pública, as ocorrências de menor potencial ofensivo correspondem a mais 80% das ocorrências policiais, e na maioria dos Estados do Brasil a Polícia Rodoviária Federal - PRF já lavra o Termo Circunstanciado de Ocorrência - TCO liberando as partes no local (com o compromisso de comparecem em juízo conforme prevê a lei 9.099/95) e a Polícia Militar (PM) já o faz em quatro Estados (RS, SC, PR e AL) e outros quatro já estão na iminência (DF, GO, MG e MS). Além do que, a Polícia Militar já possui o Inquérito Policial Militar, com as mesmas atribuições e finalidades do Inquérito Policial conduzido por Delegados, então a investigação já faz parte da atividade policial militar. (WILLIAN, 2015).

Dessa forma, da mesma forma que as Polícias Judiciária, Polícia da Câmara e Polícia do Senado, as Polícias Militares e a Polícia Rodoviária Federal, podem ser consideradas polícias integrais, ou, como chamado no Brasil, “polícias de ciclo completo”, ainda que seja um ciclo completo mitigado, em razão de somente ocorrer em infrações penais com pena máxima até dois anos.

4.3.3 Da Investigação Criminal pela Brigada Militar

Primeiramente, cabe novamente reforçar que a Brigada Militar é a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul, possuindo a denominação diferenciada em relação as demais polícias militares do Brasil por questões políticas e históricas.

Dito isto, igualmente, por esta razão não assiste necessidade de repetir-se as mesmas motivações expostas anteriormente e que fundamentam o exercício da função de polícia de investigação por parte da Brigada Militar.

Por este motivo, entraremos então na verificação de legislação estadual, que concedem amparo jurídico e administrativo a confecção do Termos Circunstanciados a Brigada Militar.

A Brigada Militar encontra-se prevista na Constituição Estadual do Estado do Rio Grande do Sul (CEERS), em seu artigo 124:

Art. 124. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública, das prerrogativas da cidadania, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I- Brigada Militar;

II- Polícia Civil;

III- Instituto-Geral de Perícias;

IV- Corpo de Bombeiros Militar. (BRASIL, CEERGS, 1989). (Grifou-se).

Em relação às autoridades legalmente constituídas na Brigada Militar, o amparo Constitucional Estadual, encontra-se lastreado no parágrafo único do artigo 129, o qual dispõe:

Art. 129. À Brigada Militar, dirigida pelo Comandante-Geral, oficial do quadro da Polícia Militar, do último posto da carreira, de livre escolha, nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, incumbem a polícia ostensiva, a preservação da ordem pública, a guarda externa dos presídios e a polícia judiciária militar.

Parágrafo único. São autoridades policiais militares o Comandante-Geral da Brigada Militar, os oficiais e as praças em comando de fração destacada.(BRASIL, RIO GRANDE DO SUL, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, 1989). (Grifou-se).

Ou seja, são autoridade policiais o Comandante Geral, os oficiais e praças em comando de frações destacadas.

Após essa verificação Constitucional Estadual, passaremos a observação a íntegra da Portaria da Secretaria de Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul:

Portaria da SJS 172/00.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA

PORTARIA SJS Nº 172, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2000

Regula os procedimentos a serem adotados para lavratura do termo circunstanciado previsto no artigo 69 da lei nº 9099, de setembro de 1995.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA, no uso de suas atribuições legais, em especial as constantes no art. 2º da Lei nº 10.356, de 10 de janeiro de 1995,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, ao determinar, em seu artigo 98, inciso I, à União e aos Estados a criação de Juizados Especiais cíveis e criminais, estabeleceu para o processo perante estes um novo sistema processual penal que inaugura a mediação prévia como condição da ação:

CONSIDERANDO que a Lei nº 9099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, estabelece que o processo perante estes Juizados se orientará pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (artigo 2º e 62), e determina que se deverá buscar, nestes processos, a conciliação e a transação (art. 2º), bem como a reparação dos danos sofridos pela vítima (art. 62);

CONSIDERANDO que a mesma Lei nº 9099/95, coerente com os princípios por ela explicitados e com o estabelecido no artigo 98, inciso I, da Constituição Federal, dispensou expressamente (artigo 77 §1º) a elaboração de inquérito policial para a apuração das infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas aquelas abrangidas pela definição contida no artigo 61 da mesma lei, e substituiu esta peça pelo Termo Circunstanciado, que deverá ser encaminhado imediatamente ao Juizado (artigo 69);

CONSIDERANDO que a competência coextensiva das polícias ostensiva e repressiva para a lavratura do Termo Circunstanciado é objeto de doutrina e jurisprudência controversas entendendo que a Lei nº 9099/95 perde praticamente a sua efetividade e desaparece como inovação de sistema se predominar o ponto de vista restritivo:

CONSIDERANDO que àquele cidadão a quem se imputa o cometimento de um delito de menor potencial ofensivo, caso seja imediatamente encaminhado ao Juizado ou assuma o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança (art. 69, parágrafo único);

CONSIDERANDO a necessidade de o cidadão receber atendimento rápido, eficiente, eficaz e cômodo por parte da Polícia Estadual;

CONSIDERANDO que a lavratura do Termo Circunstanciado, no local de ocorrência, pelo policial que atender, seja ele civil ou militar, proporcionará economia de recursos humanos e materiais e principalmente , uma prestação mais eficaz e célebre deste serviço público;

CONSIDERANDO que a extensão aos policiais militares da competência para a lavratura do Termo Circunstanciado proporciona maior disponibilidade aos servidores da Polícia Civil para a investigação de delitos de maior potencial ofensivo, busca e captura de foragidos e outras atividades de polícia repressiva;

CONSIDERANDO que o reconhecimento por esta Secretaria da existência de uma competência coextensiva das polícias civil e militar para a lavratura do Termo Circunstanciado, e a real atuação de ambas as Polícias em conjunto para a realização desta atividade, auxiliando o Poder Judiciário a atingir o objetivo de oferecer ao cidadão uma prestação jurisdicional mais célere e, por consequência, mais efetiva;

CONSIDERANDO por fim, que a atuação conjunta de polícias civis e militares na realização desta atividade constituirá mais uma etapa no processo de integração de ambas as polícias, tendo sempre por objetivo uma Polícia

Estadual unida, internamente coesa e harmônica, eficiente e orientada pelo respeito aos direitos humanos,

Resolve:

I - Todo policial, civil ou militar, é competente para lavrar o Termo Circunstanciado previsto no artigo 69 da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

II - A lavratura do Termo Circunstanciado por policiais militares somente ocorrerá nas Comarcas em que houver acordo sobre o tema entre a Polícia Estadual e o(s) representante(s) do Ministério Público.

III - O Termo Circunstanciado deverá ser lavrado no próprio local da ocorrência, pelo policial que a atender, e encaminhado no mesmo dia ao Juizado Especial.

IV - A Polícia Civil e a Brigada Militar elaborarão conjuntamente, no prazo de 90 dias, modelo a ser utilizado pelos policiais na lavratura dos Termos Circunstanciados.

V - Do modelo a que se refere o item anterior deverão constar obrigatoriamente: um campo destinado à identificação daquele que é apontado como autor do suposto fato delituoso; um campo destinado à identificação da suposta vítima, ou vítimas; um campo destinado à identificação das testemunhas, se houver, um campo destinado ao relatório sucinto da ocorrência, do qual deverão constar, sempre que possível, as versões para o fato apresentadas pela suposta vítima, ou vítimas, e do(s) suposto(s) autor(s) do fato delituoso; um campo destinado à descrição dos documentos ou exames periciais solicitados ou juntados; um campo destinado à descrição dos objetos coletados ou apreendidos; um campo destinado ao registro da representação da vítima, e um campo destinado ao termo de compromisso de comparecimento ao Juizado Especial por parte do(s) apontado(s) como autor(es) do fato delituoso.

VI - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

VII - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 39/SJS-97. [...] (BRASIL, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SJS, PORTARIA N.º 172, 2000). (Grifou-se).

Diante dessa Portaria, a Associação de Delegados de Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul (ASDEP-RS) buscou o judiciário visando a declaração de inconstitucionalidade da Portaria da SJS n.º 172, sobre a qual o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS), assim se manifestou em seu acórdão (processo n.º 70014426563/2006 – cível, de 12 de março de 2007):

EMENTA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PORTARIA DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA. ART. 69 DA LEI Nº 9.099-95. atribuição de competência à polícia militar com alegada ofensa aos arts. 129 e 133 da constituição estadual. ATO REGULAMENTAR. HIPÓTESE SUJEITA À JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. LAVRATURA DE TERMO CIRCUNSTANCIADO POR QUALQUER AUTORIDADE INVESTIDA EM FUNÇÃO POLICIAL. COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO DE ESTADO PARA O ATO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

Legitimidade *ad causam* da ASDEP-RS afirmada, porquanto preenchido o requisito da relação de pertinência entre o interesse específico da classe – Delegados de Polícia –, para cuja defesa a entidade proponente foi constituída, e o ato normativo que é argüido como inconstitucional. A Portaria SJS nº 172, de 16-11-2000, que atribui competência à polícia militar para lavratura de termos circunstanciados, tem fim interpretativo da legislação infraconstitucional (art. 69 da Lei nº 9.099-95). Ato regulamentar que mesmo indo além do conteúdo ou dos limites da lei, estaria a praticar mera ilegalidade, não inconstitucionalidade. Hipótese não-sujeita ao controle concentrado da constitucionalidade. Precedentes do STF.

MÉRITO. Não verifica afronta à repartição constitucional das competências entre as polícias civil e militar. Expressão autoridade policial referida no art. 69 da Lei nº 9.099-95 compreende quem se encontra investido em função policial, ou seja, a qualquer autoridade.

Ato que insere nas atribuições específicas do titular da Secretaria da Justiça e da Segurança, a quem é assegurada a competência sobre serviço policial militar e serviço policial civil (art. 8º, I, da Lei Estadual nº 10.356-95). Prévio acordo entre o Ministério Público e a Polícia Estadual é decorrência do limitado alcance regulamentar do ato, de modo a programar paulatinamente sua observância nas comarcas que estiverem preparadas para o cumprimento das ações concretas do órgão da Administração responsável pelos serviços policiais. Hipótese de improcedência do pedido.

À UNANIMIDADE, REJEITARAM A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA DA PROPONENTE. POR MAIORIA, VENCIDA A RELATORA, CONHECERAM DA AÇÃO DIRETA E, NO MÉRITO, JULGARAM IMPROCEDENTE O PEDIDO.(BRASIL, TJRS, 2007). (Grifou-se).

Destarte, nos parece superado qualquer questão de natureza constitucional e legal, quer pela leitura fria dos textos jurídicos-constitucionais e jurídicos-legais, quer pela doutrina ou mesmo pela jurisprudência, no sentido que a Brigada Militar é órgãos competente a confecção de Termos Circunstanciados (TCs).

Cabe então, finalmente, trazermos à baila a última fronteira existente, a normatização interna, a qual buscou operacionalizar a confecção do Termo Circunstanciado no âmbito da Brigada Militar.

A normatização foi concebida por meio da Nota de Instrução n.º 025.2 (anexo “A”), a qual trouxe diversas conceituações, as quais é imperioso citar, algumas constantes no item 3:

3. EXECUÇÃO

a. Definição de Termos

1) Sistema de Segurança Pública

Conjunto de atribuições destinadas a assegurar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, exercidas harmonicamente pelo Estado, por meio dos órgãos definidos no art. 144 da Constituição Federal, pelos demais órgãos e poderes que têm responsabilidade sobre a ordem pública, e pela Sociedade.

[...]

8) Apuração de Infrações Penais

É a atividade apuratória de autoria e materialidade em relação a infrações penais já ocorridas, para o que são empregadas técnicas de investigação criminal próprias.

9) Investigação Policial Criminal

É um processo de produção de conhecimento que dá suporte às atividades operacionais de apuração de infrações penais, quer em ocorrência, quer já ocorridas, assim como à gestão de elementos operacionais, através da determinação de padrões e tendências criminais num determinado espaço geográfico-temporal.

[...]

17) Autoridade Policial

É a pessoa que se encontra investida em função policial.

[...]

23 Juizados Especiais Criminais

São Órgãos do Poder Judiciário que têm competência para a conciliação, o julgamento e a execução das penas relativas às infrações penais de menor potencial ofensivo. [...].(BRIGADA MILITAR, 2013, p. 1-5 – Anexo “A”).

A Brigada Militar foi a primeira polícia militar do Brasil a realizar a confecção dos Termos Circunstanciados previsto na Lei n.º 9.099/95, e, portanto, a primeira polícia militar a desenvolver oficialmente a atividade de polícia investigativa, mesmo que de forma simplificada.

Nesta perspectiva, Silva e Junior (2015), assim escreveram:

Foi uma passo importante para o desenvolvimento da prestação do serviço policial à sociedade, uma vez que o “ciclo completo de polícia”, fundado nas Leis 9099/1995 e 10259/2011, ao menos parcialmente estava sedimentado (crimes cujas penas cominadas são de até dois anos). [...] A Corporação foi pioneira na país a constituir-se na primeira Polícia Militar a efetuar o chamado “Ciclo Completo de Polícia”, no que tange aos crimes de menor potencial ofensivo, consoante positivação constante às leis 9.099/1995 e 10.991/2001, na medida em que o policial militar, a partir de então, oportuniza ao cidadão efetuar registro policial quando do acontecimento destes tipos penais. (SILVA e JUNIOR, 2016, p. 4)

Destarte, considerando que o termo circunstanciado trata-se de investigação criminal (ainda que de forma primitiva), e, que as polícias militares o confeccionam, de maneira inequívoca podemos afirmar que as polícias militares são polícias que realizam investigação criminal.

Assim sendo, é possível afirmar que a Brigada Militar, nas infrações penais ou delitos (crimes ou contravenções), possui o “ciclo completo de polícia”, pelo qual conduz a ocorrência desde a sua prevenção até a repressão, apresentado os crimes as autoridades judiciárias (ministério público e/ou poder judiciário).

4.3.4 Do “Ciclo Completo” de Polícia

Como anteriormente aludido nesta monografia, a investigação criminal por outras polícias, em especial, a polícia militar ainda encontra demasiada resistência.

Malgrado a legislação constitucional, processual penal e infraconstitucional não proibirem, as polícias judiciárias, entendem que não seria possível.

Não obstante ao entendimento que venham a ser difundidos pelas polícias judiciárias, diversamente, é possível verificar que a legislação autoriza a realização de investigações, via termo circunstanciado, por outras autoridades, vide as Leis 9.099/95 e 10.259/01, ambas votadas e aprovadas pelo Parlamento Brasileiro.

O que trata o “ciclo completo de polícia”?

Inicialmente, traremos aqui a definição apresentada por Willian (2015), o qual assim definiu:

Ciclo Completo de Polícia consiste na atuação plena das instituições policiais, isto é atuar na prevenção, na repressão e na investigação. Esse é o modelo adotado na Europa, América do Norte e América do Sul, enfim, com exceção de três Países no mundo: Brasil, República de Cabo Verde e República Guiné-Bissau, todos os outros adotam o ciclo completo para as suas polícias. (WILLIAN, 2015)

Apresentando o tema, Ribeiro (2016), descreve a origem da discussão acerca do tema:

A primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada em Brasília entre os dias 27 e 29 de agosto de 2009, teve, entre tantos méritos, o de apresentar uma proposta concreta de alteração da forma de atuação das polícias no Brasil tendo como princípio a competência legal do exercício do Ciclo Completo, em contraponto ao modelo existente de Ciclo Incompleto imposto pela Constituição Federal, ao estabelecer as competências do seu artigo 144. (RIBEIRO, 2016, p. 35).

Descrevendo o que significaria o “ciclo completo de polícia”, Ribeiro (2016), apresenta o modelo Francês como paradigma representativo do “ciclo completo”, indicando que:

Para defender o ciclo completo para as polícias brasileiras, mantendo suas atuais conformações, identifiquei na literatura que o ciclo completo e polícia teve sua gênese na França, em 1667, para policiar Paris, a maior cidade da Europa àquele tempo, surgindo ali o primeiro corpo de polícia civil – que ainda exercia a administração da cidade e a polícia política. Atualmente, na França, subsistem duas corporações policiais herdeiras do sistema napoleônico: a *Gendarmerie Nationale* (Gendarmaria Nacional), militar; e a Polícia Nacional, civil, definida como uma força instituída para garantir a República, a preservação da ordem e o cumprimento das leis. Ambas executam o ciclo completo de polícia no âmbito das respectivas jurisdições. [...] Singularizam-se os gendarmes por seu caráter polivalente, pois eles podem ser levados a fazer tanto um trabalho de policiamento ostensivo quanto de polícia judiciária, cumprindo, do mesmo modo que a Polícia Nacional, o ciclo completo de polícia em sua área de competência legal. (RIBEIRO, 2016, p. 35). (Grifamos).

Marilda Pinheiro (2006), tratando sobre o ciclo completo, e, indo de encontro a definição de “ciclo completo”, resumidamente, assim descreveu:

Atribui às polícias militares estaduais a possibilidade de investigação de crimes comuns, ou seja, ao invés da regular apuração de ilícitos penais pelas Polícias Cíveis e Polícia Federal, assim definido pela Constituição Federal, agora querem que militares também o façam. (PINHEIRO, 2016, p. 45).

Nesse ponto discordamos da autora, por diversos motivos já apresentados em nossa dissertação, dentre eles: 1º) a Constituição não atribui vedação e/ou exclusividade da investigação as Polícias Judiciárias; 2º) outros órgãos, que não polícias judiciárias, também já realizam investigação criminal, conforme já referido; 3º) as Leis 9.099/95 e 10.259/01, atribuíram competência a outras autoridades além daquelas descritas como polícias judiciárias.

Caso as polícias militares não tivessem poderes de investigação, ou mesmo de polícias judiciárias, como é o Poder Judiciário iria incumbir a polícia militar o auxílio em reintegrações de posse, cumprimentos de mandatos e etc?

No Seminário Internacional de Segurança Pública, pelo Procurador da República, Alexandre Assis (2015), assim definiu polícia de “ciclo completo”:

Polícia de ciclo completo consiste na atribuição a todas as corporações policiais, das atividades ostensivas e repressivas, de polícia judiciária ou investigação criminal – incluindo as atividades de inteligência – e da prevenção aos delitos e manutenção da ordem pública, ou seja, cada polícia atuará inclusive no desvendamento e investigação dos crimes que estão sob sua alçada, relatando os resultados e endereçando-os ao Ministério Público. (ASSIS, 2015, p. 20).

Por fim, apresentamos aquela, que neste momento consideramos a mais sóbria das definições, a que contém menor paixão institucional e/ou política-ideológica, segundo Saporì (2016), a expressão “ciclo completo de polícia”, significa:

A expressão “ciclo completo de polícia” deve ser compreendida como atribuição das atividades de patrulhamento ostensivo e de investigação criminal a uma mesma organização policial. É o modelo prevalecente mundo afora. Na prática, a expressão implica que a organização policial, seja federal, estadual ou municipal, tem em sua estrutura dois departamentos distintos, com suas respectivas chefias, porém ambos estão subordinados hierarquicamente à mesma autoridade. Em outras palavras, a mesma polícia tem um segmento fardado que realiza o patrulhamento ostensivo nas ruas e outro segmento constituído de investigadores incumbidos de coletar evidências de materialidade e autoria dos crimes eventualmente registrados. (SAPORÌ, 2016, p. 50-51).

Independentemente de possíveis discussões a respeito do tema, para já ficarmos com a ideia formada que “ciclo completo de polícia”, resume-se ao fato de

uma mesma instituição policial realizar policiamento ostensivo e investigação criminal, ou seja, funções de polícia de segurança ou de ordem pública (polícia administrativa), e, de polícia de investigação criminal.

Neste sentido, de posse de tudo já pesquisado podemos afirmar que nos delitos ou infrações penais (crimes e contravenções penais) de menor potencial ofensivo (com penas máximas de até dois (02) anos), já ocorre o “ciclo completo de polícia”, no Rio Grande do Sul.

Frisa-se que conforme Marlon Teza (2015), em 2009, “foi manifestada na 1ª CONSEG - Conferência Nacional de Segurança Pública, quando os gestores e trabalhadores da segurança pública juntamente com a sociedade civil foram chamados a discutir as questões ligadas a segurança pública do país elegendo como uma das diretrizes mais votadas a adoção do **Ciclo Completo de Polícia**”. Ou seja, a técnicos da segurança e a sociedade intendem pertinente a adoção do “ciclo completo de polícia”.

Em atenção ao escopo de nosso trabalho, neste momento não nos debruçaremos no tema “ciclo completo de polícia”, apenas deixaremos registrado que a Brigada Militar realiza a composição do Termo Circunstanciado (TC), ou seja, uma investigação criminal, fulcro Lei 9.099/95, Lei dos Juizados Especiais, nas infrações com pena máxima até dois (02) anos, razão pela qual também é possível afirmar que a mesma já realiza o “ciclo completo de polícia”.

4.3.5 “Ciclo Completo” uma Proposta em Curso

Não alheio a discussão acadêmicas e institucional existente acerca do tema, o Congresso Nacional, via seus membros, em especial, os Deputados Federais, tem procurado debater o tema, inclusive, como já mencionado, promovendo audiências públicas e mais recentemente um seminário internacional.

Nesta lógica, e, visando acabar com a celeuma entorno do tema, bem como a otimização do sistema de segurança pública, e, conseqüentemente, uma melhor prestação de serviço à população, o Deputado Federal Subtenente Gonzaga, apresentou uma proposta de Emenda à Constituição (PEC) sob o n.º341 de 2014 (Anexo “E”).

A proposta apresentada pretende ampliar constitucionalmente as competências dos órgãos de segurança pública previstos no artigo 144 da CRFB.

Cristalizando assim, de forma definitiva, o ciclo completo aos órgãos dos incisos I ao V do artigo 144 da Constituição: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis e Polícias Militares.

Pela PEC 431, seria acrescentado ao artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil um parágrafo, da seguinte forma:

“Art. 144.....
 §11. Além de suas competências específicas, os órgãos previstos nos incisos do *caput* deste artigo, realizarão o ciclo completo de polícia na persecução penal, consistente no exercício da polícia ostensiva e preventiva, investigativa, judiciária e de inteligência policial, sendo a atividade investigativa, independente da sua forma de instrumentalização, realizada em coordenação com o Ministério Público, e a ele encaminhada.”
 (NR)

Caso essa alteração fosse aprovada, resultaria certamente em uma pacificação de eventuais disputas judiciais e/ou administrativas entorno da competência das polícias.

4.4 CONCLUSÃO CAPITULAR

Após mergulharmos verticalmente sobre a competências para a investigação criminal no sistema português e no sistema brasileiro, podemos constatar, peremptoriamente, que no Brasil, não são tão-somente as polícias judiciárias que possuem atribuição jurídica a condução de processos de investigação criminal.

Em relação à condução das investigações criminais no sistema jurídico-constitucional e jurídico-infraconstitucional português, podemos verificar que, efetivamente, os grandes vetores da investigação criminal são: a Polícia Judiciária (PJ), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP).

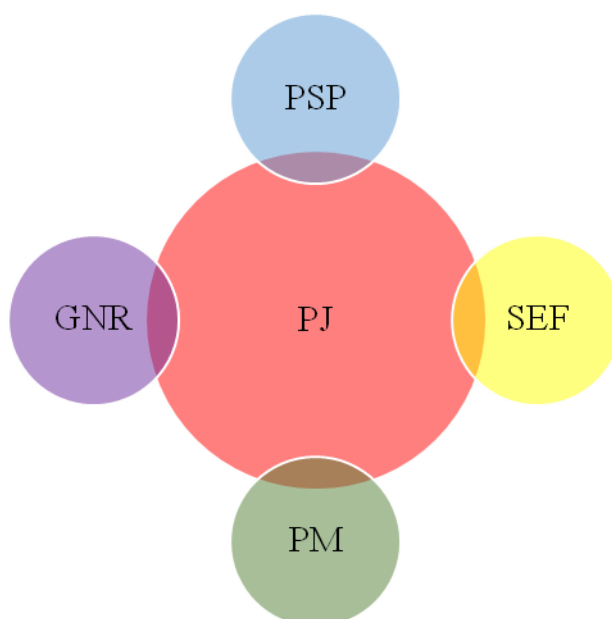
Isto porque, as essas polícias, foram atribuídas competências genéricas a investigação criminal.

Não obstante, as três (03) polícias serem as com maior capacidade (penetração) na investigação, percebemos a existência de outras polícias, com atribuições muito importantes ao exercício da função de polícia de investigação criminal, nomeadamente, a Polícia Marítima (PM) e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

Com efeito, ainda, foi possível se verificar, da mesma forma, que a Polícia Judiciária (PJ) de Portugal, possui a função de pilar principal ou central nesta atividade policial, vide sua extensa lista de atribuições de investigação criminal exclusivas, afora, as concorrentes e genéricas.

Em virtude dessas constatações, nossas convicções se firmaram no sentido de que o sistema de investigação criminal português encontra-se devidamente regulado, vide a Lei de Organização da Investigação Criminal, apresentando-se, da seguinte forma:

Figura 13 – Polícias de Investigação Criminal em Portugal



Fonte: elaboração própria (já referida neste estudo).

No que pertence as competências de investigação criminal sistema policial brasileiro, é possível verificar que a identificação as competências possuem um grau de complexidade e confusão jurídico-legal e jurídico-constitucional que as torna de quase impossível compreensão.

Em uma primeira análise, e, como já descrito no capítulo 3 deste trabalho acadêmico, a competência investigativa criminal vislumbra-se tão-somente a dois órgãos policiais, a Polícia Federal (PF) e as Polícias Civis (PC).

Não obstante, a essa constatação, a compreensão do sistema de polícias com funções de investigação nos se resume a essa análise do artigo 144 da CRFB.

Isso fica evidente, eis que existem, a priori, ao menos mais duas polícias previstas na própria Constituição em outros dois dispositivos constitucionais, a *Polícia da Câmara Federal e do Senado Federal*.

Com efeito, ater-se somente ao artigo 144 da CRFB, poderia comprometer a higidez de nossa investigação acadêmica.

Nesse diapasão, e, como já referido em nosso estudo, os artigos 51, inciso IV e 52, XIII, preveem a possibilidade de criação de polícia pela Câmara Federal e pelo Senado Federal, as quais, como já referido também conduzem investigação.

Portanto, é possível, peremptoriamente, pronunciarmos que não é exclusivamente função das Polícias Cíveis e da Polícia Federal, quanto a função de polícia de investigação criminal.

Além disso, consoante ao artigo 144 da CRFB, podemos de mesma forma, verificarmos que o aludido dispositivo constitucional atribui exclusividade somente quanto a função de polícia judiciária da União (Federal).

Com referência a função de apuração de infrações penais (ou investigação criminal), em âmbito Federal, são enumeradas aquelas de competência da Polícia Federal (PF), sem, contudo, lhe atribuir a exclusividade.

Quanto aquelas de competência das Polícia Cível (PC), diferentemente, daquelas de jurisdição da Polícia Federal (PF), quer seja quanto a função de polícia judiciária, que a função de polícia de investigação (ou de apuração de infrações penais), não foram atribuídas exclusividade a qualquer polícia, e, portanto, podem ser executadas por outras, desde que legalmente adjudicadas de competência legal.

Sob esta perspectiva, examinamos que com o advento da Lei Federal n.º 9.099/95, e, posteriormente, da Lei Federal n.º 10.259/01, houve a possibilidade de extensão da função apuratória (ou investigatória) a outros órgãos, especialmente, outras polícias, e não somente as polícias judiciárias.

Todavia, essa definição de competência, provocou, e, ainda provoca muita celeuma, uma vez que, não raramente, as polícias judiciárias interpõem medidas judiciais, invocando contrariedade a apuração por outras polícias.

Isso ocorre, porque, no artigo 69 da Lei n.º 9.099/95, encontra-se a expressão “autoridade policial”, o que, segundo as polícias judiciárias, se refere tão somente aos Delegados de Polícia, quer da Polícia Federal, quer das Polícias Cíveis.

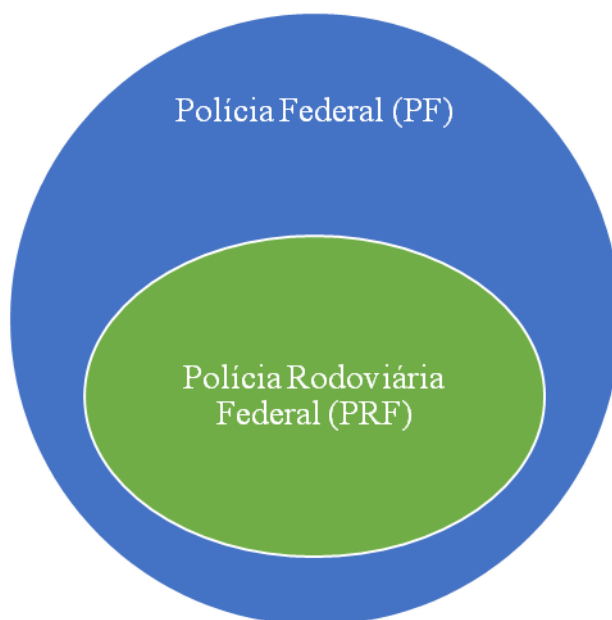
Acontece que, esse “apoderamento” ou “sequestro” da expressão “autoridade policial” como sinônimo de Delegado de Polícia não encontra respaldo legal, nem tão pouco jurisprudencial, como demonstramos ao longo deste capítulo em epígrafe.

Como apresentado, a Polícias Rodoviária Federal (PRF), e, as Polícias Militares, estão juridicamente amparadas tanto do ponto de vista constitucional, quanto infraconstitucional ao exercício da função de polícia de investigação criminal, nos delitos com pena de até dois anos.

Inobstante a essa possibilidade, atualmente, verificamos na prática, que somente a Polícia Rodoviária Federal e a Polícias Militares do Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, efetivamente estão realizando esse *mister*.

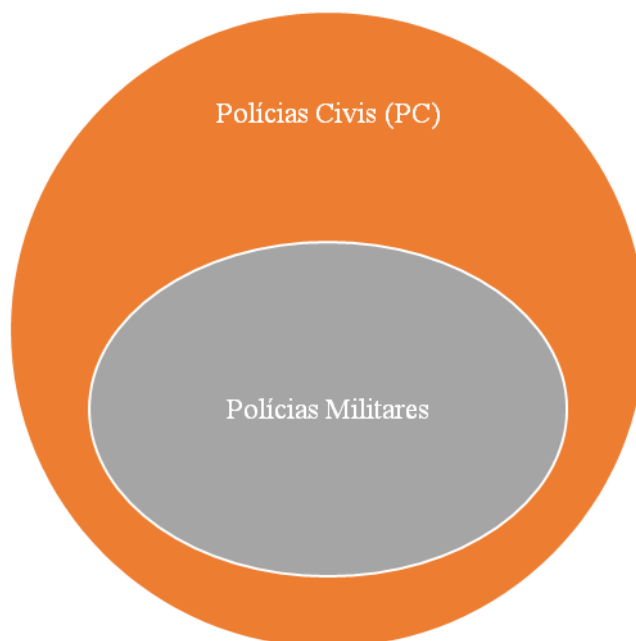
Por conseguinte, constatamos, que aquela ideia inicial apresentada quanto as polícias que realizam a investigação criminal (esfera da segurança pública), possui em verdade, outra configuração, que encontra-se lastreada no emaranhado jurídico-constitucional e jurídico legal colocado no Brasil, configurando, portanto, da seguinte forma:

Figura 14 – Polícias de Investigação Criminal em âmbito da União (Federal)



Fonte: elaboração própria.

Figura 15 – Polícias de Investigação Criminal em âmbito Estadual (Estados)



Fonte: elaboração própria.

Estas duas figuras, já levam em consideração as competências de investigação criminal verificadas no curso da pesquisa, onde são atribuídas capacidades de condução de investigações, via Termo Circunstanciado, para outras autoridades, naqueles delitos com pena máxima de até dois anos, fulcro as Leis n.º 9.099/95 e n.º 10.259/01.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir a presente dissertação, que tratou da investigação criminal pelas polícias de ordem pública, no caso da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Brigada Militar percebe-se que já vigora de certa forma, a investigação a cargo de ambas, embora já mais consolidada e ampliada naquela do que nesta.

O nosso caminho iniciou-se com a averiguação de alguns conceitos que serviram de alicerces para que pudemos verificar que tanto a Polícia de Segurança Pública, quanto a Brigada Militar, tratam-se de polícias de ordem pública.

Nesta trajetória pudemos verificar que Portugal e Brasil possuem diversos pontos de convergências e diversos pontos de divergências em relação à segurança, como passaremos a comentar.

Inicialmente, quando examinamos as opções adotadas por um ou por outro, podemos observar que Portugal possui uma maior proximidade com a utilização e definição de segurança interna que o Brasil.

Contudo, verificamos que nem sempre foi assim, e que até hoje encontramos traços dessa “segurança interna” no ordenamento Constitucional Brasileiro.

Ao nosso ver, implicitamente, ainda encontramos resquícios dessa segurança interna, no *caput* do artigo 144 da CRFB, ainda que também esteja explicitamente no artigo 85 da CRFB.

Ao mesmo tempo, por meio de nossa pesquisa, observamos que a “segurança pública” em Portugal ainda encontra-se debatida de forma incipiente, ligada mais ao antagonismo de segurança pública *versus* segurança privada, do que ao estudo da segurança por órgãos públicos (forças polícias), como ocorre no Brasil.

Notamos que em relação a definição dos órgãos policiais e suas competências, as opções portuguesas e brasileiras são bastantes distintas. Enquanto Portugal optou por realizá-la por normas de caráter infraconstitucional, o Brasil optou em tentar esgotá-la no bojo de sua constituição.

A Constituição Portuguesa, de forma genérica, nos artigos 272º e 273º, direcionou a segurança interna e a segurança pública, apenas referindo a existência das polícias, apontando que as mesmas seriam instituídas por lei, e apontando, aquelas finalidades de caráter geral.

Por outro lado, a Constituição Brasileira, pretendeu esgotar o rol de órgãos públicos responsáveis pela segurança interna e pública, bem como apresentar o rol das polícias e suas competências.

Realizada a averiguação dos sistemas de segurança interna, segurança pública e das polícias de ambos os países, foi possível auferirmos conhecimento suficiente para constatarmos a existência de uma identidade entre Portugal e Brasil, pois, ambos os países possuem um sistema policial baseado no modelo Napoleônico (Dualista ou Dual).

No tocante a investigação criminal, observamos novamente um distanciamento, entre as duas Nações, em Portugal, muito embora cada Lei Orgânica de cada polícia aborde a competência de cada uma, quanto a investigação criminal, optou-se em clarificá-la, em um instrumento legal próprio, Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC), Lei n.º 49/2008.

Em contrapartida, no Brasil, novamente, optou-se em tentar esgotar o tema em um único dispositivo constitucional, o que de fato não ocorreu, como já demonstrado.

Em referência a Polícia de Segurança Pública (PSP), podemos comprovar que a mesma encontra-se inserida na segurança interna e na segurança pública de Portugal, instituída de fato e de direito com uma das forças de segurança de natureza policial, com atribuição de segurança e ordem pública, podendo, igualmente, proceder investigações criminais, na forma e nos limites estabelecidos nas leis, especialmente, na LOIC.

Relativamente a Brigada Militar, não resta qualquer dúvida tratar-se de uma força policial, de natureza militar, com atribuição de realizar o policiamento preventivo e repressivo, por meio da ostensividade, possuindo, igualmente, atribuição de ordem pública, podendo, ainda, em delitos com pena máxima até dois (02) anos, lançar mão de sua competência investigativa, procedendo dessa forma a investigação criminal.

De tudo, verificamos a existência da necessidade de se assentar uma pedra na confusão existente quanto as competências para apuração das infrações penais (investigação criminal), seja por advento de uma lei (a exemplo da LOIC em Portugal), seja por alteração constitucional, com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n.º 431 de 2014, da autoria do Deputado Federal Subtenente Gonzaga.

Frisa-se, que com a PEC n.º 431, essa marcha já foi dada, uma vez que, o primeiro passo na solução de qualquer problema é reconhecê-lo, e, em seguida, apresentamos uma proposta, para a partir dela chegarmos a uma ideia com maior firmeza.

Em relação nossa dissertação, verificamos que em relação ao problema proposto, em relação a existência de alguma identidade entre a Polícia de Segurança Pública e a Brigada Militar, após passarmos por diversas constatações, podemos sem sobra de dúvidas afirmar que há entre elas diversos pontos de semelhanças, conforme hipótese aventada em nosso projeto.

Ambas são polícias de segurança e ordem públicas, e ambas conduzem a apuração de crimes com envio dos respectivos procedimentos criminais as autoridades judiciárias.

Da mesma forma, foi possível verificar um caminho semelhantes no que diz respeito a receptividade da competência criminal, pois, em ambas iniciou-se em crimes com delitos com penas pequenas.

Quanto aos objetivos, acreditamos tê-los alcançado satisfatoriamente, pois esmiuçamos os sistemas de segurança interna, segurança pública e policial tanto de Portugal, quanto do Brasil.

Igualmente, apresentamos as funções de investigação criminal tanto da Polícia de Segurança Pública (PSP), quanto da Brigada Militar (BM).

Ao passo de tudo exposto, ficamos com a convicção de que tanto a Polícia de Segurança Pública (PSP) em Portugal, quando a Polícia Militar (no Estado do Rio Grande do Sul Brigada Militar) no Brasil são Polícias Administrativas (Geral e Especial) quem exercem funções de Polícia de Segurança Pública, Polícia de Ordem Pública e de Investigação Criminal, e, portanto, são Polícias Integrais ou de “Ciclo Completo de Polícia”.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Alexandre Camanho de. **Polícia de Ciclo Completo no Mundo. Persecução Criminal, Textos de apoio para a compreensão e reflexão sobre o Modelo de Polícia de Ciclo Completo.** Brasília: Fundação Leonel Brizola, 2015, p. 18-20.

AVELINE, Paulo Vieira. **Segurança Pública como Direito Fundamental.** Dissertação Mestrado em Direito PUCRS: Porto Alegre, 2009.

BALESTRERI, Ricardo. **Prefácio Guia Gabinetes de Gestão Integrada Municipal** Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília, 2009.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. **A história da Polícia no Brasil: balanço e perspectivas.** Topoi, 2013, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/2237-101x014026011>>. Acesso em: 11/12/2015.

BRASIL. **Estatuto Geral das Guardas Municipais, Lei nº 13.022/14**, de 08 de agosto de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2014/Lei/L13022.htm. Acesso em 06/06/2016.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Portaria nº 01/14, de 16 de Janeiro de 2014.** Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_25237222_. Acesso em 06/09/2015.

_____. Câmara dos Deputados. **Segurança Pública e Democracia.** – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. (Série ação parlamentar; nº. 441). Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/6124/seguranca_publica_democracia.pdf?sequence=4. Acesso em: 04/01/2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Regimento Interno.** – Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/regimento-interno-da-camara-dos-deputados. Acesso em: 06/06/2016.

_____. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição n.º 431/2014.** Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=8D5C4459A183C61D4EB7D084201B41F9.proposicoesWeb2?codteor=1283094&filename=PEC+431/2014. Acesso em: 06/06/2016.

_____. Senado Federal. **Regimento Interno.** – Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://www25.senado.leg.br/web/atividade/regimento-interno>. Acesso em: 06/06/2016.

_____. Senado Federal. **Resolução n.º 59/2002.** – Brasília: Senado Federal. Disponível em: <https://adm.senado.gov.br/normas/ui/pub/normaConsultada?4&idNorma=224680>. Acesso em: 06/06/2016.

_____. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Plano Nacional de Segurança Pública**, Brasília, 2000. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/3exec/novapolicia/plano_segpub.htm. Acesso em 06/01/2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 06/06/2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em 06/06/2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1946**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em 06/06/2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1937**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em 06/06/2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1934**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em 06/06/2016.

_____. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**, Código de Processo Penal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm. Acesso em 06/01/2016.

_____. **Decreto-Lei nº 317, de 13 de março de 1967**, reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0317.htm Acesso em 06/01/2016.

_____. **Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969**, reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0667.htm. Acesso em 06/01/2016.

_____. **Decreto nº 5.289 de 29 novembro de 2004**, disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para o desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2012/Lei/L12681.htm. Acesso em 06/06/2016.

_____. **Lei nº 2.033 de 20 de setembro de 1871**, altera diferentes disposições da Legislação Judiciária. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2033.htm. Acesso em 06/01/2015

_____. **Lei nº 192 de 17 de janeiro de 1936**, reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares sendo consideradas reservas do Exército. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-192-17-janeiro-1936-501765-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 06/01/2015.

_____. **Lei nº 9.099 de 26 de setembro de 1995**, dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9099.htm. Acesso em 06/06/2016.

_____. **Lei nº 10.259 de 12 de julho de 2001**, dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM2033.htm. Acesso em 06/01/2015.

_____. **Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2003**, dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.683.htm. Acesso em 06/01/2015.

_____. **Lei nº 11.313 de 28 de julho de 2006**, altera os arts. 60 e 61 da Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995, e o art. 2º da Lei n.º 10.259, de 12 de julho de 2001, pertinentes à competência dos Juizados Especiais criminais, no âmbito da justiça Estadual e da Justiça Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-006/2006/Lei/L11313.htm#art2. Acesso em 06/06/2016.

_____. **Lei nº 11.473 de 10 de maio de 2007**, dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei nº 10.277, de 10 de setembro de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11473.htm. Acesso em 06/06/2016.

_____. **Lei nº 12.462 de 04 de agosto de 2011**, altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e outras alterações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12462.htm. Acesso em 06/06/2016.

_____. **Decreto Federal nº. 1.655**, define a competência da Polícia Rodoviária Federal, e dá outras providências, de 03 de outubro de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d73332.htm. Acesso em 06/06/2016.

_____. **Decreto Federal nº. 73.332**, define a estrutura do Departamento de Polícia Federal e dá outras providências, de 19 de dezembro de 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d73332.htm. Acesso em 06/06/2016.

_____. **Decreto Federal nº. 88.777**, aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200), de 30 de setembro de 1983. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D88777.htm. Acesso em 06/06/2016.

_____. **Decreto-Lei nº. 667**, reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências, de 02 de julho de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0667.htm. Acesso em 06/06/2016.

_____. **Decreto nº. 5.289**, disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal, para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública, e dá outras providências, de 29 de novembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5289.htm. Acesso em 06/06/2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 559.646/** Paraná. Ministra Relatora Ellen Graice. DJ 24.06.2011. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=2548689>. Acesso em: 15/08/2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2618/** Paraná. Ministro Relator Carlos Velloso. DJ 14.05.2002. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ADI%24%2ESCLA%2E+E+2618%2ENUME%2E%29+NAO+S%2EPRES%2E&base=baseMonocraticas&url=http://tinyurl.com/d25845m>>. Acesso em: 15/08/2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.005.837-RS (2007/0265242-7)**/Brasília. Ministro Relator Francisco Falcão. DJ 11.12.2007. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/deciso/es/doc.jsp?livre=1.005.837+&b=D TXT&p=true&t=JURIDICO&l=10&i=2>>. Acesso em: 15/08/2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. **Ação Direta de Inconstitucionalidade**. Desembargadora Relatora Maria Berenice Dias. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc>. Acesso em: 15/08/2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. **Provimento n.º 18 de 15 de julho de 2015**. Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Goiás. Disponível em: <http://www.tjgo.jus.br/tjdocs/documentos/276455>. Acesso em: 15/08/2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. **Enunciado n.º 13**. Turma Recursal. Disponível em: <http://www.tjse.jus.br/portal/institucional/composicao/turma-recursal>. Acesso em: 14/09/2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. **Provimento n.º 06 de 2015**. Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Goiás. Disponível em: <http://www.tjse.jus.br/corregedoria/publicacoes/provimentos/item/832015>. Acesso em: 14/09/2016.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. **Acórdão n.º 7672/2016**. Apelação Criminal do Processo n.º 201601003961. Disponível em: <http://www.tjse.jus.br/pgrau/consultas/recursal/implIntegra.wsp?numProcesso=201601003961&codMovimento=371&dtMovimento=2016-09-09&seqMovimento=1>. Acesso em: 14/09/2016.

BRANCO, Carlos. **Guarda Nacional Republicana – Contradições e Ambiguidades**. Lisboa: Sílabo, 2010.

_____. **Polícias Integrais**. 2010b. Disponível em <http://www.operacional.pt/policias-integrais>. Acesso em 05/09/2016.

CAETANO, Marcello. **Manual de Direito Administrativo**. TOMO. II. 10.ed. Coimbra: Almedina, 1990.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MOREIRA, Vital. **Constituição da República Portuguesa Anotada – Vol II**. 4.ed. Coimbra: Coimbra, 2014.

COSTA, Arthur Trindade; LIMA, Renato Sérgio de. **Segurança pública**, In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 482-490.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **CNMP decide que PRF pode lavar termos circunstanciados de ocorrência**. Disponível em: http://www.cnmp.mp.br/portal_2015/todas-as-noticias/6335-cnmp-decide-que-prf-pode-lavar-termos-circunstanciados-de-ocorrencia. Acesso em 06/06/2016.

COSTA, Ivone Freire. **Polícia e Sociedade: gestão de segurança pública, violência e controle social**. Salvador: EDUFBA, 2005.

CLEMENTE, Pedro José Lopes. **Da Polícia de Ordem Pública**. Lisboa: GAZELA, 1998.

_____. **Cidadania, Polícia e Segurança**. Lisboa: Instituto Superior de Ciência Policiais e Segurança Interna, 2015.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Dicionário de Direito Administrativo**. 4.ed. VERBETE “Ordem Pública” São Paulo: Forense, 1996.

COSME, João. **História da Polícia de Segurança Pública – Das Origens à Actualidade**. Lisboa: Sílabo, 2006.

DA SILVA, Jorge. **Segurança pública e polícia: criminologia crítica aplicada**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

DIAS, Mário Gomes. Segurança Interna. **II Colóquio de Segurança Interna**. Lisboa: Almedina, 2006, p. 13-34.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa, **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em http://www2.al.rs.gov.br/dal/LinkClick.aspx?filetick=9p-X_3esaNg%3d&tabid=3683&mid=5358. Acesso em 15/08/2016.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Polícia Civil. **História da Polícia Civil**. Disponível em: <http://www.policiacivil.rs.gov.br/conteudo/969/historia-da-policia-civil>. Acesso em 05/03/2016.

_____. Secretaria de Segurança Pública. Brigada Militar. **Nota de Instrução Operacional nº 025.2**. Disponível em: <https://www.brigadamilitar.rs.gov.br/>. Acesso em 05/03/2016.

FERNANDES, António José. **Poder Político e a Segurança Interna**. In: I Colóquio de Segurança Interna. Lisboa: Almedina, 2005, p. 24-37.

FRABETTI, Humberto Barrionuevo. **Segurança Pública: fundamentos jurídicos para uma abordagem constitucional**. São Paulo: Atlas, 2014.

FONTOURA, Natália de Oliveira; RIVERO, Patrícia Silveira; RODRIGUES, Rute Imanishi. Segurança Pública na Constituição Federal de 1988: Continuidades e Perspectivas. **Segurança Pública**. 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4327/1/bps_n.17_vol03_segurana_publica.pdf. Acesso em: 04/04/2016

GOIS, João Paulo Teixeira. **Modelos de organização policial: O sistema português – realidades e perspectivas**. Dissertação de Mestrado em Ciência Policial do ISCPSI. Lisboa, 2011.

GOMES, Paulo Valente. Modelos de Policiamento. In: GOMES, Paulo Valente *et al.* **Separata da Revista Polícia Portuguesa**. nº 128. Lisboa: PSP, 2001, p. 01-04.

GUEDES, Armando Marques. Segurança Interna. In: GOUVEIA, Jorge Bacelar; SANTOS, Sofia (Org.). **Enciclopédia de Direito e Segurança**. Lisboa: Almedina, 2015, p. 425-431.

GUSSI, Evandro Herrera Bertone. **A Segurança na Constituição**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação (Mestrado em Direito), Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

IBGE. **Dados Estatísticos da População do Brasil**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm> Acesso em 06/06/2016.

_____. **Dados Estatísticos da População de Porto Alegre**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431490&search=rio-grande-do-sul|porto-alegre> Acesso em 06/06/2016.

KARNIKOWSKI, Romeu Machado. **De Exército Estadual à Polícia Militar: o papel dos Oficiais na Policialização da Brigada Militar (1892-1988)**. Tese de Doutorado em Sociologia. UFRGS: Porto Alegre, 2010.

LAZZARINI, Álvaro. Polícia de Manutenção da Ordem Pública e a Justiça. **Direito Administrativo da Ordem Pública**. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 2-53.

LEDUR, Nelson Henrique Monteiro. O auto de prisão em flagrante delito lavrado por oficial da polícia militar. **Revista Unidade**, nº.63, 2008, p. 50-61.

LOURENÇO, Nelson. Segurança Interna. *In*: GOUVEIA, Jorge Bacelar; SANTOS, Sofia (Org.). **Enciclopédia de Direito e Segurança**. Lisboa: Almedina, 2015, p. 431-432.

MACHADO, Rocha. **A ordem e o Caos**: Factores de Influência para a Construção de uma Tipologia de Segurança. *In*: I Colóquio de Segurança Interna. Lisboa: Almedina, 2005, p. 39-53.

MATOS, Hermínio Joaquim de. **Terrorismo & Contraterrorismo Sistemas de Segurança Interna**. Lisboa: caleidoscópio, 2016.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Ensaio sobre Segurança Cidadã**. São Paulo: Quartier Latin; FAPESP, 2011.

MESQUITA NETO, Paulo de; ZACCHI, José Marcelo. **Desafios da reforma policial na América Latina**. São Paulo: FBSP. Manuscrito, 2007.

MERTENS, Fábio Alceu. **O direito Fundamental à Segurança Pública e o Serviço Público de Segurança Pública no Ordenamento Jurídico Nacional**. Itajaí: UNIVALI, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica), Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica, Centro de Ciência Jurídicas, Políticas e Sociais, 2007.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedades na Europa**. São Paulo: EDUSP, Universidade de São Paulo, 2002. (Polícia e Sociedade; nº 3).

MONJARDET, Dominique. **O que faz a Polícia**. São Paulo: EDUSP, Universidade de São Paulo, 2002. (Polícia e Sociedade; nº 10).

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. A Segurança Pública na Constituição. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, 28, nº 109, p.137-148, jan/mar 1991.

NUMERIANO, Roberto. **Serviços Secretos**: a sobrevivência dos legados autoritários. Recife: Universitária da UFPE, 2010.

OLIVEIRA, José Ferreira de. **As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento**: A Emergência do Policiamento de Proximidade. Coimbra: Almedina, 2006.

_____. **As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento**. Tese de Mestrado. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa -ISCTE: Lisboa, 2002.

OLIVEIRA, José Ferreira de. **A manutenção da ordem pública em democracia**. Lisboa: ISCPSI, 2015.

ONOFRE, Paulo Jorge Silva. **Investigação Criminal na PSP**: Modelo Actual e Perspectivas de Evolução. Lisboa: ISCPSI, 2009.

ONU, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/>. Acesso em: 20/01/2016.

PACHECO, Ana Paula Reusing; BORNHOFEN, Paulo Roberto. **Gestão Estratégica na Segurança Pública**; Livro Didático. 2.ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2007.

PEREIRA, Artur; SILVA, Nuno. Elementos para a História da Polícia de Investigação Criminal. **Revista Semestral de Investigação Criminal, Ciências Criminais e Forenses**. 2012, p. 10-49.

PESSOA, Mário. **O Direito da Segurança Nacional**. São Paulo: Biblioteca do Exército, 1971.

PINHEIRO, Marilda. Ciclo Completo da polícia militar *versus* Estado Democrático de Direito. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Suplemento Especial. Fev. /Mar., V. 10, São Paulo, 2016, p. 44-49. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/revista-brasileira-de-seguranca-publica/suplemento-especial>. Acesso em: 04/04/2016

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Conclusões finais**. In: Seminário << Os desafios da Segurança em Portugal>>. Lisboa: ISCPSI, 2013, p. 01-12.

PORDATA. **Dados Estatísticos**. Disponível em: <http://www.pordata.pt/Municipios/Popula%c3%a7%c3%a3o+residente-359>. Acesso em 05/03/2016.

PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**, de 02 de abril de 1976. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>. Acesso em 05/03/2016.

_____. **Lei nº 49/2008, Lei de Organização da Investigação Criminal**, de 27 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/livro-iv-leis-criminais/leis-processuais/outra-legislacao/organizacao-da>. Acesso em 05/03/2016.

_____. **Lei nº 53/2008, Lei de Segurança Interna**, de 29 de agosto de 2008. Disponível em: <http://legislacao.mai.gov.info/i/lei-de-seguranca-interna>. Acesso em 05/03/2016.

_____. **Decreto-Lei nº 156-B/2011, Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna**, de 29 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/641915>. Acesso em 05/03/2016.

_____. **Lei nº 63/2007, Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana**, de 06 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.gnr.pt/legislacaoGNR/leiOrganica.pdf>. Acesso em 05/03/2016.

_____. **Lei nº 53/2007, Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública**, de 31 de agosto de 2007. Disponível em: http://www.psp.pt/Legislacao/Lei_53-2007.pdf. Acesso em 05/03/2016.

_____. **Lei nº 37/2008, Lei Orgânica da Polícia Judiciária**, de 06 de agosto de 2008. Disponível em: <https://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/content?id=%7BA91EEC79-DE07-4F89-A4D7-20A9AFE553C6%7D>. Acesso em 05/03/2016.

_____. **Decreto-Lei nº 15/1993, Lei de Combate as Drogas**, de 22 de janeiro de 1993. Disponível em: http://www.dgpj.mj.pt/DGPJ/sections/leis-da-justica/livro-iv-leis-criminais/pdf6313/dl-15-1993/downloadFile/file/DL_15_1993.pdf?nocache=181570488.45. Acesso em 05/03/2016.

_____. **Decreto-Lei nº 252/2000, Lei Orgânica do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**, de 16 de outubro de 2000. Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/541741>. Acesso em 05/03/2016.

_____. **Decreto-Lei nº 248/1995, cria a Estrutura do Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e da Polícia Marítima (PM)**, de 21 de setembro de 1995. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/1995/09/219A00/58905896.pdf>. Acesso em 05/03/2016.

_____. **Decreto-Lei nº 43/2002**, define a organização e atribuições do sistema da autoridade marítima e cria a autoridade marítima nacional, de 02 de março de 2002. Disponível em: <https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2002/03/052A00/17501752.pdf>. Acesso em 05/03/2016.

_____. **Lei nº 30/1984, Lei Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa**, de 05 de setembro de 1984. Disponível em: http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c3246795a5868774d546f334e7a67774c336470626e526c654852766331396863484a76646d466b62334d764d546b344e43394d587a4d77587a45354f4451756347526d&fich=L_30_1984.pdf&Inline=true. Acesso em 05/03/2016.

_____. **Lei nº 19/2004, Lei Quadro das Polícias Municipais**, de 20 de maio de 2004. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=227&tabela=leis. Acesso em 05/03/2016.

_____. **Decreto-Lei nº 78/87, Código de Processo Penal**, de 17 de fevereiro de 1987. Disponível em: <http://app.parlamento.pt/violenciadomestica/conteudo/pdfs/legislacao/dl781987.pdf>. Acesso em 05/03/2016.

PRATA, Ana; VILALONGA, José Manuel; VIEGA, Catarina. **Direito jurídico**. 2 v. – (Dicionários jurídicos). 2º v.: Direito penal, direito processual penal. Coimbra: Almedina, 2011.

PSP. **Seminário << Os desafios da Segurança em Portugal>>**. Lisboa: ISCPSI, 2013.

RAPOSO, João. **Polícia**. In: GOUVEIA, Jorge Bacelar; SANTOS, Sofia (Org.). **Enciclopédia de Direito e Segurança**. Lisboa: Almedina, 2015, p. 307-309.

_____. **Direito Policial I**. Lisboa: Almedina, 2006.

RIBEIRO, Lucas Cabral. História das Polícias Militares no Brasil e da Brigada Militar no Rio Grande do Sul. *In*: Simpósio Nacional de História, 26, 2011. **Anais eletrônicos**. SP: USP, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313022007_arquivo_textoANPUH.pdf>. Acesso em: 08/01/2014.

REY, Jorge Antônio Penna. **Termo circunstanciado (Lei 9.099/95) embrião do ciclo completo de polícia no Brasil a experiência da Brigada Militar**. Porto Alegre: CEPGESP, 2010

RIBEIRO, Luiz Gonzaga. Polícia de Ciclo Completo, o passo necessário. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Suplemento Especial. Fev. /Mar. , V. 10, São Paulo, 2016, p. 34-43. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/revista-brasileira-de-seguranca-publica/suplemento-especial>. Acesso em: 04/04/2016

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SAPORI, Luís Flávio. Como implementar o ciclo completo de polícia no Brasil? **Revista Brasileira de Segurança Pública**. Suplemento Especial. Fev. /Mar. , V. 10, São Paulo, 2016, p. 50-58. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/produtos/revista-brasileira-de-seguranca-publica/suplemento-especial>. Acesso em: 04/04/2016

SCUSSEL, Antônio. A inteligência policial como instrumento de persecução criminal. **Revista Unidade**, nº.63, Porto Alegre: 2008, p. 50-61.

_____. **O alcance das expressões polícia ostensiva, preservação da ordem pública, polícia judiciária e apuração de infrações penais inseridas no art. 144 da Constituição Federal: Reflexos na atuação da polícia militar**. Monografia de Pesquisa do Curso de Especialização em Políticas e Gestão da Segurança Pública da Academia de Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Comentário contextual à Constituição**. 5.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

SILVA, César Augusto Pereira da; JUNIOR, Hélio Miguel Scharen. Análise da implantação do 1º núcleo de conciliação comunitária na Brigada Militar: Experiência do Comando Regional de Polícia Ostensiva do Vale do Taquari. **Revista Unidade**, Edição Especial. nº.73, Porto Alegre: 2016, p. 05-16.

SIMÕES, Moacir Almeida. **Brigada Militar: trajetória histórica e evolução na Constituição**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira. A Segurança Pública na Constituição Federal: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas. **Revista de Direito do Estado**, nº 8, 2007, p. 19-73.

SPANIOL, Marlene Inês. **Políticas Municipais de Prevenção à Violência no Brasil: Desafios e Experiências no Campo da Segurança Pública**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. PUCRS: Porto Alegre, 2016.

TEZA, Marlon Jorge. Polícia Ostensiva e Ordem Pública. **Revista Unidade**, Porto Alegre, n.º.63, 2008, p. 45-49.

_____. **Ciclo Completo de Persecução Criminal de Polícia no Brasil**. Disponível em: <http://marlonteza.blogspot.pt/2015/05/ciclo-completo-de-persecucao-criminal.html>. Acesso em: 11/06/2016.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Regime Jurídico da Investigação Criminal: Comentado e Anotado**. Lisboa: Almedina, 2003.

_____. **Contributos para uma Tipologia de Segurança Interna**. In: I Colóquio de Segurança Interna. Lisboa: Almedina, 2005, p. 69-98.

_____. A investigação criminal como motor de arranque do processo penal. **Polícia Portuguesa**, 2ª série, n.º 122, Mar/Abr., 2005b, p. 01-05.

_____. **II Colóquio de Segurança Interna – Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna**. Lisboa: Almedina, 2006.

_____. **Teoria Geral do Direito Policial**. 3.ed. Coimbra: Almedina, 2012.

VENTURA, André. Investigação Criminal. In: GOUVEIA, Jorge Bacelar; SANTOS, Sofia (Org.). **Enciclopédia de Direito e Segurança**. Lisboa: Almedina, 2015, p. 246-247.

VELASQUEZ, Douglas Pohlmann. O Estatuto das Guardas Municipais é inconstitucional. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, n. 4118, 10out.2014. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/31441>>. Acesso em: 13/05/2016.

VILELA, Mário. **Dicionário do Português Básico**. Portugal: ASA, 1996.

WILLIAN. **10 Perguntas sobre ciclo completo de Polícia**. Disponível em: <http://www.ciclocompleto.com.br/pagina/1339/10-perguntas-sobre-o-ciclo-completo-de-poliacutecia>. Acesso em: 11/06/2016.

ANEXOS

ANEXO A

N.I. n.º 25.2 BO-TC-COP da Brigada Militar

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
BRIGADA MILITAR

PORTO ALEGRE, RS,

Em 15 Jan 2013

NOTA DE INSTRUÇÃO OPERACIONAL Nº 025.2**1. FINALIDADE**

Regular os procedimentos da Brigada Militar para a lavratura de Boletins de Ocorrência.

2. BASE LEGAL

- a. Constituição da República Federativa do Brasil.
- b. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.
- c. Decreto Lei nº 3.689, de 03 Out 1941.
- d. Lei Federal nº 9.099, de 26 Set 1995.
- e. Lei Federal nº 10.259, de 12 Jul 2001.
- f. Lei Estadual nº 10.675, de 02 Jan 1996.
- g. Lei Federal nº 11.313, de 28 Jun 2006.

3. EXECUÇÃO**a. Definição de Termos****1) Sistema de Segurança Pública**

Conjunto de atribuições destinadas a assegurar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, exercidas harmonicamente pelo Estado, por meio dos órgãos definidos no art. 144 da Constituição Federal, pelos demais órgãos e poderes que têm responsabilidade sobre a ordem pública, e pela Sociedade.

2) Polícia Federal

Órgão do sistema de segurança pública, a quem compete, nos termos do art. 144, CF, a apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo dispuser a lei. Também lhe compete prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência. Ainda lhe cabe exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras. Por fim, lhe cabe exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

3) Polícia Rodoviária Federal

Órgão do sistema de segurança pública, a quem compete, nos termos do art. 144, CF, a função de patrulhamento ostensivo nas rodovias federais.

4) Polícia Ferroviária Federal

Órgão do sistema de segurança pública, a quem compete, nos termos do art. 144, CF, a função de patrulhamento ostensivo nas ferrovias federais.

5) Polícia Civil

Órgão do sistema de segurança pública, a quem compete, nos termos do art. 144, CF, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e de apuração de infrações penais, exceto as militares.

6) Polícia Militar

Órgão do sistema de segurança pública, a quem compete, nos termos do art. 144, CF, as funções de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública.

7) Polícia Judiciária

É a função de polícia voltada a dar efetividade a requisições feitas pelas autoridades judiciárias, expressas por meio de mandados judiciais, cumprida, em relação à União, com exclusividade pela Polícia Federal, e, em relação aos Estados, pelas Polícias Cíveis e Militares, conforme a quem for dirigida a ordem.

8) Apuração de Infrações Penais

É a atividade apuratória de autoria e materialidade em relação a infrações penais já ocorridas, para o que são empregadas técnicas de investigação criminal próprias.

9) Investigação Policial Criminal

É um processo de produção de conhecimento que dá suporte às atividades operacionais de apuração de infrações penais, quer em ocorrência, quer já ocorridas, assim como à gestão de elementos operacionais, através da determinação de padrões e tendências criminais num determinado espaço geográfico-temporal.

10) Polícia Ostensiva

É a atividade de vigilância da conduta normal da sociedade e de intervenção naquilo que se apresente como anormal, independentemente da ocorrência ou não de ilícito penal. A atuação assume caráter preventivo - na medida em que, por meio do policiamento ostensivo, busca inibir práticas infracionais -, assim como repressivo - na razão de sua pronta resposta a fatos criminais em situação de flagrância, caracterizando a repressão penal imediata. Atua nas quatro fases da atividade estatal policial: o ordenamento de polícia, o consentimento de polícia, a fiscalização de polícia e a sanção de polícia, tendo, portanto, suas atribuições preventivas e de repressão penal imediata, alcance pleno.

11) Ordem Pública

Estado que abrange a segurança pública, a tranquilidade pública e a salubridade pública, e opera para que o bem comum, e a pacífica e harmoniosa convivência social preponderem, segundo os valores legais, morais e políticos de uma determinada sociedade.

12) Preservação da Ordem Pública

É função primordial do Estado, atribuída, amplamente, aos órgãos para tal fim definidos no artigo 144 da Constituição Federal e, em sentido estrito, às Polícias Militares, que compreende a manutenção da ordem, no estado de normalidade, o seu restabelecimento, quando rompida, e o seu aperfeiçoamento, quando necessário.

13) Policiamento Ostensivo

É o conjunto de ações policiais, exclusivo das Polícias Militares, que se caracteriza pela dissuasão, decorrente da pronta identificação, própria do policial fardado e dos equipamentos e meios empregados, característico da fase de fiscalização, na atividade policial, dirigidas, prioritariamente, à manutenção da ordem pública.

14) Prevenção Criminal Primária:

Fase da prevenção criminal, orientada às causas, às raízes do conflito criminal, para neutralizá-lo antes que o problema se manifeste, criando os pressupostos

necessários para resolver as situações de vulnerabilidade, criminogênicas, em que a educação, a socialização, a moradia, o trabalho, o bem-estar social, a qualidade de vida, são os aspectos essenciais, correspondendo, tais exigências, a estratégias de política cultural, econômica e social, cujo objetivo último é o de dotar os cidadãos de capacidade para superar, de forma produtiva, eventuais conflitos.

15) Prevenção Criminal Secundária

Fase da prevenção criminal que se funda em políticas de ordem legislativa, em programas de prevenção policial, ordenação e ocupação do espaço urbano, etc., e atua não quando e onde o conflito criminal é gerado, mas quando e onde ele se exterioriza.

16) Prevenção Criminal Terciária

Fase da prevenção criminal que consiste na adoção de políticas públicas e ações comunitárias tendo por foco o apenado, a quem devem ser dirigidas ações que visem a evitar a reincidência criminal.

17) Autoridade Policial

É a pessoa que se encontra investida em função policial.

18) Boletim de Ocorrência

Documento operacional destinado ao registro dos Termos Circunstanciados, e das Comunicações de Ocorrências Policiais.

19) Termo Circunstanciado / BO-TC

Boletim lavrado pelo policial militar no atendimento às ocorrências decorrentes de infrações penais de menor potencial ofensivo, no qual devem ser registrados os dados essenciais do fato, desde que presentes os elementos do flagrante delito e que o autor do fato assuma o compromisso de comparecer ao Juizado Especial Criminal, na data estabelecida pelo policial, ou quando for regularmente intimado. É instrumento de Polícia Comunitária, utilizável para a resolução de conflitos na seara criminal, de menor potencial ofensivo, como medida restaurativa imediata.

20) Comunicação de Ocorrência Policial / BO-COP

Boletim lavrado pelo policial militar que atender à ocorrência, em que devem ser registrados os dados essenciais do fato, nas infrações penais de menor ou maior potencial ofensivo, desde que ausentes os elementos do flagrante delito.

21) Boletim de Atendimento

Documento operacional lavrado pelos executores da atividade de linha, que visa a registrar as ações e providências preventivas, repressivas e de intervenção da Polícia e dos Bombeiros da Brigada Militar, devendo ser lavrado em toda atuação policial militar, decorrente da execução de serviço, atendimento de chamado, comparecimento ou intervenção.

22) Infrações penais de menor potencial ofensivo

São todas as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos de restrição de liberdade.

23 Juizados Especiais Criminais

São Órgãos do Poder Judiciário que têm competência para a conciliação, o julgamento e a execução das penas relativas às infrações penais de menor potencial ofensivo.

24) Crimes de ação penal pública incondicionada

São os crimes em que a ação penal é promovida pelo Ministério Público, independentemente de qualquer manifestação de vontade da vítima.

25) Crimes de ação penal pública condicionada

São os crimes cuja ação penal é promovida pelo Ministério Público, mediante a representação do ofendido ou de seu representante legal.

26) Crimes de ação penal privada

São os crimes em que a ação penal é promovida pela parte ofendida ou seu representante legal, através de uma queixa-crime.

27) Contravenções Penais

Infrações penais de pequeno potencial ofensivo, cuja ação é sempre pública incondicionada, definidas na Lei de Contravenções Penais.

b. Procedimentos Policiais

Conforme Anexo “B” – Procedimentos de Polícia Ostensiva

c. Processamento e encaminhamento dos Termos Circunstanciados

1) Os Boletins de Ocorrência na forma de Termos Circunstanciados (BO-TC) serão processados no P3 ou Seções correspondentes das Unidades ou Frações.

2) Serão revisados os dados constantes do BO-TC, com análise da conformação do fato a um ou mais delitos de menor potencial ofensivo, incluindo nos autos a cópia digitalizada no OCR, para remessa ao Juizado Especial Criminal.

3) A digitação do tipo penal no sistema OCR, constante do campo “fato” do Termo Circunstanciado, deve coincidir com o consignado pelo policial militar, ou pelo Oficial revisor, no documento operacional.

4) Todos os documentos operacionais produzidos em relação ao fato, bem como os Boletins de Atendimento Médico, nos casos de lesões leves e culposas, devem ser juntados ao BO-TC.

5) Os BO-TC devem, no menor prazo possível, ser lançados no Sistema OCR.

Depois de inseridos no OCR, os BO-TC, com os respectivos anexos e objetos apreendidos, devem ser remetidos ao Juizado Especial Criminal ou Órgão Judiciário respectivo, pelo Comandante da Unidade ou Fração, ou por autoridade delegada.

6) Os momentos da lavratura do BO-TC e de seu encaminhamento ao JECrim serão comunicados, pela Unidade ou Fração, mensalmente, ao Comando Regional;

7) As diligências complementares aos Boletins de Ocorrências, quando requeridas pela Unidade e Frações, deverão designar Setor, na 3ª Seção ou correspondente, para o processamento das ocorrências registradas por seu efetivo.

d. Processamento e encaminhamento das Comunicações de Ocorrências Policiais

Os Boletins de Ocorrência na forma de Comunicação de Ocorrência Policial deverão ser processados no P3 ou Seções correspondentes, das Unidades ou Frações.

1) Serão revisados os dados constantes do BO-COP, com análise da conformação do fato a um ou mais delitos, incluindo nos autos a cópia digitalizada no OCR, para remessa à Delegacia de Polícia da circunscrição.

2) Serão juntados todos os documentos produzidos em relação ao fato, bem como os Boletins de Atendimento Médico.

3) A ocorrência será lançada no Sistema Informatizado Policial (SIP), consignando, no Boletim de Ocorrência, acima do NGO, a frase: “DIGITADO NO SISTEMA SIP”, através de carimbo próprio do CRPO ou da Unidade/Fração, devendo constar, também, a rubrica do policial militar que digitou os dados.

4) A remessa do BO-COP deverá ser feita on-line. Caso sejam produzidos outros documentos e/ou apreendidos objetos (ex.: Ofícios, Boletim de Atendimento Médico Hospitalar, entre outros), deverão ser remetidos, através de ofício, à Delegacia de Polícia da circunscrição.

e. Controle e registros dos Boletins de Ocorrências

As Unidades ou Frações deverão registrar e controlar aos Boletins de Ocorrências (BO-COP/BO-TC), através dos seguintes livros:

- 1) Livro de Controle de Boletins de Ocorrência;
- 2) Livro de Controle de Pauta do JECrim, caso a Unidade agende as audiências do JECrim;
- 3) Livro de Registro de Material e Objetos Apreendidos ou Arrecadados (entrada e saída);
- 4) Livro de Anulação de Boletins de Ocorrências.

A anulação de BO, quando feita por erro ou inadequação formal de preenchimento, será feita através da lavratura de outro Boletim, com as informações corretas e de forma imediata à anulação, sendo o NGO do Boletim incorreto lançado como SUBSTITUÍDO. Não sendo o caso de confecção de novo BO, por ser a anulação decorrente de lavratura indevida, o registro será lançado no Livro de Anulação como CANCELADO.

- 5) Pasta/Arquivo de Comunicações de Prisões ao Ministério Público.

f. Atribuições do EMBM, dos Departamentos e dos CRPO:

1) EMBM/PM3

a) Estruturar e manter uma Assessoria de Suporte Institucional ao Pleno Atendimento Policial.

b) Manter atualizado o Manual de Procedimentos Operacionais para lavratura dos Boletins de Ocorrências.

c) Editar Instruções Complementares e Orientações.

2) Departamento de Informática.

a) Administrar o acesso, para consultas e registro dos dados lavrados nos Boletins de Ocorrência, junto ao Sistema de Informações Policiais do Estado, hospedado na PROCERGS, bem como acesso ao SIGBM.

b) Habilitar e treinar militares, na instância de Comando Regional, visando a propiciar condições para coordenar e fiscalizar a operação dos terminais com acesso ao Sistema de Informações Policiais e SIGBM, repassando as instruções normativas emitidas pelo DI.

c) Propiciar condições para alimentação on-line pelos OPM interligados, em todas as Unidades ou Frações situados em sedes de Comarca, através de software próprio (OCR), lançando os Boletins de Ocorrência no Sistema de Informações Policiais do Estado;

d) O Boletim de Ocorrência poderá ser lavrado diretamente no Sistema OCR, sendo atribuído, pelo policial que está lavrando o termo, o NGO de seu talonário. Após o registro, este deverá ser impresso e assinado por todas as partes, sendo anexado o Boletim de Ocorrência pré-impresso do talonário ao impresso do Sistema;

e) Disponibilizar relatórios estatísticos virtuais sobre andamento dos Boletins de Ocorrências, observando ambas as formas de elaboração (TC ou COP).

3) Departamento de Logística e Patrimônio (DLP)

a) Disponibilizar os recursos materiais, equipamentos, formulários dos anexos e exemplares do Manual de Procedimentos, necessários à operação do sistema;

b) Providenciar na confecção e distribuição os talonários do Boletim de Ocorrência;

c) Controlar a numeração sequencial dos Boletins de Ocorrência;

d) Estabelecer as normas e prazos quanto a pedidos e estoques mínimos;

e) Controlar, através do sistema, a distribuição, por Unidade, englobando o estoque mínimo, a fim de reposição imediata automática ou remanejo na Corporação.

4) CRPO, CPC, CPM, CRBM, CABM, CCB e COE

- a) Auditar sistematicamente as Unidades e Frações subordinados;
- b) Instruir seu efetivo, quanto à forma de operação do sistema para a lavratura do Boletim de Ocorrência;
- c) Desenvolver relações institucionais, com os seguintes objetivos:
 - (1) Os Comandantes e Chefes, pessoalmente, ou por Oficiais especificamente designados, deverão promover audiências e, se possível, debates de avaliação periódica com os representantes dos demais órgãos envolvidos.
 - (2) Os Comandantes de Unidades e de Frações deverão envidar esforços junto ao Poder Judiciário, no sentido de fixar rotinas de trabalho, inclusive com disponibilização de data certa para realização de audiências do JECrim, tramitação do material apreendido, estabelecimento de processos de correção de efeitos indesejáveis na confecção dos TC, repasse de recursos materiais, etc.;
 - (3) Junto ao Ministério Público, deverão ser tomadas providências imediatas no sentido de proporcionar a correção de procedimentos inadequados ou indesejados, no processamento dos BO-TC;
 - (4) Junto à Polícia Civil e à Polícia Federal, o Comando da Unidade ou Fração fixará rotinas para remessa dos BO-COP e do material apreendido, estabelecendo, desde logo, processo para ajuste de eventuais preenchimentos indesejados ou tramitação inadequada das COP;

4. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

- a. O Oficial de Serviço Externo tem a seu cargo a fiscalização e a coordenação da lavratura dos Boletins de Ocorrências, orientando e adequando os procedimentos às normas estabelecidas. Nas Unidades em que não houver Oficial de Serviço Externo, cabe ao respectivo Comandante Regional estabelecer as rotinas de orientação e adequação destes procedimentos.
- b. A revisão do BO-TC e do BO-COP, bem como o encaminhamento para órgãos externos, deverá ser feita por Oficial QOEM.
- c. O Boletim de Ocorrência terá suas páginas rubricadas pelo servidor que o preencher e, sempre que possível, pelas partes envolvidas na ocorrência.
- d. Na lavratura do Boletim de Ocorrência, os procedimentos serão adotados no local dos fatos, liberando as Partes. Ante a conveniência do procedimento e da pacificação do conflito, entretanto, poderão, vítima e autor, ser conduzidos para local apropriado, onde será lavrado o BO.
- e. Após o início da lavratura do BO-TC, havendo composição entre a vítima e o autor, querendo aquela desistir da queixa ou da representação, deverá o policial encaminhar as partes ao atendimento médico, se necessário, preencher o BO-TC e colher a manifestação da vítima, no histórico, a respeito da desistência.
- f. O isolamento do local de crime, até o encerramento dos atos de perícia, ficará a cargo da Brigada Militar, salvo na hipótese em que faça a entrega da ocorrência à Polícia Civil/Polícia Federal.
- g. Quando da solicitação de perícia em Comunicação de Ocorrência Policial (BO/COP), o PM que atender a ocorrência deve informar ao perito do IGP o NGO, bem como solicitar, deste, o número da ocorrência no IGP, consignando tal dado no relatório da ocorrência. Quando da inserção de dados no sistema, deve, simultaneamente, ser expedido ofício ao Departamento de Perícias, contendo: NGO, número do IGP, nome do autor, nome da vítima, endereço, hora da ocorrência e a informação sobre para qual Delegacia de Polícia deve ser encaminhado o referido laudo pericial.

- h. Havendo impossibilidade de inserção de dados do Termo Circunstanciado e da Comunicação de Ocorrência Policial por falha no sistema de informática, deve a Unidade ou Fração fazer as inserções no ponto mais próximo em condições de realizar esta tarefa. Na hipótese de inserção dos dados em outro ponto, os prazos não devem ultrapassar 24 horas, a contar do registro efetuado pelo policial militar, no caso de Comunicação de Ocorrência Policial, e 05 (cinco) dias, a partir da lavratura, na hipótese de Termo Circunstanciado.
- i. Nas Comarcas em que ainda não tiver ocorrido a instalação de JECrim, os BO-TC deverão ser encaminhados ao Juízo Criminal respectivo.
- j. Cabe aos Comandantes dos CRPO, COE, CRBM, CABM e CCB e ao Diretor do DI adotar as necessárias providências para que, em todas as Unidades ou Frações sede de Comarcas, haja servidores habilitados a consultar e registrar os dados constantes dos Boletins de Ocorrência.
- k. Os Comandantes dos CRPO, COE, CRBM e CABM deverão estabelecer contatos, diretamente ou através das Unidades ou Frações subordinados, com os JECrim, visando a definir o modo de elaboração da pauta de audiências.
- l. Os Boletins lançados na forma de Termo Circunstanciado, quando baixados em diligência, serão complementados pela Unidade ou Fração, para o qual for dirigida a requisição judicial ou ministerial.
- m. As ocorrências de furto ou roubo de veículos, após lavrado o Boletim, serão imediatamente comunicadas para a Unidade (militar ou civil) mais próxima, apta para cadastro, objetivando o oportuno lançamento no sistema informatizado, do qual será dada baixa quando da recuperação do veículo.
- n. Os Termos Circunstanciados e as Comunicações de Ocorrências Policiais lavrados pelo GSVG, juntamente com os materiais apreendidos no atendimento das ocorrências, devem ser encaminhados à Unidade ou Fração do município em que foram confeccionados, a fim de serem inseridos os dados no sistema de informática e encaminhados ao Poder Judiciário ou Delegacia de Polícia.
- o. As causas de aumento e diminuição da pena, bem como as atenuantes e agravantes, constantes da parte geral do Código Penal, não serão consideradas para a classificação da infração penal como sendo ou não de menor potencial ofensivo.
- p. Quando o fato for penalmente atípico, será preenchido tão-somente o Boletim de Atendimento.
- q. Na hipótese de que o fato atípico esteja vinculado diretamente a um tipo penal (Exemplo: a recuperação de automóvel furtado é vinculada a um furto de veículo automotor), será lavrado o BO-COP, a fim de permitir a sua integração à ocorrência relativa ao fato típico,
- r. A presente NI revoga as disposições em contrário, em especial a Nota de Instrução Operacional 025.1 e seus anexos.

SERGIO ROBERTO DE ABREU
Coronel QOEM - Comandante-Geral

ANEXOS:

- Anexo "A" – Boletim de Ocorrência Policial e Normas de Preenchimento .
Anexo "B" – Padrões de Procedimentos Policiais (PPP).
Anexo "C" – Infrações Penais de Menor Potencial Ofensivo

ANEXO B

Parecer do Conselho da Magistratura do Estado de Santa Catarina, ao responder à consulta no sentido de avaliar a ilegalidade na lavratura de termos circunstanciados pela Polícia Rodoviária Federal, nos autos da consulta n.º 2008.900015-8

LAVRATURA DE TERMOS CIRCUNSTANCIADOS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL É LEGAL!

Consulta n. 2008.900015-8, da Capital

CONSULTA FORMULADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO ACERCA DA LEGALIDADE DA LAVRATURA DE TERMOS CIRCUNSTANCIADOS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL PREVISTA NO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA CELEBRADO ENTRE AQUELAS INSTITUIÇÕES, NO PROVIMENTO N. 04/1999 DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DESTE TRIBUNAL E NO DECRETO N. 660/2007 DO GOVERNO DO ESTADO. INTERPRETAÇÃO DA EXPRESSÃO “AUTORIDADE POLICIAL” INSCULPIDA NO ART. 69 DA LEI N. 9.099/95. AUSÊNCIA DE ÓBICE LEGAL, À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 144, §§ 2º E 4º) E DOS PRINCÍPIOS DA CELERIDADE E INFORMALIDADE, NORTEADORES DA LEI N. 9.099/95 PARA A AUTORIZAÇÃO. NORMAS SIMILARES NOS ESTADOS DO PARANÁ, SÃO PAULO, RIO GRANDE DO SUL E RIO GRANDE DO NORTE. ORIENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA NESTE SENTIDO.

Em atenção ao espírito da Lei n. 9.099/95, de celeridade na prestação jurisdicional e de informalidade, e para os fins específicos de realização do termo circunstanciado em crimes de menor potencial ofensivo, não se vislumbra óbice legal na lavratura de tais atos pela Polícia Rodoviária Federal.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Consulta n. 2008.900015-8, da comarca da Capital, em que são consulentes Odil José Cota e Aurino Alves de Souza:

ACORDAM, em Conselho da Magistratura, por votação unânime, responder à consulta no sentido de não se constatar ilegalidade na lavratura de termos circunstanciados em crimes de menor potencial ofensivo pela Polícia Rodoviária Federal. Custas na forma da lei.

I - RELATÓRIO

Os Procuradores de Justiça Odil José Cota e Aurino Alves de Souza, o primeiro Coordenador-Geral do Centro de Apoio Operacional Criminal e o segundo do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, formularam consulta ao Corregedor-Geral da Justiça, acerca da legalidade da lavratura de termos circunstanciais e boletins de ocorrência circunstanciais pela Polícia Rodoviária Federal, em consonância com o Termo de Cooperação Técnica n. 005/2004, celebrado entre o Ministério Público e a 8ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, em 26.4.2006.

Esclarecem que, apesar de se objetivar a celeridade na prestação jurisdicional para o combate à impunidade e à prevenção de prática de crimes no âmbito das rodovias federais, ainda há divergência sobre a legitimidade dos citados policiais para a lavratura de tais documentos; a autorização pode ocasionar o indiciamento dos

policiais rodoviários em crime de usurpação de função pública e agravar as relações institucionais.

O feito foi autuado na Corregedoria-Geral da Justiça sob o número CGJ 0237/2006.

O Juiz Corregedor, Samir Oséas Saad, opinou pela remessa de ofício a todas as Corregedorias-Gerais da Justiça do país, a fim de se obter maiores subsídios acerca da matéria, que é polêmica e divergente (fls. 34).

As respostas das Corregedorias-Gerais da Justiça foram acostadas às fls. 78/165 e 172/192.

Manifestação do Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina às fls. 193/195, que dá ciência do processo de expansão da lavratura do Termo Circunstanciado pela Polícia Militar, em consonância com o Provimento n. 04/99 da CGJ e com os ditames da Lei n. 9.099/95.

Aduz que, desde a edição do citado Provimento, a Polícia Militar Ambiental lavrou cerca de 5.600 Termos Circunstanciados em infrações penais de menor potencial ofensivo ao meio ambiente, experiência esta que serve de exemplo a todo o país; posteriormente, tal procedimento também foi seguido pelo Pelotão da PM do Município de Pomerode nos delitos de trânsito, pela Guarnição Especial de Florianópolis e pelo 4º Batalhão da PM da mesma cidade; em abril do corrente ano, a Polícia Rodoviária Federal também aderiu ao projeto.

Ressalta a sólida segurança jurídica de que se reveste a decisão de expandir a competência para a lavratura dos termos pela Polícia Militar de todo o Estado e destaca os benefícios aos cidadãos, tais como o atendimento no local da infração, a celeridade no desfecho do procedimento, o aumento na sensação de punibilidade, redução no tempo de atendimento pela autoridade policial e liberação do efetivo da Polícia Civil para concentrar esforços na investigação das infrações penais.

A Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Santa Catarina juntou documentos às fls. 235/255.

Em ofício conjunto (fls. 256/258), o Delegado Geral da Polícia Civil de Santa Catarina, a Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Santa Catarina e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Segurança Pública de Santa Catarina salientam que os recentes e lamentáveis incidentes envolvendo a Polícia Militar de Santa Catarina e a Guarda Municipal de Florianópolis trouxeram à tona um debate mais profundo sobre a função constitucional das polícias e as consequências do seu desvirtuamento para a vida dos cidadãos e dos profissionais de segurança.

Ponderam que, muito além do conflito de competências, os fatos revelam exacerbação do poder e deliberada intenção de atender a interesses antagônicos de uma instituição em detrimento aos anseios de uma sociedade que clama por segurança; a inversão da ordem legal pode afetar a segurança pública, pois contribui para a diminuição do efetivo direcionado à prevenção de crimes.

A Constituição Federal é muito clara ao fixar as funções das polícias estaduais, delegando à Polícia Civil o policiamento judiciário investigativo e à Polícia Militar o policiamento ostensivo e preventivo: cabe à primeira as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares, atuando na investigação que antecede o crime e, após seu cometimento, na requisição de mandados de busca domiciliar, interceptação telefônica e no cumprimento das ordens judiciais; já à segunda compete a preservação da ordem pública e policiamento ostensivo; a Polícia Rodoviária Federal, por sua vez, criada e mantida pela União, destina-se ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

Sustentam que parte desse desvio de função se deve ao Provimento n. 04/99, da Corregedoria-Geral da Justiça, norma esta acoimada de inconstitucionalidade, porquanto legisla sobre matéria de competência da União ao autorizar a Polícia Militar a elaborar o termo circunstanciado, e, por conseguinte, referenda a usurpação de função e agrava o conflito entre as instituições policiais.

Em reunião realizada na Corregedoria-Geral da Justiça desta Corte, foram relatados inúmeros casos de mandados de buscas domiciliares requisitados pela Polícia Militar e autorizados pelo Judiciário, muitas vezes desarticulando investigações da Polícia Civil em andamento há meses. Segundo apuraram em Autos de Prisão em Flagrante lavrados pela Polícia Civil, as pessoas detidas pela PM são encaminhadas ao quartel, fotografadas, agredidas e, somente depois, enviadas às delegacias de polícia, em total desrespeito aos princípios constitucionais de assistência de advogado. Felizmente, alguns membros da magistratura catarinense têm se manifestado contrariamente à expedição de mandados de busca domiciliar para cumprimento pela PM.

Demonstram preocupação com o quadro de inconstitucionalidade e recomendam aos Magistrados do Estado que 1) autorizem o cumprimento dos atos citados apenas aos delegados de polícia, 2) a revogação do Provimento n. 04/99 e 3) o não recebimento de Termos Circunstanciados lavrados pelas Polícia Militar e Rodoviária Federal, sem o aval prévio da autoridade policial competente.

Acostaram documentos às fls. 259/532.

Parecer do Juiz Corregedor às fls. 534/545, acolhido pelo Corregedor-Geral da Justiça à fl. 557.

A douta Procuradoria-Geral de Justiça opinou favoravelmente à lavratura de Termos Circunstanciais por policiais militares (fls. 561/565).

II - VOTO

Trata-se de consulta formulada pelos Procuradores de Justiça Odil José Cota e Aurino Alves de Souza ao Corregedor-Geral da Justiça, sobre a legalidade da lavratura de termos circunstanciais e boletins de ocorrência circunstanciais pela Polícia Rodoviária Federal.

Tal expediente teve origem em razão de divergências entre as polícias civil e militar, a exemplo do noticiado indiciamento de policiais militares por delegados de polícia pela prática de crime de usurpação de função pública, especialmente diante do Termo de Cooperação Técnica n. 005/2004, celebrado em 26.4.2006, entre o Ministério Público Estadual e a 8ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, que autoriza que a Polícia Rodoviária Federal proceda à lavratura de termos circunstanciados nas infrações de menor potencial ofensivo.

O Comandante-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, em manifestação às fls. 193/195, revela o sucesso da realização de termos circunstanciados por policiais ambientais e informa a intenção de expandir o projeto aos demais policiais militares estaduais, dando plenitude ao contido no Provimento n. 04/99 da CGJ e na Lei n. 9.099/95, e enumera seus benefícios:

- . Atendimento ao cidadão no local da infração, não havendo a necessidade deste deslocar-se até a delegacia para lavratura do Termo Circunstanciado, que por muitas vezes não é realizado naquele momento, tendo o cidadão que retornar posteriormente para término do procedimento;
- . Celeridade no desfecho dos atendimentos policiais, em benefício do cidadão;
- . Aumento da sensação de punibilidade, pois no local dos fatos todos terão conhecimento dos desdobramentos e implicações decorrentes, inclusive com o agendamento da audiência judicial, quando possível;

- . Redução do tempo de envolvimento das guarnições policiais nas ocorrências, possibilitando a ampliação de ações de caráter preventivo e não somente de resposta a solicitações;
- . Manutenção do aparato policial em sua área de atuação, não havendo a necessidade do deslocamento da guarnição para a delegacia;
- . Liberação do efetivo da Polícia Civil para centrar esforços na apuração (investigação) das infrações penais.

Em contrapartida, o Delegado Geral da Polícia Civil de Santa Catarina, a Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de Santa Catarina e o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Segurança Pública de Santa Catarina, em ofício conjunto (fls. 256/258), demonstram o descontentamento da categoria, informando a existência de fatos que indicam exacerbação do poder e deliberada intenção de atender a interesses antagônicos de uma instituição em detrimento aos anseios da sociedade.

Argumentam que a Constituição Federal é clara ao fixar as funções das polícias estaduais, delegando à Polícia Civil o policiamento judiciário investigativo e as funções de polícia judiciária e à Polícia Militar o policiamento ostensivo e preventivo, enquanto que a Polícia Rodoviária Federal destina-se ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais, e que, em reunião na CGJ desta Corte, demonstraram que o Provimento n. 04/99 é norma eivada de inconstitucionalidade.

Terminam por requerer ao Corregedor-Geral da Justiça o seguinte pleito:

- 1) Recomendar aos Magistrado Catarinenses, que de posse de informações de policiais militares por intermédio do Ministério Público representando pela expedição de mandados de buscas domiciliares, interceptações telefônicas se autorizados, sejam cumpridos sob o comando de um Delegado de Polícia, tudo nos termos da Constituição Federal;
- 2) Apreciação do Provimento n. 04/99 dessa Corregedoria, e sua possível revogação;
- 3) TC's formulados pela Polícia Militar ou pela Polícia Rodoviária Federal, não sejam recebidos pelos magistrados, senão após a interferência da Autoridade Policial – Delegado de Polícia (fl. 258).

O citado Termo de Cooperação Técnica n. 005/2004, de 15.7.2004, autoriza que a Polícia Rodoviária Federal proceda à lavratura de termos circunstanciados nas infrações de menor potencial ofensivo, verbis:

Cláusula Terceira – Tendo em vista o pronto atendimento das infrações de menor potencial ofensivo, as partes estabelecem que a todo Policial Rodoviário Federal é cometida a tarefa de lavrar os Termos Circunstanciados de que trata o artigo 69 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Precedentemente, o Provimento n. 04/1999, de 15.1.1999, da Corregedoria-Geral da Justiça desta Corte, fez as seguintes ponderações e resolveu:

O Excelentíssimo Senhor Desembargador FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 383 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, a Corregedoria-Geral da Justiça é órgão de fiscalização e orientação da Justiça de Primeiro Grau;

CONSIDERANDO que “A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários (art. 69, da Lei 9.099/95);

CONSIDERANDO a necessidade da Justiça de Primeiro Grau conhecer e julgar todas as infrações penais de menor potencial ofensivo, cuja impunidade constitui germe de fatos mais graves;

CONSIDERANDO que a imprecisão acerca do conceito de autoridade policial pode prejudicar a investigação de um fato punível, embaraçando o funcionamento de parte da Justiça Criminal (CDOJESC, art. 383, IX);

CONSIDERANDO que todo policial, inclusive de rua, é autoridade policial (2ª Conclusão da Reunião de Presidentes de Tribunais de Justiça, Vitória/ES, 20/10/95);

CONSIDERANDO que autoridade policial compreende todas as autoridades reconhecidas por lei (9ª Conclusão da Comissão Nacional de Interpretação da Lei nº 9.099/95, da Escola Nacional da Magistratura, Brasília, 10/95);

CONSIDERANDO que “A expressão ‘autoridade policial’, prevista no art. 69 da Lei nº 9.099/95 abrange qualquer autoridade pública que tome conhecimento da infração penal no exercício do poder de polícia” (1ª Conclusão da Confederação Nacional do Ministério Público, Júlio Fabrini Mirabete, “Juizados Especiais Criminais, 2ª ed., Editora Saraiva, pág. 60);

CONSIDERANDO que, embora peça híbrida entre o boletim de ocorrência e o relatório do Inquérito Policial (Joel Dias Figueira Júnior e Maurício Antônio Ribeiro Lopes, “Comentários à Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais”, ed. RT., 2ª ed., pág.472), nada impede que a autoridade policial responsável pela lavratura do termo circunstanciado “seja militar” (Damásio E. de Jesus, “Lei dos Juizados Especiais Criminais Anotada”, 2ª ed., Editora Saraiva, pág. 53);

RESOLVE:

Art. 1º - Esclarecer que autoridade, nos termos do art. 69 da Lei nº 9.099/95, é o agente do Poder Público com possibilidade de interferir na vida da pessoa natural, enquanto o qualificativo policial é utilizado para designar o servidor encarregado do policiamento preventivo ou repressivo.

Transcreve-se, a propósito, o artigo 69 da Lei n. 9.099/95, que instituiu os juizados especiais:

A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários.

A Constituição Federal, no art. 144, regulamenta as competências dos órgãos que compõem a segurança pública, entre eles as polícias civil, militar e rodoviária federal:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...] § 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

[...] § 4º - Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Em fazendo o cotejo das citadas normas, percebe-se claramente que a divergência se dá em razão do conceito de autoridade policial expresso no art. 69 da Lei n. 9.099/95: se a interpretação deve ser restritiva, competente seriam apenas os delegados de polícia (polícia judiciária) ou extensiva, autorizando-se também os policiais militares e policiais rodoviários federais a lavrarem os Termos Circunstanciados.

É consabido que a Lei n. 9.099/95 foi criada com o objetivo de dar mais celeridade e menos formalismo às demandas judiciais, ou “em outros termos, introduziu-se no mundo jurídico um novo sistema, ou, ainda melhor, um microsistema de natureza instrumental de criação constitucional obrigatória – o que não se confunde com a facultatividade ou obrigatoriedade da jurisdição –, destinado à rápida e efetiva atuação do direito voltado à satisfação dos jurisdicionados e à pacificação social” (Fernando da Costa Tourinho Neto e Joel Dias Figueira Júnior, Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais, 2ª ed., São Paulo: RT, 2007, p. 44).

Além disso, deve se reconhecer que o termo circunstanciado é um documento com menor rigor do que o inquérito policial, já que contempla apenas a descrição dos fatos ocorridos e a indicação das partes envolvidas, tal como um boletim de ocorrência. Não se trata, pois, de função investigativa – esta sim de competência exclusiva da polícia civil.

Nos dizeres de Damásio de Jesus:

Um simples boletim de ocorrência circunstanciado substitui o inquérito policial. Deve ser sucinto e conter poucas peças, garantindo o exercício do princípio da oralidade (Lei dos Juizados Especiais Criminais, 9ª ed., São Paulo: Saraiva, 2004, p. 37).

Para Fernando da Costa Tourinho Filho:

Trata-se de medida rápida e despida de maiores formalidades. Segundo dispõe o artigo sob comento, quando a autoridade policial tomar conhecimento de uma infração de menor potencial ofensivo, limitar-se-á a determinar a lavratura de um ‘Termo Circunstanciado’ e, em seguida, o encaminhará, juntamente com o autor do fato e a vítima, ao Juizado, providenciando eventuais exames periciais necessários. Prescinde-se de inquérito, pois, se o processo, no Juizado, é orientado pelos princípios da informalidade e celeridade, dentre outros, nada adiantaria a medida legislativa se se devesse instaurá-lo...

O Termo Circunstanciado nada mais representa senão um boletim de ocorrência mais completo, embora sem as minúcias do RAT (Relatório de Acidente de Trânsito) da Polícia Rodoviária. Deve conter a qualificação dos envolvidos e de eventuais testemunhas, se possível com a indicação do número de seus telefones, uma súmula das suas versões e o compromisso que as partes assumiram de comparecer perante o Juizado... (Comentários à Lei dos Juizados Especiais Criminais, São Paulo: Saraiva, 2000, p. 67).

Neste contexto, a permissão para que a Polícia Rodoviária Federal realize os termos circunstanciados no âmbito de sua jurisdição e na qualidade de autoridade investida da função policial nas rodovias federais, está em consonância com o objetivo da lei dos juizados especiais e, por extensão, com os anseios da sociedade.

A esta conclusão também chegou a Comissão Nacional de Interpretação da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1.995, sob a Coordenação da Escola Nacional da Magistratura ao publicar que:

A expressão autoridade policial referida no art. 69 compreende quem se encontre investido em função policial, podendo a Secretaria do Juizado proceder à lavratura de termo de ocorrência e tomar as providências previstas no referido artigo (nona conclusão). (Disponível em: <<http://www.bdjur.stj.gov.br>>. Acesso em 30.06.2008).

No mesmo norte, o Enunciado 34, editado pelo Fórum Nacional de Juizados especiais:

Atendidas as peculiaridades locais, o termo circunstanciado poderá ser lavrado pela Polícia Civil ou Militar (Enunciado atualizado até o XXIII Encontro Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais do Brasil, ocorrido entre 23 e 25 de abril de 2008, na cidade de Boa Vista/RR. Disponível em: <<http://www.fonaje.org.br/enunciados.asp>>. Acesso em 30.06.2008).

A questão é muito debatida pela doutrina que, embora conte com posicionamentos contrários à realização de Termos Circunstanciados por policiais militares (a exemplo de Julio Fabbrini Mirabete, Juizados Especiais Criminais: Comentários, jurisprudência e Legislação, 5ª ed., São Paulo: Atlas, 2002, p. 90), é mais forte no sentido da amplitude do conceito de autoridade policial insculpido no art. 69 da Lei n. 9.099/95:

[...] A Lei n. 9.099/95, inovando a sistemática até então vigente, adotou o modelo consensual de jurisdição, já existente no ordenamento jurídico dos países mais desenvolvidos, rompendo com os tradicionais dogmas da jurisdição conflitiva seguida pelo CPP. Buscando sempre a agilização da prestação jurisdicional para as infrações de diminuto potencial ofensivo, consagrou novos postulados, como o da supremacia da autonomia da vontade do acusado ou suspeito, sobre princípios antes tidos como obrigatórios, como os da ampla defesa e do contraditório. Nessa nova sistemática, os princípios aplicáveis são os da informalidade, celeridade e economia processual, levando-nos a uma releitura da expressão 'autoridade policial', para os seus fins específicos. A interpretação mais fiel ao espírito da lei, aos seus princípios e à sua finalidade, bem como a que se extrai da análise literal do texto, é a de que 'autoridade policial', para os estritos fins da Lei comentada, compreende qualquer servidor público que tenha atribuições de exercer o policiamento, preventivo ou repressivo. Se interpretarmos a lei nova sob a ótica do CPP, não resta dúvida de que autoridade policial é o Delegado de Polícia (arts. 4º, 6º, 7º, 13, 15, 16, 17, 23, 320, 322 etc). Se, entretanto, a analisarmos à luz da CF e dos princípios que a informam, encontraremos conceito de maior amplitude, o que atende à finalidade do novo sistema criminal (Damásio de Jesus, op. cit., p. 49).

E:

A autoridade que deve lavrar o termo circunstanciado é aquela que tomou conhecimento do fato. Pode ser da Polícia Judiciária, da Polícia Militar, da Polícia Federal ou mesmo da secretaria do Juizado... (L. G. Grandinetti Castanho de Carvalho, Lei dos Juizados Especiais Criminais – Comentada e Anotada, 4ª ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, p. 62).

Mais:

Qualquer autoridade policial poderá ter conhecimento do fato que poderia configurar, em tese, infração penal. Não somente as polícias federal e civil, que têm a função institucional de polícia judiciária da União e dos Estados (art. 144, § 1º, inc. IV, e § 4º), mas também a polícia militar.

O legislador não quis – nem poderia – privar as polícias federal e civil das funções de polícia judiciária e de apuração das infrações penais. Mas essa atribuição ... não impede que qualquer outra autoridade policial, ao ter conhecimento do fato, tome as

providências indicadas no dispositivo, até porque o inquérito policial é expressamente dispensado nesses casos.

[...] Exatamente neste sentido, a Comissão Nacional da Escola Superior da Magistratura, encarregada de formular as primeiras conclusões sobre a interpretação da Lei ..., apresentou a seguinte:

Nona conclusão: ‘a expressão autoridade policial referida no art. 69 compreende todas as autoridades reconhecidas por lei, podendo a Secretaria do Juizado proceder à lavratura do termo de ocorrência e tomar as providências devidas no referido artigo’ (Grinover, Ada Pellegrini et alli, Juizados especiais criminais: Comentários à lei 9.099, de 26.09.1995, 2ª ed., São Paulo: RT, 1997, p. 98).

Registre-se, por oportuno, que, em 26.9.2007, sobreveio o Decreto estadual n. 660, que estabelece diretrizes aos órgãos de segurança pública para a elaboração de Termos Circunstanciados. O artigo 1º dispõe:

O Termo Circunstanciado deverá ser lavrado na delegacia de polícia, caso o cidadão a esta recorra, ou no próprio local da ocorrência pelo policial militar ou policial civil que a atender, devendo ser encaminhado ao Juizado Especial, nos termos do art. 69 da Lei Federal n. 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Tal norma corrobora o disposto no Termo de Cooperação Técnica n. 005/2004 e no Provimento n. 04/99.

Não se desconhece que os citados Provimento n. 04/1999 e Decreto n. 660/2007 são alvo de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal: ADIs ns. 3982 e 3954, sob a relatoria do Ministro Eros Grau, ainda pendentes de julgamento, conforme se constata pelos extratos de acompanhamento processual retirados do site do STF. E anota-se, também, a existência de outras duas ADIs – ns. 2618 do Paraná e 2862 de São Paulo – onde se discute a constitucionalidade de normas similares às do nosso Estado.

Contudo, a Corte Suprema já deu indícios do seu posicionamento, ao julgar, ainda que provisoriamente, as ações do Paraná e de São Paulo: Na primeira (ADI n. 2618), o ministro relator negou seguimento por entender que não há inconstitucionalidade diante do art. 144 da CF, ressaltando que “inexiste afronta ao art. 22, inciso I, da Constituição Federal, visto que o texto impugnado não dispõe sobre direito processual ao atribuir à autoridade policial militar competência para lavrar termo circunstanciado a ser comunicado ao juizado especial. Não se vislumbra, ainda, nem mesmo afronta ao disposto nos incisos IV e V, e §§ 4º e 5º, do art. 144, da Constituição Federal, em razão de não estar configurada ofensa à repartição constitucional de competências entre as polícias civil e militar, além de tratar, especificamente, de segurança nacional”.

E, na segunda (ADI n. 2862), assim decidiu o Tribunal Pleno daquela Corte:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ATOS NORMATIVOS ESTADUAIS QUE ATRIBUEM À POLÍCIA MILITAR A POSSIBILIDADE DE ELABORAR TERMOS CIRCUNSTANCIADOS. PROVIMENTO 758/2001, CONSOLIDADO PELO PROVIMENTO N. 806/2003, DO CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, E RESOLUÇÃO SSP N. 403/2001, PRORROGADA PELAS RESOLUÇÕES SSP NS. 517/2002, 177/2003, 196/2003, 264/2003 E 292/2003, DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. ATOS NORMATIVOS SECUNDÁRIOS. AÇÃO NÃO CONHECIDA.

1. Os atos normativos impugnados são secundários e prestam-se a interpretar a norma contida no art. 69 da Lei n. 9.099/1995: inconstitucionalidade indireta.

2. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal pacífica quanto à impossibilidade de se conhecer de ação direta de inconstitucionalidade contra ato normativo secundário. Precedentes.

3. Ação Direta de Inconstitucionalidade não conhecida.

A título ilustrativo, transcreve-se o voto do Ministro Cezar Peluso:

[...] Ademais e a despeito de tudo, ainda que, para argumentar, se pudesse ultrapassar o plano de estrita legalidade, não veria inconstitucionalidade alguma, uma vez que, na verdade, não se trata de ato de polícia judiciária, mas de ato típico da chamada polícia ostensiva e de preservação da ordem pública – de que trata o § 5º do artigo 144 –, atos típicos do exercício da competência própria da polícia militar, e que está em lavrar boletim de ocorrência e, em caso de flagrante, encaminhar o autor e as vítimas à autoridade, seja policial, quando seja o caso, seja judiciária, quando a lei o prevê.

O Superior Tribunal de Justiça também já decidiu:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. LEI Nº 9099/95. JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL. TERMO CIRCUNSTANCIADO E NOTIFICAÇÃO PARA AUDIÊNCIA. ATUAÇÃO DE POLICIAL MILITAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INEXISTÊNCIA.

- Nos casos de prática de infração penal de menor potencial ofensivo, a providência prevista no art. 69, da Lei nº 9099/95, é da competência da autoridade policial, não consubstanciando, todavia, ilegalidade a circunstância de utilizar o Estado o contingente da Polícia Militar, em face da deficiência dos quadros da Polícia Civil... (HC 7199/PR, rel. Ministro Vicente Leal, DJU 28.09.1998).

E do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PORTARIA DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA. ART. 69 DA LEI Nº 9.099-95. ATRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIA À POLÍCIA MILITAR COM ALEGADA OFENSA AOS ARTS. 129 E 133 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ATO REGULAMENTAR. HIPÓTESE SUJEITA À JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. LAVRATURA DE TERMO CIRCUNSTANCIADO POR QUALQUER AUTORIDADE INVESTIDA EM FUNÇÃO POLICIAL. COMPETÊNCIA DO SECRETÁRIO DE ESTADO PARA O ATO. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.

[...] MÉRITO. Não verifica afronta à repartição constitucional das competências entre as polícias civil e militar. Expressão autoridade policial referida no art. 69 da Lei nº 9.099-95 compreende quem se encontra investido em função policial, ou seja, a qualquer autoridade. Ato que insere nas atribuições específicas do titular da Secretaria da Justiça e da Segurança, a quem é assegurada a competência sobre serviço policial militar e serviço policial civil (art. 8º, I, da Lei Estadual nº 10.356-95). Prévio acordo entre o Ministério Público e a Polícia Estadual é decorrência do limitado alcance regulamentar do ato, de modo a programar paulatinamente sua observância nas comarcas que estiverem preparadas para o cumprimento das ações concretas do órgão da Administração responsável pelos serviços policiais. Hipótese de improcedência do pedido... (Ação Civil Pública n. 70014426563, Tribunal Pleno, rela. Des. Maria Berenice Dias, j. 12/03/2007).

Do nosso Tribunal de Justiça:

[...] HABEAS CORPUS - LEI N. 9.099/95 - AUTORIDADE POLICIAL - POLICIAL MILITAR - LAVRATURA DE TERMO CIRCUNSTANCIADO - POSSIBILIDADE - INDICIAMENTO EM INQUÉRITO POLICIAL POR PRETENSA USURPAÇÃO DE FUNÇÃO - INADMISSIBILIDADE DIANTE DOS PRINCÍPIOS REGEDORES DA LEI N. 9.099/95 - FALTA DE JUSTA CAUSA - TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL - ORDEM CONCEDIDA.

A Constituição Federal, ao prever uma fase de consenso entre o Estado e o agente, nas infrações penais de menor potencial ofensivo, criou um novo sistema penal e processual penal, com filosofia e princípios próprios.

Para a persecução penal dos crimes de menor potencial ofensivo, em face do sistema previsto na Lei dos Juizados Especiais Criminais, e dando-se adequada interpretação sistemática à expressão “autoridade policial” contida no art. 69 da Lei n. 9.099/95, admite-se lavratura de termo circunstanciado por policial militar, sem exclusão de idêntica atividade do Delegado de Polícia.

O termo circunstanciado, que nada mais é do que “um registro oficial da ocorrência, sem qualquer necessidade de tipificação legal do fato”, prescinde de qualquer tipo de formação técnico-jurídica para esse relato (Damásio E. de Jesus) (HC n. 00.002909-2, rel. Des. Nilton Macedo Machado, j. 18.4.2000).

Para complementar, menciona-se que a Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina, em consulta às demais unidades da Federação sobre a existência de normas similares, obteve resposta afirmativa de alguns deles, como se observa do parecer de fls. 540/541:

Importante registrar que na pesquisa realizada junto às Corregedorias de outros tribunais aferiu-se que vários Estados autorizam a lavratura de termos circunstanciados pela polícia militar, conforme se infere das regulamentações abaixo:

Resolução n. 06/2004 – CSJEs (Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado do Paraná)

Publicada no Diário da Justiça n. 6.691 de 23.08.2004, p. 51

‘(...)

‘Art. 12 – Nas comarcas onde exista apenas uma vara ou secretaria de Juizado Especial Criminal a autoridade policial, civil ou militar, que tomar conhecimento da ocorrência, lavrará termo circunstanciado, comunicando-se com a Secretaria do Juizado Especial para agendamento da audiência preliminar, com intimação imediata dos envolvidos’.

Provimento n. 758/2001 – Conselho da Magistratura de São Paulo

Art. 1º - Para os fins previstos no art. 69, da Lei n. 9.099/95, entende-se por autoridade policial, apta a tomar conhecimento da ocorrência, lavrando o termo circunstanciado, encaminhando-o, imediatamente, ao Poder Judiciário, o agente do Poder Público investido legalmente para intervir na vida da pessoa natural, atuando no policiamento ostensivo ou investigatório.

Art. 2º - O Juiz de Direito, responsável pelas atividades do Juizado, é autorizado a tomar conhecimento dos termos circunstanciados elaborados pelo policiais militares, desde que assinado concomitantemente por Oficial da Polícia Militar (fl. 83 dos autos).

Portaria SJS n. 172/2000 (Secretaria da Justiça e Segurança do Estado do Rio Grande do Sul)

I – Todo policial, civil ou militar, é competente para lavrar o Termo Circunstanciado previsto no art. 69 da Lei n. 9.099/95, de 26 de setembro de 1995.

Além desses Estados, o Rio Grande do Norte também possui Termo de Cooperação Técnica (n. 06/2006-PGJ), celebrado entre o Ministério Público e a Polícia Rodoviária Federal em julho de 2006:

Cláusula Terceira – Tendo em vista o pronto atendimento das infrações de menor potencial ofensivo e dos atos infracionais cometidos por adolescente equivalentes às

infrações de menor potencial ofensivo e aos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro, as partes estabelecem que a todo Policial Rodoviário Federal é cometida a tarefa de lavrar os Termos Circunstanciados de que trata o artigo 69 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995 e o Boletim de Ocorrência Circunstanciado (BOC) de que trata o artigo 173, parágrafo único da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

[...] § 3º. O Termo Circunstanciado deverá ser lavrado pelo policial rodoviário federal preferencialmente no local do fato, devendo ser encaminhado imediatamente ao Juizado Especial Criminal da comarca competente, observadas as orientações e indicações do Poder Judiciário, quanto à pauta de audiências (fl. 551 e 553).

Vale mencionar que o Ministério da Justiça editou portaria autorizando a confecção dos citados termos pela Polícia Rodoviária Federal e expediu memorando circular (n. 010/2006/CGO/DPRF/MJ, de 30.10.2006, do Coordenador-Geral de Operações – DPRF/MJ – fl. 589) para a implantação do procedimento em âmbito nacional:

. Portaria n. 3.741, de 15/12/2004, art. 1º, VII:

Art. 1º O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão específico singular, integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, a que se refere o art. 2º, inciso II, alínea 'g', do Anexo I do Decreto n. 4.991, de 18 de fevereiro de 2004, tem por finalidade exercer as competências estabelecidas no § 2º do artigo 144 da Constituição Federal da República do Brasil, no artigo 20 da Lei n. 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto n. 1.655, de 3 de outubro de 1995, e, especificamente:

[...] VII – confeccionar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995, e regulamentação a ser baixada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal (conforme citado no despacho de fl. 585/587, da assessoria técnica do Departamento de Polícia Rodoviária Federal).

Destarte, em atenção ao espírito da Lei n. 9.099/95, de celeridade na prestação jurisdicional, e para os fins específicos de realização do termo circunstanciado, não se vislumbra óbice legal na lavratura de tais atos pela Polícia Rodoviária Federal.

III - DECISÃO

Ante o exposto, responde-se à consulta no sentido de não se constatar ilegalidade na lavratura de termos circunstanciados em crimes de menor potencial ofensivo pela Polícia Rodoviária Federal.

O Julgamento, realizado no dia 8 de setembro de 2008, foi presidido pelo Exmo. Sr. Des. Francisco Oliveira Filho, e dele participaram os Exmos. Srs. Des. Alselmo Cerello, Gaspar Rubik, Volnei Carlin, Irineu João da Silva, Nelson Schaefer Martins, Torres Marques, Luiz Carlos Freyesleben e Marcus Tulio Sartorato, e funcionou como Procurador de Justiça o Exmo. Sr. Dr. Paulo Ricardo da Silva.

Florianópolis, 19 de setembro de 2008

Alcides Aguiar
Relator

ANEXO C

Provimento nº 18/2015 da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça de Goiás permitindo que a PM registre Termos Circunstanciados de Ocorrência (TC)

ANO VIII - EDIÇÃO Nº 1831 - SEÇÃO I

DISPONIBILIZAÇÃO: terça-feira, 21/07/2015

PUBLICAÇÃO: quarta-feira, 22/07/2015



corregedoria
geral da justiça
do estado de goiás

Gabinete do Corregedor-Geral
Assessoria Jurídica

PROVIMENTO Nº 18 , DE 15 DE JULHO DE 2015

Autoriza os Juízes de Direito dos Juizados Especiais e Comarcas do Estado de Goiás, a recepcionar termos circunstanciados de ocorrência lavrados por policiais militares ou rodoviários federais com atuação no Estado de Goiás.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS,
no uso das atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o termo de cooperação nº 009/12 celebrado pelo Ministério Público do Estado de Goiás, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, a 1º Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, em Goiás e o 1º Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal, no Distrito Federal, com vistas à viabilização da elaboração de termo circunstanciado de ocorrência e de boletim de ocorrência circunstanciado por policiais rodoviários federais, no âmbito de sua competência de atuação, nos termos das Leis 9.099/95 e 8.069/90;

CONSIDERANDO as ações conjuntas para apuração das infrações de menor potencial ofensivo de que trata a Lei 9.099/95, principalmente aquelas previstas no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97), e para apuração dos atos infracionais praticados por adolescentes equivalentes às infrações de menor potencial ofensivo (Lei 8.069/90), bem como demais tipos penais considerados como de menor potencial ofensivo, no âmbito de atuação da Polícia Rodoviária Federal;

CONSIDERANDO o alto índice de criminalidade no Estado de Goiás e a necessidade da união das forças policiais do Estado, objetivando o fortalecimento e combate ao crime;

Rua 10, nº 150, 11º andar, St. Oeste, Goiânia - Goiás - CEP 74.120-020 - Fone (62) 3216-2000 - Fax (62) 3216-2618



corregedoria
geral da justiça
do estado de goiás

Gabinete do Corregedor-Geral
Assessoria Jurídica

CONSIDERANDO o disposto no art. 69, da Lei 9.099/95, segundo o qual "a autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado com o autor do fato e a vítima, providenciando-se as requisições dos exames periciais necessários;

CONSIDERANDO que a imprecisão acerca do conceito de autoridade policial não pode prejudicar a investigação de fato punível, dificultando o funcionamento de parte da Justiça Criminal;

CONSIDERANDO que a expressão "autoridade policial", prevista no art. 69 da Lei 9.099/95 abrange qualquer autoridade pública que tome conhecimento da infração penal;

CONSIDERANDO a implantação do processo eletrônico em diversas comarcas do judiciário goiano, permitindo remessa online do TCO aos juízos,

RESOLVE:

Art. 1º Para os fins previstos no art. 69, da Lei 9.099/95, entende-se por autoridade policial, apta a tomar conhecimento da ocorrência e lavrar o termo circunstanciado, o agente do Poder Público investido legalmente de atribuições para intervir na vida da pessoa natural, atuando no policiamento ostensivo ou investigatório.

Art. 2º Os Juízes de Direito dos Juizados Especiais Criminais e ainda os Juízes de Direito das Comarcas do Estado de Goiás, ficam autorizados a recepcionar os respectivos termos circunstanciados quando igualmente elaborados por policiais militares estaduais, inclusive policiais rodoviários, e policiais rodoviários federais, desde que assinados por oficiais das respectivas instituições ou agentes menos graduados portadores de cursos superiores.



corregedoria
geral da justiça
do estado de goiás

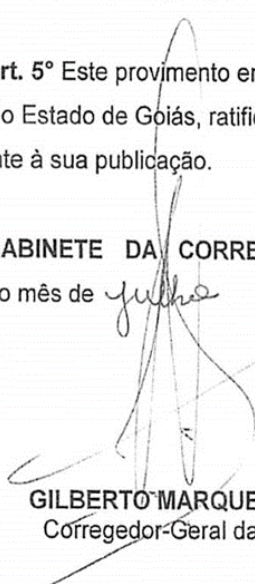
Gabinete do Corregedor-Geral
Assessoria Jurídica

Art. 3º Havendo necessidade de confecção de exame pericial urgente, o policial militar ou rodoviário federal legalmente autorizado por sua instituição, o providenciará e encaminhará o resultado à Justiça.

Art. 4º O encaminhamento dos termos circunstanciados respeitará a disciplina elaborada pelo Juízo responsável pelas atividades do Juizado Especial Criminal da área onde ocorreu a infração penal.

Art. 5º Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação no Diário de Justiça do Estado de Goiás, ratificadas as situações praticadas nos termos deste ato anteriormente à sua publicação.

GABINETE DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA, em
Goiânia, aos 15 dias do mês de julho de 2015.


GILBERTO MARQUES FILHO
Corregedor-Geral da Justiça

ANEXO D

Provimento nº 06/2015 da Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça de Sergipe permitindo que a PM registre Termos Circunstanciados de Ocorrência (TC)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

PROVIMENTO nº 06/2015

Altera a Consolidação Normativa Judicial, instituída pelo Provimento nº 24/2008, no tocante ao recebimento de Termo Circunstanciado de Ocorrência lavrado pela Polícia Civil ou Militar, no âmbito das unidades jurisdicionais com competência para infrações de menor potencial ofensivo.

O Desembargador Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima, Corregedor-Geral da Justiça do Estado de Sergipe, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 30 do Código de Organização Judiciária de Sergipe (Lei Complementar nº 88/2003) cumulado com o art. 55, inciso XXIII, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça,

RESOLVE:

Art. 1º O Título IV da Consolidação Normativa Judicial da Corregedoria-Geral da Justiça fica acrescido do Capítulo II-A, com a seguinte redação:

“CAPÍTULO II-A DO RECEBIMENTO DE TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA

“Art. 303-A. O Termo Circunstanciado de Ocorrência será recebido pela unidade jurisdicional com competência para as infrações de menor potencial ofensivo (Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995), mediante observância do disposto neste Capítulo.

Parágrafo único. O Termo Circunstanciado de Ocorrência deverá ser subscrito por Oficial da Corporação, quando for lavrado pela Polícia Militar, ou pelo Delegado de Polícia, quando for pela Polícia Civil.

Art. 303-B. O Termo Circunstanciado de Ocorrência deverá conter:

- I* – relato fático e a descrição da infração penal cometida, incluindo-se as datas e horários do ato delituoso, do início e término do registro da ocorrência, local, vítimas e testemunhas;
- II* – dados pessoais e profissionais completos da(s) vítima(s), testemunha(s) e infrator(es);
- III* – a indicação de que houve encaminhamento do autor do fato ou da vítima ao Instituto de Criminalística ou outro órgão de polícia técnica, nas hipóteses de necessidade de exame pericial, e;
- IV* – a unidade jurisdicional competente e o seu correspondente endereço.

§1º No caso do inciso III, após providenciado o exame pericial, o resultado deverá ser imediatamente remetido ao distribuidor do Fórum onde está situado a unidade

jurisdicional competente, fazendo menção ao Termo Circunstanciado antes encaminhado.

§2º Os documentos essenciais à construção probatória, assim como objeto apreendido registrado em termo próprio com descrição do estado do bem, deverão ser encaminhados juntamente com o Termo Circunstanciado de Ocorrência.

§3º O rol de informações prestadas não é exaustivo, podendo a autoridade policial efetuar outros registros que entender relevantes para a análise do fato.

Art. 303-C. Fica a critério do Juízo a disponibilização de data e horário para a realização das audiências de conciliação e preliminares, preferencialmente disponibilizado por meio eletrônico, cujo termo deverá conter:

I – a data e horário da audiência de conciliação ou preliminar;

II - a anotação de que os envolvidos ficaram notificados a comparecer no Fórum em dia e horário descrito no inciso anterior, sob pena de condução coercitiva, nos termos da legislação em vigor.

Art. 303-D. A distribuição do Termo Circunstanciado de Ocorrência respeitará o local do fato delitivo e a competência territorial administrativa, nas Comarcas onde houver disciplina normativa a respeito.

Art. 303-E. O recebimento do Termo Circunstanciado de Ocorrência e suas comunicações deverão ser realizados preferencialmente por meio eletrônico.”

Art. 2º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Aracaju (SE), ____ de agosto de 2015.

DES. RICARDO MÚCIO SANTANA DE ABREU LIMA

Corregedor-Geral da Justiça

ANEXO E

EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 431/2014 AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL SUBTENENTE GONZAGA

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2014

(Do Sr. SUBTENENTE GONZAGA e outros)

Acrescenta ao art. 144 da Constituição Federal parágrafo para ampliar a competência dos órgãos de segurança pública que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º, do art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 144 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 144.....

§11. Além de suas competências específicas, os órgãos previstos nos incisos do *caput* deste artigo, realizarão o ciclo completo de polícia na persecução penal, consistente no exercício da polícia ostensiva e preventiva, investigativa, judiciária e de inteligência policial, sendo a atividade investigativa, independente da sua forma de instrumentalização, realizada em coordenação com o Ministério Público, e a ele encaminhada.” **(NR)**

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua publicação, devendo os Estados, Territórios e Distrito Federal regulamentá-la e implementá-la em igual período.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta de emenda à constituição é fruto de um processo histórico, da discussão de profissionais de segurança pública, de agentes políticos e do debate da sociedade, de pessoas comprometidas com a defesa dos direitos do cidadão, que têm as raízes na luta pela democratização do País, envolvendo acadêmicos, sociedade civil organizada, membros do Ministério Público, Parlamentares, policiais civis, policiais militares, policiais federais, policiais rodoviários federais, peritos, agentes penitenciários e guardas municipais.

Apesar de convergirmos com a visão daqueles que defendem uma nova arquitetura para a segurança pública no Brasil, identificamos que há um ponto de convergência em todas as propostas, em especial as PECs 102, de 2011, e 51, de 2012, ambas tramitando no Senado Federal: a adoção no Brasil de Polícia de Ciclo Completo.

Portanto, na mesma linha de raciocínio, apresentamos a presente proposta, para que se ampliem as competências das polícias já consolidadas no *caput* do artigo 144, sem, no entanto, arvorar em alterar, ampliar ou suprimir quaisquer direitos ou conquistas de seus integrantes, e muito menos alterar a suas estruturas e organização. A proposta tem o objetivo de, apenas, ampliar as competências de todas as Polícias, de forma a permiti-las exercer o Ciclo Completo, sem, no entanto, obrigá-las a fazê-lo.

Ao defendermos a implementação da Polícia de Ciclo Completo no Brasil, temos a convicção de estarmos em sintonia com a visão da maioria daqueles que estão se esforçando para modernizar a atuação das policiais e transformar a segurança pública em política de estado, verdadeiramente ao alcance de todos, senão vejamos:

No ano de 2009 foi realizada a 1ª CONSEG – Conferência Nacional de Segurança Pública a qual reuniu milhares de cidadãos após um exaustivo processo democrático de eleição desses representantes de todas as Unidades da Federação e dos segmentos: Gestores e Trabalhadores da Segurança Pública e Sociedade Civil. Na ocasião foram aprovadas pelo voto de cada participante 10 princípios e 40 diretrizes para a segurança pública brasileira os quais muitos deles vão ao encontro da presente Proposta de Emenda Constitucional.

Nesse aspecto, dentre os princípios e diretrizes que se alinham com a presente PEC, podemos citar pelo menos 02 princípios e 03 diretrizes:

Princípios:

- 1- *Ser uma política de Estado que proporcione a autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional das instituições envolvidas, nos três níveis de governo, com descentralização e integração sistêmica do processo de gestão democrática, transparência na publicidade dos dados e consolidação do Sistema Único de Segurança Pública - SUSP e do Programa Nacional necessária ao modelo vigente. (793 VOTOS de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, com percentual mínimo definido em lei e assegurando as reformas)*
- 2- *Fomentar, garantir e consolidar uma nova concepção de segurança pública como direito fundamental e promover reformas estruturais no modelo organizacional de suas instituições, nos três níveis de governo, democratizando, priorizando o fortalecimento e a execução do SUSP - Sistema Único de Segurança Pública -, do PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - e do CONASP - Conselho Nacional de Segurança Pública com Cidadania. (265 VOTOS)*

Diretrizes:

- 1- *Manter no Sistema Prisional um quadro de servidores penitenciários efetivos, sendo específica a eles a sua gestão, observando a proporcionalidade de servidores penitenciários em policiais penais. Para isso: aprovar e implementar a Proposta de Emenda Constitucional 308/2004; garantir atendimentos médico, psicológico e social ao servidor; implementar escolas de capacitação. (1095 VOTOS)*
- 2- *Promover a autonomia e a modernização dos órgãos periciais criminais, por meio de orçamento próprio, como forma de incrementar sua estruturação, assegurando a produção isenta e qualificada da prova material, bem como o princípio da ampla defesa e do contraditório e o respeito aos direitos humanos. (1094 VOTOS)*
- 4- *Estruturar os órgãos policiais federais e estaduais para que atuem em ciclo completo de polícia, delimitando competências para cada instituição de acordo com a gravidade do delito sem prejuízo de suas atribuições específicas. (868 VOTOS)*

Passados mais de 5 anos, os princípios e diretrizes da 1ª CONSEG não foram implementados, pois demandam modificações no texto constitucional, para que sejam transformados em realidade.

A sociedade brasileira, exige uma ação concreta do Estado para a contenção da violência e combate a criminalidade. E o que fica evidente, é que o esforço de integração e atualização e modernização da grade curricular, ações extremamente importante, diga-se de passagem, não foram suficientes. É natural que, com a democratização do Estado Brasileiro e a preservação dos direitos fundamentais, o sistema policial e de justiça passe a ser questionado, inclusive, com a exigência da mudança estrutural.

Para entendermos a atuação policial, com a mudança de foco na prestação do serviço, verificamos que desde a década de 70 tivemos a disseminação do policiamento em veículos, a aplicação de rádios nos carros policiais e uma central de longo alcance que se constituíram na primeira revolução do serviço policial.

Com a facilidade de acesso da população ao centro de operações da polícia, através de um telefone centralizado e o aumento da rede telefônica, esse conjunto pareceu encerrar o modelo da polícia moderna. Daí nasceu a estratégia básica da polícia: espalham-se as viaturas pela cidade, com roteiro randômico para serem vistas e atenderem às chamadas de emergência da central.

Gradativamente, o paradigma da polícia passou a ser o tempo de resposta, a capacidade de rápido deslocamento para atender a vítima e prender o agressor e levá-lo a uma das delegacias espalhadas pelas grandes cidades.

Espalhar policiais pela área, fazê-los circular prontos para atender emergências, a partir do comando central, pareceu o sistema ideal de prevenção. Daí decorreram dois novos problemas: a centralização excessiva das ações policiais e a passividade do sistema reativo, basicamente acionado após o crime ter ocorrido. Além disso, o tempo de resposta revelou-se inócuo como mecanismo de alcance do agressor.

Nesse modelo, a polícia passou à condição de refém das mais variadas demandas dos cidadãos que passaram a ver em sua disponibilidade, as respostas não obtidas em outras agências de governo, como saúde e assistência social. Esse formato de policiamento ostensivo deu às Polícias Militares mais legitimidade e funcionalidade para justificar sua existência como força policial. O sistema pareceu completo e lógico quando acoplado com a Polícia Civil. As delegacias de polícia passaram a esperar os casos levados pelos PM's e pelas próprias vítimas para preparar os procedimentos destinados à Justiça, legitimando sua função de polícia judiciária.

A adoção dessa função como principal missão organizacional, a excessiva burocratização dos relatórios policiais, através dos inquéritos, e sujeição dos trabalhos aos crimes já ocorridos, tornaram a Polícia Civil uma organização predominantemente passiva e de baixa eficiência.

O modelo nos estados e no Distrito Federal de duas polícias centralizadas e compartimentadas, numa estratégia passiva, tornou-se uma armadilha que impediu a modernização policial e facilitou tanto o crescimento como a variedade do crime em quase todas as grandes cidades. A polícia tradicionalista em suas estruturas e processos operacionais passou a requisitar mais recursos para fazer mais das mesmas coisas e o crime só continuou crescendo muito e desproporcionalmente às conhecidas mazelas sociais do País. Esforços suplementares de forças especiais e espetaculosas operações não trouxeram os resultados necessários.

Cabe salientar que esse modelo de polícias com funções compartimentadas e incompletas na persecução penal, de fato, só existe em nosso país.

Temos indecentes taxas de homicídios na maioria dos grandes centros urbanos. De acordo com o Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, que tem como fonte os atestados de óbito emitidos em todo o país, o Brasil registrou em 2012 o maior número absoluto de assassinatos e a taxa mais alta de homicídios desde 1980. Nada menos do que 56.337 pessoas foram mortas naquele ano, num acréscimo de 7,9% frente a 2011. A taxa de homicídios, que leva em conta o crescimento da população, também aumentou 7%, totalizando 29 vítimas fatais para cada 100 mil habitantes. As taxas brasileiras são 50 a 100 vezes maiores do que a de países como o Japão.

Ainda segundo o MAPA da violência de 2014, ao longo dessa década, morreram 556 mil pessoas vítimas de homicídio no Brasil.

Comparando 100 países que registraram taxa de homicídios, entre 2008 e 2012, para cada grupo de 100 mil habitantes, o estudo conclui que o Brasil ocupa o sétimo lugar no ranking dos analisados. Fica atrás de El Salvador, da Guatemala, de Trinidad e Tobago, da Colômbia, Venezuela e de Guadalupe.

Ainda que o crime decorra de múltiplos fatores econômicos e sociais, além de crônicas deficiências no sistema de justiça, constituído pelo Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público, Polícias e organizações prisionais, percebe-se que há muito que melhorar no aparato policial para incrementar as condições de controle do crime no Brasil. Até porque a polícia se constitui no órgão do sistema com capacidade mais rápida de resposta.

O crime organizado se fortaleceu tanto nas grandes organizações criminosas, como no tráfico de entorpecentes, quanto também na formação de quadrilhas poderosas de roubo de cargas e sequestros, além da ousadia de bandos em resgatar presos de delegacias e presídios. Independentemente dos investimentos estatais no aparato policial, seja em mais efetivos, equipamentos e salários, é necessário criar mecanismos de eficácia na atuação das Policiais. E não há eficácia no modelo atual de meias polícias.

Os governos vivem sob uma tensão básica: há carência de recursos para atender ao excesso de demanda em todos os setores. Enquanto faltam aos governos condições para atender eficientemente a todas as demandas, sobram pressões para que a sociedade seja melhor atendida por organizações públicas extraordinariamente eficientes no uso racional dos recursos e eficazes na produção de resultados.

A polícia, que dispõe de quadros extremamente preparados do ponto de vista da formação e treinamento, já se convenceu da necessidade de uma reforma na arquitetura do sistema de segurança pública no Brasil, ao mesmo tempo que convencida de que, em qualquer arquitetura, é imprescindível a competência para o exercício do Ciclo Completo, como premissa básica para a eficácia da ações de polícia.

O Governo Federal, através do Plano Nacional de Segurança Pública e com o instrumento do repasse de recursos financeiros aos estados, tem procurado estimular a integração das polícias, sem aprofundar na discussão de alteração do sistema de polícia partida, deixando de abordar a anomalia de meias polícias, concorrentes e que fazem um serviço pela metade, sem abordar o Ciclo Completo da ação policial na persecução penal, com algumas premissas que precisam ser esclarecidas, tais como:

1. não é verdadeira a ideia de que prevenção do crime – largamente atribuída às Polícias Militares – e a investigação das Polícias Cíveis sejam atividades tão diferenciadas e distanciadas que demandem organizações completamente diferentes em estrutura, treinamento, valores, áreas de operação, disciplina, normas

administrativas e operacionais. O Brasil é o único caso no mundo, como já mencionado, nesse tipo de arranjo que decorreu não de racionalidade, mas de meras contingências históricas e tristes conveniências de sucessivos governos que permearam boa parte do século passado, e que resiste em se manter também neste século.

2. Nas polícias modernas, quer seja na América ou na Europa, as funções de policiamento uniformizado e investigação devem boa parte de seus êxitos à interpenetração dessas funções, desde a fase de diagnóstico, planejamento e até a execução das ações.

3. Em matéria organizacional é incompreensível dividir entre chefes distintos a responsabilidade para planejar e executar ações pela metade, ou seja, uma preventiva e outra repressiva, e mesmo assim conseguir resultados significativos. Numa polícia de Ciclo Completo há flexibilidade para se escolher investigadores, inverter funções ou ampliar o contingente de uma modalidade ou outra de ação policial. Além disso, os resultados são seriamente afetados pelo grau de motivação dos chefes policiais. Com dois chefes de diferentes padrões de comportamento profissional, diferentes graus hierárquicos e diferentes salários (geralmente os policiais civis ganham mais que os policiais militares) e submetidos a diferentes normas, o entendimento e o sucesso das ações ficarão comprometidos.

4. Estruturas diferentes que atuam no mesmo espaço sobre o mesmo problema tendem a constante rivalidade e atrito, pois, uma inicia um serviço policial e a outra termina. É um fenômeno de psicologia organizacional só superado com trabalhosos e sofisticados arranjos, não disponíveis no dia-adia do trabalho policial. Se há significativas diferenças de fatores simbólicos (salários, prestígio, promoções, valores corporativos) e disputa por recursos escassos, essa rivalidade tende a se agravar e comprometer o desempenho de ambas organizações.

5. A moderna metodologia de diagnóstico dos problemas de uma área, mediante banco de dados e análise criminal, demanda o planejamento de ações diferenciadas para um mesmo padrão de crime, ora através do policiamento ostensivo, ora através da investigação.

6. O aparato de meias polícias demanda dispêndios extraordinários com investimentos e custeios duplicados com instalações, equipamentos, estruturas administrativas e operacionais, o que compromete o limitado orçamento da segurança para investimento, manutenção e política salarial digna, além do que impede a operacionalidade, que nenhuma empresa do mundo adotaria: duas filiais, na mesma área, trabalhando pela metade, para o mesmo trabalho e brigando pelo mesmo cliente.

Após razoável tempo de adoção da estratégia de integração dos órgãos policiais, política adotada pela maioria dos Governos nos Estados brasileiros, e apesar do extraordinário esforço despendido e recursos financeiros aplicados, verifica-se a sua ineficácia para a redução da violência e da criminalidade.

Em síntese, o chamado Ciclo Completo nada mais é do que a capacidade de desenvolver a persecução criminal pré-processual com a captura, a condução à presença da autoridade, a lavatura de um APF (instauração de um IP ou TCO), bem como o recolhimento ao cárcere, como fases do flagrante delito.

O Ciclo Completo se aperfeiçoa nesta capacidade pré-processual. Hoje, as Polícias Militares, nas infrações penais comuns, capturam e conduzem à presença das autoridades de polícia judiciária (delegados) que lavram APF (instauram IP ou lavram TCO), bem como recolhem ao cárcere. Na maioria dos países democráticos temos várias agências policiais atuando em conjunto, com a prevalência de mais de

uma corporação exercendo prerrogativas de polícia auxiliar de justiça, ou seja, de captura e condução, mas também de lavratura de auto e recolhimento ao cárcere, além da investigação e da persecução penal como um todo, a exemplo do Chile.

No Brasil não há previsão de interpenetração nas atividades típicas de polícia civil ou militar, o que chancela um vetusto sistema de persecução carente de reforma.

É importante ressaltar que a formação e o treinamento das Polícias Militares, há muito é fundamentada nos princípios da segurança pública voltada para a proteção da vida, da dignidade humana, da liberdade e do respeito aos direitos humanos. Ao mesmo tempo que é reconhecida sua eficiência e eficácia em razão de seus valores de disciplina e hierarquia.

A presente proposta traz consigo, por obvio, a necessidade de se construir o entendimento de como se dará a atuação no modelo de Ciclo

Completo, em contraposição ao atual modelo. Existem vários modelos já experimentados no mundo, com razoável eficácia. Propor, como previsto no art. 2º da presente proposta, que os Estados, DF e Territórios deverão regulamentar a forma de atuação de suas Polícias em Ciclo Completo, é respeitar a federação e pacto federativo imposto pela Carta Magna Brasileira, e leva em conta os atuais modelos e níveis de construção política e organizacional, que não são simétricos. É respeitar, portanto, a cultura e estrutura organizacional de cada estado, suas complexidades e extensão territorial.

Apenas a título de exemplo, Minas Gerais, possui 853 municípios que são atendidos em sua integralidade pela Polícia Militar, único órgão do Estado presente em todas estas localidades e em mais de 200 distritos.

Neste Estado, a Polícia Civil consegue manter seu atendimento 24 horas por dia (atendimento noturno, feriados e finais de semana) em apenas 64 Municípios, o que leva, às vezes, a um deslocamento de policiais militares por mais de 300 km de suas sedes para fazer um registro de ocorrência, na maioria das vezes de crime de menor potencial ofensivo. Com o agravante de ter que conduzir vítima, agente e testemunha, num verdadeiro cárcere privado deste.

Tudo isto, em flagrante desrespeito à legislação processual penal que garante ao cidadão cujo ato praticado se enquadre na lei 9.099/95 de sequer ser conduzido, bastando para tanto, a assinatura de um Termo Circunstanciado de Ocorrência, e o compromisso de comparecimento perante a Justiça em dia e hora previamente determinado, o que poderia ser levado a efeito pelo próprio policial militar no momento do atendimento da ocorrência.

Nas polícias modernas, principalmente nos grandes e complexos centros urbanos, o controle policial da criminalidade só pode ser realizado com razoável eficácia se houver um flexível ajuste das atividades de prevenção e investigação, baseadas em constante e inteligente análise de dados.

Obviamente o planejamento e a execução dessas atividades, devem estar sob responsabilidade de um só chefe que terá sua competência regularmente avaliada pelo uso econômico dos recursos, pela qualidade do atendimento dispensado à sua comunidade e pelos resultados positivos obtidos em sua área de atuação, em termos de redução dos índices de criminalidade e de desordem, seja ele de uma ou outra corporação policial.

É importante observar que, mesmo nas polícias estruturadas em Ciclo Completo, em uma única organização, formados na mesma academia, atuando sob mesmos códigos de conduta e obediência ao mesmo chefe, é sempre complexo o ajustamento entre os policiais. Complexo sim, porém muito mais eficaz em relação ao modelo brasileiro.

Insistir na existência de dois organismos diferenciados de meia polícia, para executar a mesma função policial de prevenção do crime, é investir na continuidade da espiral de violência e comprometer o futuro da sociedade.

A eficácia da atuação policial como instrumento de contenção da violência e controle da criminalidade, passa necessariamente pela ampliação das competências de todas as polícias (Militar, Civil, Rodoviária Federal, Federal) para realizar o ciclo completo. Precisamos desenvolver o formato de polícia nos moldes das polícias modernas que desenvolvem o Ciclo Completo do trabalho policial (policciamento ostensivo e investigação) tendo com isso o controle de todos os atos e procedimentos, sem solução de continuidade.

Assim, esta proposta faz alteração pontual na Constituição Federal, deixando no corpo da emenda o modelo a ser adotado pelos Estados-Membros e pelo Distrito Federal, para que seja respeitado o modelo federativo e também impeça a desconstitucionalização, que ensejaria uma insegurança jurídica, onde cada Ente Federativo criaria um modelo diferente de polícia, que com certeza causaria um caos para todo o sistema de justiça do País.

Acrescenta-se que as propostas de emendas constitucionais em tramitação neste momento no Senado Federal, as PECs 102, de 2011, e 51, de 2013, expõem como ponto central da busca da eficácia da ação policial a competência para atuação no Ciclo Completo.

A presente proposta difere em sua essência das demais, ao tratar exclusivamente de ampliar as competências das Polícias, sem alterar em nada suas atuais prerrogativas, direitos, deveres e modelo de organização. É uma proposta essencialmente voltada para a melhoria da segurança pública no Brasil.

Por fim, os princípios que balizam a presente proposta são o da racionalização e maximização de recursos humanos, materiais e financeiros, e da economia processual, na medida em que serão reduzidas drasticamente as despesas com deslocamentos, tempo de espera para registros desnecessários em delegacias, maximização da capacidade do policiamento ostensivo e preventivo, a maximização da capacidade de investigação da Polícia Civil, e por conseqüência garantia da eficácia da atuação policial no Brasil, dentro do espírito republicano e democrático, atendendo os ditames do artigo 37 da Constituição Federal.

Finalizo com a certeza de estar cumprindo com o dever cívico que me cabe como legislador e como cidadão, apresentando uma proposta de aprimoramento e modernização de nossas polícias para a prestação do serviço de segurança pública de qualidade às futuras gerações, texto este que, com certeza, será aperfeiçoado pelos demais Pares do Parlamento, quando de sua tramitação.

Sala das Sessões, de de 2014.

Deputado Federal SUBTENENTE GONZAGA
PDT/MG